



**DICIONÁRIO  
HISTÓRICO-MILITAR  
ILUSTRADO**

**VOLUME**

**69**

**(F2º)**

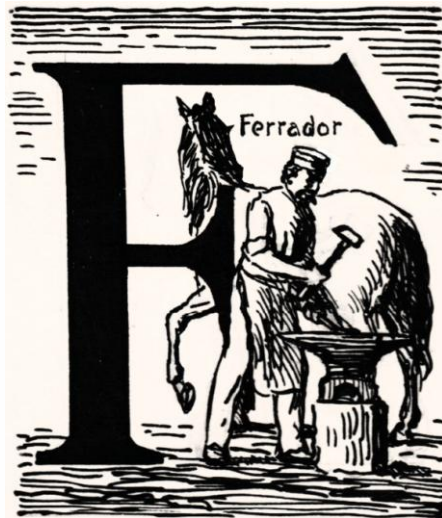
**JOSÉ WASTH RODRIGUES**



# ÍNDICE

- FORTIFICAÇÃO
- FORTIM
- FOSSADEIRA
- FOSSADO
- FOSSO
- FOTOGRAFIA
- FRALDA
- FRALDÃO
- FRALDILHA
- FRANCALETE
- FRANCO
- FRANJA
- FRAQUEZA
- FRATERNIDADE
- FREIO
- FRENTE
- FRONTEIRA
- FRONTEIRO
- FUGA
- FUGIR
- FULMINANTE
- FULMINATO
- FULMÍNICO
- FUMAR
- FUMO
- FUNÇÃO
- FUNCIONÁRIO
- FUNDA
- FUNDAÇÃO
- FUNDIBULÁRIO
- FUNDÍBULO
- FUNDIÇÃO
- FUNDO
- FUNERAL
- FURRIEL
- FURTO
- FUZIL
- FUZILAMENTO
- FUZILAR
- FUZILARIA
- FUZILEIRO
- FUZILHÃO

**Ferrador, 1842**



**Rodrigues, José Wasth**

**FORTIFICAÇÃO**, s. f. – Construção adequada para fortificar; forte baluarte, reduto, fortaleza. – (Militar) – Parte da ciência militar que trata do traçado, construção, defesa e ataque das praças de guerra e mais pontos fortificados. Sistema geral de defesa de uma praça fortificada. Toda a qualidade de obra fortificada permanente ou temporária.

– É o ramo da arte militar que tem por fim aumentar, mediante obras, o valor natural de uma posição, com o fim de permitir às tropas resistência a um adversário mais numeroso. O valor de uma fortificação depende, portanto, das qualidades do local e das da obra construída, podendo ser objetivo orgânico, logístico ou tático. É orgânico ou estratégico quando realizada em ponto que favorece a estabilidade da tropa ou que interessa a defesa geral do Estado. É logística quando se trata de um ponto estratégico eventual, ou seja, que defende um determinado teatro das operações, permitindo a permanência ou a mobilidade das tropas. É tático quando se destina a uma determinada ação provável, ou que se acha em um ponto tático. Contudo sua forma deve sempre satisfazer as exigências de combate dos que a ocupam.

– A grande divisão racional das fortificações é: fortificação natural, aquela em que prevalecem as vantagens oferecidas pela própria natureza; e fortificação artificial, a que é criada pela mão do homem. Subdividem-se ainda em: permanentes, passageiras ou ocasionais. Permanentes são as fortificações construídas em tempo de paz, e capazes de resistir ao ataque do inimigo e à ação do tempo. São sempre construídas com objetivo orgânico, sendo sempre estratégicas. As fortificações passageiras ou ocasionais são as construídas na preparação de uma guerra, antes que esta se inicie ou mesmo durante a luta, ou ainda na última hora, precedendo uma batalha; razão pela qual se classifica de passageira. Por sua vez, as fortificações passageiras se subdividem em provisórias e campais. As provisórias são feitas em poucos dias ou algumas semanas, tendo como material principal a terra. As fortificações campais são construídas em tempo limitado, em traçado simples, e executada geralmente sob o fogo do inimigo. Tem quase sempre objetivo tático, ou são levantadas em pontos táticos, e servem para abrigar e proteger os

combatentes dando-lhes vantagens no ataque à arma branca. Sua maior utilidade é na defensiva.

– Quanto aos materiais empregados nas obras observa-se que a fortificação permanente, de qualquer forma ou gênero, é sempre feito de muralhas de pedra e terra; as outras, conforme a categoria, são levantadas com terra, cestões e pranchões e mesmo pedra. Modernamente empregaram-se nas obras permanentes cimento armado e ferro.

– Fortificação rasante é a que tem um leve relevo sobre o solo; saliente, a que tem bastante elevação sobre o terreno.

– Com respeito à posição que a fortificação ocupa no território do Estado, distinguem-se as fortificações de fronteira (terrestre ou marítima) e as internas.

– Quanto às épocas, podem ser divididas em antigas, medievais, modernas, e contemporâneas.

– As antigas abrangem as da antiguidade desde as épocas remotas até o início da Idade Média, compreendendo desde as fortificações primitivas e rudimentares, até as muralhas em torno de cidades, como na Grécia, em Roma e em outros povos, – muralhas em grandes cortinas de muros intervaladas de torreões ou saliências – assim como as dos campos ou arraias militares, em forma de polígonos, fortificados por meio de entrincheiramentos, fossos, contravalações, fortins e mesmo muralhas, como foram praticadas por César na Gália.

– As fortificações medievais que só se definem após longo período de marasmo ou mesmo de retrocesso eram formadas a partir do século XI ou XII, de muralhas que vieram a ter ameias, torres redondas ou quadrangulares em torno das cidades comunais e dos castelos feudais, dando-lhes assim o caráter de praças fortes com suas vigias, caminhos de ronda, fossos, ponte levadiças, subterrâneos, armazéns e corpos da guarda.

– Na França, Filipe Augusto (1180-1223), estabeleceu novos princípios na fortificação, com inovações trazidas do Oriente. A construção em pedra já havia sucedido à primitiva de madeira. Nos castelos, a torre de menagem (donjon) residência do senhor e última resistência era cercada geralmente de duas linhas de muralhas. Nas guerras constantes entre reinos, províncias, burgos e castelos foram usadas máquinas, torres e escadas, engenhos para arremesso de pedras ou dardos e projéteis incendiários, assim como, para derruir os muros. A aplicação da pólvora como potência balística a partir do século XIV determinou um período de transição ou de adaptação, transformando-se aos poucos a arte de cerco, seja pelos meios de ataque, seja pelos da defesa. As altas muralhas verticais com seus torreões, os machicoulis (saliências em consolos, com buracos, de onde fazia a defesa de cima para baixo), e as ameias que protegiam os besteiros, perdem com o tempo sua eficiência. Em compensação, devido às mesmas armas de fogo, os atacantes são obrigados a se afastar e a melhor se abrigar. As primeiras fortificações bastonadas aparecem no meio do século XV.

– Nas fortificações medievais da Península Ibérica, as designações de origem moura eram de uso corrente, tais como, para a fortaleza, o castelo, alcaçava (de alcasba), alcacar, alcalá, alcorcova, e outros termos como adarve, albacarra, albarrã; em objetos ou máquinas: almagana ou almajaneque, espécie de catapulta; algarrada ou arrada, besta de muralha; hendam, máquina que lançava projéteis incendiários; alcancia, espécie de granada de mão explosiva.

– A fortificação moderna começa no século XVI, quando desaparece o feudalismo com seu sistema político comunal e individual, substituído pela instituição dos Estados ou nações, e é determinada pelo desenvolvimento da artilharia de pólvora: bombardas e outras bocas de fogo que atiram projéteis de pedra e de ferro. A altura das muralhas é diminuída e se torna em talude (em contraste com o sistema perpendicular anterior), para oferecer maior resistência ao tiro de brecha; alargam-se as plataformas e as torres se transformam em bastiões. Na parte superior da muralha corre um cordão saliente e acima dele o parapeito com suas canhoneiras. Os terraplanos ou plataformas são largos para a boa colocação dos canhões com seus reparos.

– Criam-se neste século novas teorias sobre a arte de fortificar cuidando-se especialmente dos baluartes e do seu flanqueamento. Merecem cuidados especiais as defesas exteriores, já em uso, como fossos, revelins, tenalhas, coroas, etc. Cuida-se do traçado e do relevo, por meio de deduções geométricas ante os progressos da artilharia de fogo, nascendo daí vasta nomenclatura. Aprofundam-se os fossos, as canhoneiras substituem as ameias e os bastões tomam o lugar das torres.

– Em diversos sistemas podem ser divididas as fortificações modernas: o sistema bastionado; o atenalhado, e o poligonal, conforme o flanqueamento empregado.

– O bastionado, que tem então início, é formado de saliências e reentrâncias. O atenalhado tem a desvantagem de deixar no reentrante uma zona de fosso em ângulo morto. O poligonal que é um polígono com ângulos salientes ou reentrantes tem como obra principal de flanqueamento a capoeira. Consta-se ainda a existência do sistema circular e do sistema misto.

– A Itália toma a dianteira na transformação das fortificações, atribuindo-se a Pacciotto a criação do sistema bastionado e a Marchi, outras inovações de valor. O alemão Daniel Speckle, concorreu com soluções interessantes. Entre as holandesas destacam-se Freytag e Coëhorn; na França, Erard de Bar-le-Duc (1594), renovador da escola francesa, e ainda de Ville e Pagan, enfim, Vauban (1633-1707), que a partir de 1667 passa a reconstruir as praças fortes da França, e é considerado o verdadeiro criador da fortificação racional, com mais liberdade e conveniência conforme o terreno, livre das fórmulas rígidas, e que se completa com obras avançadas devidamente articuladas ao corpo principal. Para os cercos estabelece os caminhos cobertos, de aproximação, em zigzague, ligando entre si as paralelas que cercavam a praça.

- Outras figuras como Cormontaigne (que modifica as teorias de Vauban) e Montlambert, se notabilizam entre os grandes engenheiros militares de então. No século XVIII nada mais foi feito do que complicar a arte ou ciência da fortificação, conservando-se os construtores alheios à realidade da sua evolução, apegados a especulações empíricas. Contudo, definem-se as escolas: a italiana, a francesa e a holandesa, cada uma com características próprias e sutis soluções.

- Em Portugal destacam-se, no século XVIII, Cosmader que melhorou a Praça de Elvas, pelo sistema Vauban e depois Valleré que seguindo os mesmos princípios construiu o Forte da Graça na praça citada.

- Além das bocas de fogo e de certos engenhos como bombas e minas defensivas, eram usadas na defesa das fortificações armas de haste, escudos e mantas, e principalmente, peças finas e longas, como falconetes, colubrinetas, cerbatanas, etc., que sendo em pequenos calibres eram de grande alcance. Como armas portáteis empregavam-se o mosquetão, o mosquete de reparo e o de cavalete, o gerifalte e o esmerilhão ou espingardão, todas longas e de grande calibre.

- A Revolução Francesa e as campanhas napoleônicas, que impuseram sérias inovações à arte militar, na tática como na estratégica, influíram poderosamente nas doutrinas convencionais da fortificação, simplificando os diversos sistemas e estabelecendo maior uso da casamata e das linhas avançadas.

- São fortificações contemporâneas, as que se construíram de 1860 a 1914, isto é, desde o advento da alma raiada até a Primeira Grande Guerra, quando aparece o avião. Caracteriza-se pelo seu aspecto rasante e pelas obras dissimuladas e resistentes aos poderosos projéteis lançados de longe, surgindo, modernamente as cúpulas artilhadas devido ao emprego do ferro e do cimento armado. Entra em uso a fortificação campal, a cidade e o campo fortificados em extensão e profundidade, com linhas paralelas e afastadas entre si, ou seja, trincheiras apoiadas em fortins e casamatas.

- Depois da Guerra de 1914 não se concebe mais a fortificação clássica. A organização da defesa compreende linhas de combate, linhas de resistência e linhas de reserva. Passa ser usada a fortificação campal; a cidade ou o campo tem suas linhas de defesa, dissimuladas e reforçadas por pontos de apoio e ninhos de metralhadoras ligados entre si por caminhos cobertos (profundos) para o municionamento, apoiados em pontos de resistência naturais como povoados e bosques, ou artificiais, como redutos e fortins. A defesa de uma posição passa ser baseada na resistência ao bombardeio aéreo e ao de longa distância.

- A forma dada ao corpo da obra nas fortalezas antigas era para que todas as suas partes fossem flanqueadas, isto é, - como diz Tolozano - para "que não haja lugar algum na praça que não seja visto pelos lados, pela palavra visto se entende defendido, e por defendido se entende com as armas com que nos acostumamos defender de longe, as quais são artilharia e mosquete". O maior defeito de uma praça era ter, portanto alguma

parte que não fosse flanqueada. Outro defeito era ter em suas extremidades algum fosso ou rocha, casa, muro ou arvoredado que servisse de esconderijo ao inimigo. Assim, os padraços muito próximos (rochas altas), do qual o inimigo pudesse dar tiro de enfiada e os que estivessem a cavaleiro da praça, deviam ter obras exteriores.

– As obras exteriores: fossos, trincheiras, revelins, tenalhas e coroas, deviam ser, antes grandes que pequenas, e tanto mais baixos quanto mais afastados da praça, não devendo, contudo, exceder entre umas e outras o tiro de mosquete, salvo as que fossem obras avançadas independentes como os redutos.

– A partir dos meados do século XVI, o corpo é formado pela muralha em cortinas e baluartes (ou outras figuras), sendo a muralha em talude com cordão, parapeito e terraplano; nas ameias, as peças; na face interna, cortinas e rampas; no interior do corpo, quartéis, depósito, cisterna, calabouço, etc. A entrada ficava no meio de uma cortina tendo suas defesas próprias, como portão, barreiras e ponte levadiça; no exterior, fosso, estacada, capoeira, contra-escarpa, caminhos cobertos, e obras exteriores como redentes, tenalhas, revelins ou meias-luas e trincheiras.

– São inúmeros os processos usados antigamente para se fazer o traçado de uma praça regular; como, porém tudo dependia da conformação do terreno, muito raramente eram executadas em plano regular, isto é, de configuração perfeita.

– O problema consistia em se estabelecer um perfeito flanqueamento entre as cortinas e os baluartes. Havia o processo de se partir da linha magistral (distância dada entre as pontas de dois baluartes) que era dividida em 5 partes. Esta medida servia para indicar o ponto de cruzamento das faces dos baluartes. Outro sistema, conforme explica Tolozano, consistia em estabelecer um círculo que se dividia conforme a conveniência, inscrevendo-se as linhas de um ponto a outro, formava-se o polígono; um destes lados era dividido em 6 partes levantando-se assim as demigolas e flancos. Pelos extremos dos flancos lançavam-se linhas que se cruzavam e que determinavam as faces dos baluartes.

– Como já dissemos, estes e outros processos não eram seguidos a rigor, senão raramente, e cada obra que se levantava apresentava soluções próprias.

– Para se saber as dimensões, estabelecia-se uma escola ou quadro tomando por base uma medida dada, o que os antigos chamavam petipé. Este sistema servia não só para pentágonos e hexágonos como para qualquer outra figura. O fosso tinha a largura da demigola e devia ficar paralelo à face da obra obedecendo outras linhas mais avançadas a mesma disposição.

– Fortificação do Brasil. As fortificações levantadas no Brasil obedeciam, num modo geral, aos princípios em uso, acompanhando a evolução natural que se operava. É oportuno lembrar que pelo Regimento de 17 de dezembro de 1548, recomendou El Rei a Tomé de Souza, no item XIX, que para melhor governança e segurança das capitanias, as povoações fossem cercadas, ou reparadas as cercas que existissem, para melhor defesa, e que nos engenhos se fizessem torres ou casas fortes. Além destas

precauções, refere-se o Regimento ao número e qualidade de armas que cada capitão das capitâneas ou senhores de engenho, e mesmo moradores, deveriam possuir como medida de defesa.

– Para a defesa contra os índios, foram construídos fortins ou redutos, de trincheiras reforçadas com cestões e toras ou estacas de pranchões, protegidas por paliçada ou caçara de paus, e as "juçaras ou cercas de espinhos" e fosso; tudo em caráter provisório ou para pouca duração. Assim foram as defesas levantadas nos primeiros dias para a posse da terra, como em Olinda, as que defendiam o sítio do Marcos onde se alojou o donatário Duarte Coelho em 1535.

– É certo que no correr da segunda metade do século XVI, fortificações com muralhas de pedra ou em fortes taludes de terra foram levantadas, no Rio de Janeiro, na Bahia e em Pernambuco; contudo, o sistema primitivo de alta trincheira apoiada em pranchões e toras, cercada de paliçada ou de fosso continuou a ser praticada não só no século XVII, na resistência contra os holandeses, como durante o século XVIII em muitas ocasiões e lugares: no Amazonas, por Sturn, no Rio Grande de São Pedro por Silva Paes, etc. Note-se que, trincheira, antigamente, não era uma vala, como hoje, mas ao contrário, uma obra levantada, de terra.

– As obras realizadas pelos holandeses, quando não fossem de pedra e cal e de traçado moderno com flanqueamento e cruzamento de fogos, como as executadas por Gommersteyn, eram de terra batida em talude, formando baluartes, parapeitos e terraplenos, com fosso molhado e paliçada alta, como nos Afogados e em outros fortes, ou com a paliçada sobre o terraplano como no reduto de Alagoas, tendo havido com dupla paliçada. Do exemplo holandês resultou maior esmero nas nossas obras, como se viu no Arraial do Bom Jesus, sendo que o segundo arraial do Bom Jesus foi traçado pelo mestre de campo holandês Teodoro de Estraste que se passara aos portugueses.

– Algumas obras com muralhas de pedra, bastiões e fossos, de construção vultuosa, como o Forte dos Reis Magos, dispensaram a paliçada. A guarita no ângulo agudo dos bastiões, nem sempre eram de alvenaria, constantemente o eram de madeira, sobre o terraplano. Usou-se muito a vigia de tábuas, com frestas, sustentada por esteios e avançada além do fosso, ligada ao terraplano da muralha por um simples passadiço de madeira, como no forte de Alagoas e no de Cabedelo (Margarida), segundo gravuras de Barleu e de Montanus. A entrada dos fortes era defendida exteriormente, em geral, por ponte levadiça e revelim ou meia-lua em paliçada. Um pontilhão que ligava o forte à contra-escarpa por cima do fosso era fechado ao meio, sobre a água, por um tapume com cancela, dificultando assim o acesso à porta.

– Não foram usadas obras exteriores além de trincheiras, salvo tenalhas simples, como nos Fortes de Itamaracá e do Brum, ou dupla como nos dos Afogados e Maurício.

– As chamadas casas fortes ou estâncias eram as moradias dos engenhos. Na eventualidade de luta, ou quando localizadas próximas ao inimigo, recebiam ordens dos



chefes (tanto holandeses como pernambucanos) de se fortificarem com trincheiras e paliçadas para a resistência até que fossem socorridas.

- Conta frei Calado (1), que uma casa forte dos holandeses situada nas proximidades das fortalezas da cidade Maurícia, defendida por uma estacada de pau-a-pique que a rodeava, tendo 25 homens na primeira estacada e 25 dentro da casa e rodeada ainda por uma trincheira, foi atacada e tomada por uma companhia de negros de Henrique Dias, durante a noite, sendo aberto portilho à machado na paliçada, "e tomaram a 2ª trincheira e a casa de assalto morrendo quase todos os holandeses." Tinha então o nome de trincheira um parapeito de terra com faxina e tabuões.

- As crônicas nos dão os nomes dos principais engenheiros militares que trabalharam em obras defensivas no Brasil Colônia. Na Bahia ou em Pernambuco destacaram-se Bacchio de Filicaia, Leonardo Turiano (2), Sambuceti, Galucci, Pedro Correia da Gama e Francisco de Frias da Mesquita. Da mesma forma obras de vulto consagraram os nomes de grandes chefes como Jerônimo de Albuquerque, Matias de Albuquerque, João Fernandes Vieira, André Vidal de Negreiros, etc. Devemos lembrar que diversas fortalezas foram devidos ao traçado de religiosos como ao padre Jesuíta São Peres. João Massé, engenheiro francês, que veio de Portugal depois da invasão francesa de 1711, estudou as fortificações do Rio de Janeiro, traçou a muralha da cidade pela parte interna entre os morros da Conceição e do Castelo, e esteve na mesma época em outras praças do Brasil, inspecionando ou dando traçado para suas defesas.

- Na Bahia, além de Tomé de Souza, que deu início às fortificações destacam-se, entre os governadores, Diogo Luis de Oliveira, 15º Governador Geral do Brasil (1626-1635), que desenvolveu extraordinária atividade reparando e construindo fortes e baluartes (3), Francisco Barreto e Fernão de Souza Coutinho, que em obediência ao Regimento de 19 de agosto de 1670, visitou e examinou as fortificações, a artilharia, etc. "Esta determinação tornou-se geral a todos os governadores e a Carta Régia de 7 de fevereiro de 1713 a reiterou".

- No sul do Brasil, sobressai o lendário brigadeiro José da Silva Paes. Governadores como o general Gomes Freire de Andrade, o Conde da Cunha e o Marquês do Lavradio muito fizeram pelas fortificações, principalmente este último com relação ao Rio de Janeiro. Na comitiva do general João Henrique Böhm, veio de Portugal, Jaques Funk, sueco, engenheiro militar, para melhorar as nossas fortificações. Outro militar que muito trabalhou neste sentido foi o engenheiro José Custódio de Sá e Faria. No Amazonas, pela mesma época, Filipe Sturn fortificava as fronteiras do Rio Negro e do Rio Branco. No Mato Grosso grandes obras foram devidas ao governador D. Luís de Albuquerque Melo Pereira Cáceres.

- A verdade, porém, sobre as fortificações no Brasil é que, em geral, eram defeituosas e mal construídas, necessitando contínuos reparos. Nos portos, raramente se apoiavam umas às outras e inúmeras eram inúteis por estarem isoladas e sem obras

acessórias. Alguns governadores se empenhavam em reformas ou correções de vulto, mas logo esmoreciam por falta de fundos e de técnicos competentes, ou vinham elas a sofrer a interrupção com a mudança de governo. A metrópole periodicamente enviava engenheiros militares, que planejavam traçados, estudavam conjuntos de defesa, iniciados uns, protelados outros. Sempre houve falta de artilheiros instruídos, pois as guarnições pagas eram deficientes e com seus soldos em constante atraso. Em 1612, conforme o Livro da Razão do Estado, os Fortes de Santo Antônio e Tapagipe, na Bahia, tinham cada um, a seguinte guarnição: capitão, tenente, cabo de esquadra e dez mosqueteiros; dois bombardeiros guarneciam as portas da cidade, cinco outros a Estância de São Diogo, com seis ajudantes. Muitas fortalezas eram guarnecidas por Auxiliares e Ordenanças, ou seja, paisanos bisonhos sem nenhuma responsabilidade ou instrução e sem terem onde se agasalhar. E assim, passou-se o longo período colonial, a terra mais protegida pela sorte e pelas dificuldades e deficiências dos próprios atacantes, devido às distâncias e falta de recursos, do que por suas defesas militares.

– Deste mal sofreram a Bahia, o Recife, a Ilha de Santa Catarina, o Rio Grande e mesmo o Rio de Janeiro. E o povo sempre pagando, com grande repugnância, fintas, dízimos e impostos, sobretudo no vinho importado, para as obras de fortificações, que mesmo assim estavam sempre em ruínas.

– Numerosos autores, viajantes, assim como governadores, repetem as mesmas frases: cortinas em ruínas, mato nas plataformas, reparos apodrecidos, e os canhões, muitas vezes, atirados ao chão e inutilizados. O Conde de Atouguia estranhou a deficiência das fortificações da Bahia. "Dir-se-ia que até aí tudo fora provisório, feito ao sabor das ameaças que não deixavam tempo para mais. Em 1655 confessou o Conde que era a praça incapaz de manter bandeira real, como em cidades dignas do nome" (Pedro Calmon, História do Brasil, II). Além disto, o povo construía suas casas onde queriam sem atender as obras de defesa, devido à negligência das autoridades. Mesmo as defesas holandesas e outras por eles ocupadas não estavam isentas de desgastes causados pela má qualidade do material e pela ação do tempo. Bullestrate, nas notas de viagem da inspeção que fez ao sul do Recife em 1641-42, queixa-se constantemente de fortes arruinados pelas chuvas, de muralhas desagregadas, de paliçadas apodrecidas, de canhões desmontados, e mais ainda das palhoças dos soldados mal cobertas e esburacadas.

– Por ocasião de guerra ou perigo de invasão dava-se alarme e os fortes eram reparados às pressas. Havendo luta, improvisavam-se defesas com taludes de terra, paliçadas e fossos, como em Pernambuco onde a reação foi heróica; como no Rio Grande do Sul, nas invasões castelhanas, onde se combateu a valer, como sempre; como no Rio de Janeiro, por ocasião das invasões francesas, e na Bahia em 1638 e 1822. Em todas estas ocasiões constatavam-se os erros, os desleixos, a falta de apetrechos. Passado,

porém o perigo tudo era esquecido, e com mais alguns anos, tornava-se irreconhecível. As fortalezas de Santos praticamente sempre viveram em ruínas.

– O processo mais comum de construção era o de pedra e barro. As obras sofriam com as chuvas e as que estavam situadas nas praias eram corroídas pelas ondas. A liga de cal e areia resistia melhor aos danos.

– Apesar desta realidade, muitos autores ou viajantes foram benevolentes para com as fortificações – seja porque as viram de longe e com bons olhos, ou porque, realmente, se apresentassem então em bom estado. Com relação às fortificações da Bahia, Rocha Pita as elogia, José Mirales gaba-as. Outros que as acharam excelentes foram, o engenheiro francês Frager, em 1696; Dampier, em 1699; La Gentil, em 1707 e Frazier, em 1714 (4).

– Foi assim também durante boa parte do Império. Abandonadas e desarmadas propositalmente na Regência, todo o litoral foi desartilhado tornando-se indefensável, caindo em ruínas muitas fortalezas. A Questão Christie despertou o governo, e foi um lufa-lufa em 1863 para consertar as defesas, limpar o mato, recompor as cortinas e baluartes, reconstruir troneiras, e abastecer de pólvora os paióis. Criou-se então a Comissão de Melhoramentos do Material do Exército, sendo comprado na Europa o armamento moderno necessário. Trabalhou na remodelação das fortalezas o tenente-coronel Ilha Madureira, ocupação que foi interrompida pela Guerra do Paraguai. Nos anos de 1875, 1883 e 1886 alguns melhoramentos foram feitos em algumas delas.

– Ainda recentemente, como diz Silva Campos, sofreu o Forte de São Marcelo, na Bahia, rigorosa limpeza, "começando-se pela derrubada do espesso matagal que vicejava no seu recinto, indo visitá-lo dias depois o governador do Estado Dr. Góes Calmon."

– Deve-se notar que devido à variedade de nomes, grafia defeituosa, divergência de datas e à tradição oral muitas vezes falha e enganadora, confundem-se algumas fortalezas, sendo obscura história de muitas delas, como bem nota Silva Campos. Por esta razão não nos julgamos isentos de erros ou deficiências. Não cuidamos de estudar a rigor o número de bocas de fogo e as guarnições de cada praça ou forte, pois variaram muito no número e qualidade pelo tempo a fora.

– Principais diplomas antigos sobre fortificações:

- ♦ o Alvará de 6 de maio de 1606 mandando fortificar o Recife e a Bahia;
- ♦ o de 20 de julho de 1623 que estabeleceu contribuições para as fortificações do Brasil;
- ♦ o Alvará de 29 de setembro de 1681 que proibiu a construção de casas ou edifícios civis junto às obras de fortificações, salvo por ordem do governo e com a cláusula de demolição às custas do proprietário;
- ♦ o Regimento de 20 de fevereiro de 1708, que proibiu lavar, semear ou plantar sobre as muralhas dos corpos das praças, o que só seria permitido na distância de 15

braças fora da estrada coberta; e do gado pastando nas obras ou paragens sob pena de confisco do dito gado para os soldados;

- ♦ a Carta Régia de 7 de fevereiro de 1713, que recomendou a visita das fortificações como obrigação dos governadores;

- ♦ a Provisão de 13 de outubro de 1740, que declarou não se poder aforar no Brasil os terrenos da Fazenda Nacional que prejudicassem a serventia pública e as fortificações;

- ♦ os Alvarás de 7 de fevereiro de 1752, 4 de julho de 1754 e 30 de maio de 1755;

- ♦ o de 9 de julho de 1767, que esclareceu serem os solos das fortificações pertencentes à Nação, não havendo posse em contrário.

- ♦ o Decreto de 22 de janeiro de 1820, criou a Comissão de Inspeção das Praças e Fortalezas; cuidou da conservação das muralhas, quartéis, armazéns, estacadas e baterias por parte dos respectivos comandantes; organizou uma Inspeção composta de oficiais da Artilharia e Engenharia; determinou que sempre houvessem as somas necessárias para construções, pintura, etc., e estabeleceu um cofre especial em cada província do Brasil onde se processasse a legalização dessas despesas. Ordens foram determinadas quanto à disciplina, obrigações dos majores das praças, responsabilidade dos oficiais, etc. Na Côrte e Província do Rio o Governador das Armas devia mandar inspecionar as fortalezas de 6 em 6 meses por oficiais de Artilharia; nas províncias os Governadores e Capitães Gerais deveriam mandar fazê-lo todos os anos. Este decreto foi suspenso pelo de 5 de junho de 1871, que o simplificou.

– Pelo Decreto 7.669, de 2 de fevereiro de 1880, foi aprovado extenso Regulamento para o serviço das fortificações do Império e para o das guarnições, sua classificação, armamento, comandantes, funções, posse, etc., e cujos primeiros artigos são:

- ♦ Art. 1º – As fortificações dividem-se em: 1º, praças de guerra; 2º, fortalezas; 3º, fortes ou fortins; 4º, redutos.

- ♦ Art. 2º – Chamam-se praças de guerras as cidades, vilas ou povoados cingidos por muralhas e outros obstáculos naturais ou artificiais dispostos e combinados de modo que a força destinada à sua guarnição possa defendê-las por um tempo mais ou menos longo, contra forças superiores que tentem apoderar-se deles e ocupar o terreno que cobrem.

- ♦ Art. 3º – Chamam-se fortalezas as obras de fortificações que fecham, cobrem e defendem uma certa extensão de terreno e que podem sustentar-se durante um tempo mais ou menos longo contra forças superiores às da sua guarnição. Não contêm habitantes civis como as praças de guerra.

- ♦ Art. 4º – Que fortes ou fortins que assim se distinguem segundo a mais ou menos capacidade interior, são obras isoladas de fortificações destinadas a defender uma certa extensão de terreno. Diferem das fortalezas por ter menor capacidade, menos número de frentes.

♦ Art. 5º – Os redutos são obras de fortificações fechadas de quatro a cinco faces quando muito, construídos nas vizinhanças e como dependências de uma praça de guerra ou fortaleza, para servir de posto a uma pequena força.

– Proclamada a República foram feitos, por ordem do marechal Floriano Peixoto, estudo das defesas das costas do Brasil, guarnecendo-se de canhões Krupp médios e grossos e de cúpulas couraçadas as fortificações do Rio de Janeiro.

– No Ministério da Guerra e nas fortificações a bandeira será hasteada e arriada ao nascer e ao por do sol com as formalidades regulamentares. Regulamento para o Serviço das Fortificações e Aviso de 4 de março de 1907.

– Aprova-se a Tabela de Classificação das Fortificações da República, Aviso de 8 de maio de 1907. As obras de defesa sob a denominação de fortificações distinguem-se em; 1º, Praças de guerra; 2º, Fortalezas; 3º Fortes ou Fortins; 4º, Redutos. Regulamento, Aviso de 31 de dezembro de 1909.

– Fortificações antigas e modernas do Brasil:

♦ **Estado do Pará.** Ao fundar o povoado de Santa Maria de Belém, em 1616, Francisco Caldeira Castelo Branco, levantou um reduto de madeira contra os índios, o qual recebeu o nome de Forte do Presépio. Atacado pelos tupinambás em 1619 foram estes rechaçados. Em seu lugar foi construído um forte de forma quadrada, com muralha de pedra para o lado da terra e de faxina com cestões para o lado do mar. Abrigava 300 portugueses e era defendido com artilharia levada de bordo. "Depois de arruinado e demolido deu lugar ao Forte do Castelo, por certo como homenagem a seu fundador, da mesma sorte porque se batizara antes de Presépio para comemorar o dia de natal em que partira do Maranhão a feliz expedição" diz o coronel Luiz Lobo (5).

♦ Forte do Castelo do Senhor Santo Cristo. No lugar onde fora o Forte do Presépio, nova construção em taipa tomou o nome de Forte do Castelo. Por volta de 1728 foi ele reconstruído em pedra e cal pelo construtor português Francisco Martins, que para esse fim veio de Lisboa, sob a direção do engenheiro e sargento-mor Carlos Varjão Rolim.

– Restaurado depois da Independência, foi desarmada por ordem da Regência em 1832. Nela abrigaram-se os revolucionários da Cabanada sendo teatro de cenas as mais cruéis e revoltantes. Em 1850 foi a fortaleza reconstruída pelo Presidente Jerônimo Francisco Coelho, sendo armada em 1868 com artilharia moderna de então. Em 1876 foi novamente desarmada para abrigar o Arsenal de Guerra, extinto em 1899.

♦ Fortaleza da Barra ou de Nossa Senhora das Mercês. A primitiva obra foi levantada em 1615 por Francisco Caldeira Castelo Branco, informa Garrido, na extremidade de uns rochedos em Val-de-Cães, no Rio Guajarará. No mesmo lugar um novo forte foi construído em 1685 por Antônio Lameira da França. Depois da Independência esteve armada com 12 canhões, passando por consertos em 1874, teve destacamento e serviu de registro. Houve em bateria de Val-de-Cães, levantada em faxina por ordem do

governador José Maria de Moura, em 1789 (6), na ponta do mesmo nome, com 4 obuses para cruzar fogos com a Fortaleza da Barra. O Fortim da Barra, teve sua construção iniciada em 1718 sendo armado de 6 peças. Em excelente posição na ponta da ilha do mesmo nome, foi destruído pela correnteza das águas, desaparecendo.

♦ O Forte de São Pedro Nolasco, também chamado das Mercês, à beira-mar, no fundo do Convento dos Mercenários, foi levantado em 1665 pelo Governador e Capitão General do Pará, Rui Vaz de Siqueira; outros autores atribuem-no ao capitão-mor Feliciano Correia. Estava onde hoje se localiza a Alfândega e seu nome teve origem na primitiva invocação da Igreja das Mercês. Tinha o feitio cordiforme, e era armado com 5 canhões. Depois da Cabanada entrou em ruínas sendo arrasado.

♦ O reduto São José, mandado construir em 1771 por Fernando da Costa Ataíde Teive, perto do Convento de Santo Antônio com a berma protegida de paliçada, teve por fim auxiliar o Forte São Pedro Nolasco. Houve ainda, entre o São Pedro Nolasco e São José a Bateria de Santo Antônio, construída em 1763, segundo Garrido, ou em 1789 conforme Baena (por receio dos franceses). O Governador José Narciso de Menezes reuniu as duas obras anteriores com um semi-baluarte e uma muralha em ângulo reentrante. O estado de ruínas e a expansão da cidade causaram o seu desaparecimento.

♦ Bateria da Ilha dos Periquitos. Na ilha do mesmo nome, foi construída em 1773, defronte do sítio Tapaná. Construção ligeira armava 4 canhões em 1789, que podiam cruzar fogos com a Fortaleza da Barra e a Bateria de Val-de-Cães. Com a ação das águas a Bateria e a própria ilha foram arrasadas e desapareceram.

– No início do século XVII, franceses, holandeses e ingleses se haviam instalados em diversos pontos das margens do Amazonas levantando fortes e baterias para apoiar o tráfico de madeiras e mais produtos locais. Foram eles: Mandiutuba, Mariocai, Tucujús, Torrego, Felipe, Camaú, Muturú, Orange, Nassau e Maiacaré.

♦ O Forte Mandiutuba, construído pelos holandeses no começo do século XVII, perto da Vila de Vieiros, nas vizinhanças de Gurupá, foi tomado por Pedro Teixeira e outros na noite de 23 de maio de 1625. O inimigo conseguiu escapar e o forte foi arrasado. Os holandeses e outros forasteiros garantiram-se fortemente em outras obras como em Mariocai e Tucujús. O Forte de Mariocai, em taipa, foi levantado também nos princípios do século XVII, pelos holandeses nas proximidades do Xingú (onde hoje está a cidade de Gurupá). Foi tomado pelo capitão-mor Sebastião de Lucena em 1641 e destruído. Tucujús era o nome de uma tribo, que habitava a região da desembocadura do Rio Xingu. Os holandeses construíram neste território alguns fortins, conhecidos pelo nome de Tucujús.

♦ O Forte Torrego (aportuguesação da palavra Taurege), na confluência do Maracapucú – informa o coronel Luiz Lobo – foi cercado e batido pelos capitães Pedro Favela e Pedro Teixeira a 24 de outubro de 1629, sendo arrasado. Um forte chamado de São Felipe ou simplesmente Felipe, construído pelos ingleses de Roger North em 1629,

após terem sido batidos no Forte de Santo Antônio de Gurupá, achava-se à margem esquerda do Rio Amazonas, em frente à Ilha Tucujús, entre os Rios Anavarapucú e Matapí. Foi tomado em 1631 pela expedição chefiada pelo Governador capitão Jacome Raimundo de Noronha e Manuel Pires Freire, sendo totalmente destruído.

♦ Forte de Camaú (Cumá ou Camamú). Foi construído pelos ingleses na ponta do Macapá próximo dos Fortes Felipe e Torrego. Caiu em mãos dos capitães Aires Chichorro e Pedro Baião de Abreu, após muita luta, na noite de 9 de julho de 1631. Dias depois chegou em socorro da praça um navio inglês, e em novo combate, "Chichorro e Roger Frey, que era o comandante do forte, bateram-se no convés do barco à espada, por entre o fragor da abordagem sucumbindo o chefe inglês." A embarcação foi tomada e o forte arrasado, sendo todos os despojos conduzidos a Belém pelo Governador Feliciano Coelho de Carvalho que em pessoa dirigiu as operações. "Com esta derrota perderam os ingleses sua última posição em terras do Amazonas." (Carlos Garrido)

– Em 1658 foi levantado no mesmo lugar e com idêntico nome um forte em estiva de madeira por Francisco da Mota Falcão, para resistir às investidas dos nossos vizinhos. Em seu lugar foi construído mais tarde a Fortaleza de Santo Antônio do Macapá.

♦ O Forte de Maturú, construído pelos holandeses na margem direita do Amazonas, caiu em mãos dos portugueses em 1623, quando resolveram expulsar os intrusos estrangeiros que procuravam se consolidar na bacia do Amazonas. Foi arrasado, não deixando traços. O Forte de Orange, nas mesmas condições e origem, e da mesma época foi também arrasado pelos portugueses. Achava-se à margem esquerda do Xingu. O Forte de Nassau, contemporâneo do anterior e igualmente no Xingu, de construção precária, para assegurar posse e colonização daquele território, teve a mesma sorte que os anteriores (7). O Forte Maiacaré, levantado pelos holandeses sobre a borda do mar, próximo a embocadura do Maiacaré, foi tomado e destruído em 1646 pelo Governador Sebastião de Lucena.

♦ Fortaleza de Santo Antônio de Gurupá. Foi levantado no local onde existiam os Fortins de Mariocal e Tucujús, em excelente posição, por Maciel Parente em 1623, nas proximidades da foz do Xingu e da Vila Gurupá. Bateu os ingleses de Roger North em 1629; atacado novamente em 1639, desta vez pelos holandeses, foram estes derrotados e dominados por abordagem pelos portugueses comandados pelo capitão Pereira e Cáceres, servindo esta derrota de golpe final aos holandeses.

– A fortaleza foi reparada em 1691 e reedificada em 1742, 1761 e 1771, desta última vez por ordem do Governador coronel Fernando da Costa Ataíde Teive, sob traçado do ajudante Antonio José Pinto, ficando as obras incompletas. Dela só existe a lembrança.

♦ Fortaleza de Santo Antônio do Macapá. Sobre as ruínas do Forte de Camaú, foi a fortaleza levantada em 1686, por ordem do capitão general Antônio de Albuquerque

Coelho de Carvalho. Seu projeto foi atribuído ao jesuíta Aluísio Corrado, informa o coronel Luiz Lobo; diz, porém Garrido, que foi executado segundo projeto do sargento-mor de batalha e engenheiro-mor do Reino Manoel de Azevedo Fortes e desenho do discípulo da Academia Militar, Manuel Lins Alves.

– Foi tomada pelos franceses em 1697 sob o comando do marquês de Ferroles, Governador de Caiena, que pretendia estender até o Amazonas o território colonial de sua Pátria. Foi retomada a 6 de novembro do mesmo ano por Francisco de Souza Fundão, que aprisionou a guarnição.

– Condenada a desaparecer, ex-vi do art. 1º do Tratado Provisional de 4 de maio de 1700, que ordenava a demolição dos Fortes do Araguari, Cumaú e Macapá, e a retirar tudo quanto neles houvesse, não foi entretanto destruída em virtude de recomendações secretas do Governo Português, ao Governador do Pará, Fernão Camilo, para mantê-la de pé. "Mas também não teve mais reparos nem consertos que a defendessem da ação do tempo". (Carlos Garrido)

♦ A Fortaleza de São José do Macapá, que não deve ser confundida com a anterior, foi construída à margem esquerda do Amazonas um pouco abaixo da anteriormente descrita, teve seus planos elaborados em 1761, por ordem do capitão-general Ataíde Teive. Foi iniciada a 29 de junho de 1764, sendo autor do plano e executor o sargento-mor Henrique Antônio Galuzzi.

– Seu plano, conforme sistema Vauban, é de grandes dimensões e regular formando um quadrado perfeito com um baluarte em cada ângulo, e tendo suas muralhas em cantaria quase oito metros de altura. No seu recinto existiram armazéns, administração, quartéis, paióis, cozinha, capela, etc.; exteriormente portal, fosso e pequenas defesas. A fortaleza não chegou a ser totalmente concluída. Foi a mais vasta praça de guerra do Brasil, e tinha, ainda em 1839, 86 canhões de calibre de 2 a 36 montados em reparos à Onofre. Classificada de 1ª ordem em 1857, caiu em decadência servindo em 1894 de presídio, passando a classificação de 3ª classe em 1915.

– Seus 4 baluartes estavam sob as seguintes invocações: Nossa Senhora da Conceição, São José, São Pedro e Madre de Deus. Galuzzi não chegou a vê-la terminada, pois faleceu vítima de febres tropicais a 27 de outubro de 1769, sendo substituído pelo capitão Henrique José Wilkens até a chegada do sargento-mor de Engenheiros Gaspar João Geraldo Grootfelts, que a terminou em 1773.

♦ Fortaleza de Óbidos (ou de Santo Antônio dos Pauxis de Óbidos). Em promontório à margem do Amazonas em ponto estratégico, na cidade de mesmo nome, e a duas léguas da foz do Trombetas, foi erigida em 1697 pelo capitão-general Albuquerque Coelho. Em 1854, estando inteiramente arruinada, uma outra foi construída por ordem do governo no mesmo sítio, dirigindo as obras o major do Exército Marcos Pereira Sales que lhe deu forma semi-circular, armando-a com 10 canhões. A 14 de fevereiro de 1857 foi declarada de 2ª ordem.



– Em 1902 projetou-se a instalação de baterias Krupp no Planalto da Escama, e em 1909 concluíram-lhe quartéis e outras obras sendo que a bateria da Escama ficou terminada em 1911.

– Esteve guarnecida durante grande parte do Império pelo 4º Batalhão de Artilharia de Posição; em 1934, pela Bateria de Artilharia de Costa.

♦ O Forte de Santarém (ou da Sardinha ou ainda dos Tapajós) foi concluído em 1697, na confluência do Tapajós com o Amazonas. Devido a Manoel Mota Siqueira e seu filho do mesmo nome, recebeu este o título de seu Governador e mercê por três vidas do hábito de Cristo. (Coronel Luiz Lobo).

– Com a forma quadrada abaluartada nos ângulos, medindo 22 braças de face, era construído de taipa (pau-a-pique e terra) e localizado no ponto onde se desenvolveu a cidade de Santarém.

– Teve destacamento destinado a reprimir as tropelias dos índios Tapajós. Hoje, só existem no local, alguns velhos canhões.

♦ Forte de Almeirim (ou Desterro). Construído em 1638 por Bento Maciel Parente, achava-se na margem do Amazonas junto ao Almeirim. Arrasado em 1697 pelo Marquês de Ferrolles, Governador de Caiena, foi posteriormente reedificado por Manuel da Mota. Desapareceu no século XIX tragado por intenso matagal.

♦ Forte de Nossa Senhora de Nazaré de Alcobaca. Em Alcobaca, à margem do Tocantins, foi levantado em 1780, pelo major engenheiro João Braum, "para auxiliar a exploração do Rio Tocantins, evitar o extravio de ouro, a fuga de escravos e a aproximação dos índios Acarajás, Apinagés e Gaviões", diz o coronel Luiz Lobo.

– Em faxina e armado com 6 canhões, foi demolido pelo alferes Joaquim José Máximo por ocasião da fundação de um outro registro em São Bernardo da Pederneira.

♦ Houve ainda: os Fortes do Parú e o Toeré, na fronteira da Guiana Francesa, construídos por Francisco da Mota Falcão, de 1684 a 1688, e que foram tomados e arrasados pelo Marquês de Ferrolles em 1697; o Forte do Araguari, próximo ao Cabo Norte, na foz do rio do mesmo nome levantado em 1660 por Pedro da Costa Favela, e que foi destruído pela ação das águas; o Forte e Vigia do Curiaú, na margem direita do Rio Curiaú e abaixo da Fortaleza de Macapá, levantado em 1761 pelo Governador Manuel Bernardo de Castro e que desapareceu; a Bateria da Ilha do Bragança, erigida em faxina no ano de 1802 pelo Governador Francisco de Souza Coutinho, como defesa auxiliar do Macapá; Forte Botabouto, de construção precária, na ponta oriental da embocadura do rio do mesmo nome e que em 1688 estava armado com 3 canhões; finalmente, a Casa Forte do Rio Guamá, construída em 1725 por Luis de Moura, onde começava a estrada entre Pará e Maranhão, pelo interior, a fim de repelir os ataques dos índios e cobrar o fisco. Desta Casa Forte originou-se a Vila de Ourém. (Carlos Garrido)

♦ **Estado do Maranhão**. A Fortaleza de São Luis foi construída em 1612, pelos franceses de Daniel de La Touche, Senhor de La Rivardière, quando fundou a França

Equinocial. Localizada da Ilha do Maranhão, perto do Rio Anil, capitulou e entregou-se a Alexandre de Moura a 2 de novembro do mesmo ano, recebendo pouco depois a denominação de São Felipe em homenagem a Felipe II. Em 1624 foi inteiramente refeita em pedra e cal por ordem do Governador Francisco de Albuquerque Coelho de Carvalho. Ocupada pelos holandeses do almirante Cornelissen a 25 de novembro de 1641, foi reconquistada pelos portugueses comandados por Francisco de Albuquerque Coelho de Carvalho e Muniz Barreiros a 28 de fevereiro de 1644.

– Consertada em diversas ocasiões, montava em 1850, 28 canhões. Conhecida também pelo nome de Baluarte foi declarada de 2ª ordem em 1857 e passou para a Marinha em 1883. Serviu de prisão militar.

♦ Forte de Santo Antônio da Barra. Sua primitiva construção data de 1594. Também chamado da Ponta da Areia, foi reedificado de pedra e cal em 1690, recebendo o nome de Forte da Ponta de João Dias. De forma circular, está situado à margem do canal da Barra. Foi restaurado no século XVIII.

– Sua guarnição sublevou-se em 1824 sendo bombardeado por outros fortes por ordem do Presidente Bruce.

♦ O Forte da Natividade e Santa Maria ou Guaxenduba, de 1614, de forma hexagonal, foi também construído por Frias da Mesquita, por ordem de Jerônimo de Albuquerque para combater os franceses. Localizado na Vila do Icatú "foi antes de concluído atacado por La Rivardière com 7 patachos e 48 canoas conduzidos por 200 franceses e 2.000 índios, que chegaram a desembarcar. Mas Albuquerque e Diego de Campos entrincheiraram-se obstinadamente, e fazendo-lhes em tempo oportuno uma hábil sortida ganharam sobre eles magnífica vitória." (Carlos Garrido)

♦ Forte de São Marcos. Situado em promontório na entrada da Barra, data sua construção de 1654, tendo forma quase circular, de pedra e cal, com casa e prisão. Em 1824 bombardeou o Forte de Santo Antônio cuja guarnição amotinada foi vencida. Por Aviso de 15 de março de 1880 foi reduzido a um posto de sinais.

♦ O Forte de Alcântara, na atual cidade de Alcântara, foi construído em 1763, por ordem do Governador Joaquim de Melo Póvoas sob o nome de São Sebastião. Restaurado nos fins do século XVIII passou a ser denominado Forte do Apostolo São Mateus, sendo armado com 9 canhões. Desaparecido. O Forte de São Francisco, do tempo do general Alexandre de Moura, na ponta de São Francisco, chamou-se Fortaleza de São Cosme e Damião, e montava 21 canhões, estando em ótima posição. Em 1880 se achava em ruínas. Informa D. Clemente Maria da Silva-Nigra que tanto o Forte de São Francisco como o de São Felipe foram obras do engenheiro Francisco de Frias da Mesquita.

♦ O Forte Sardinha, do século XVII, na Ilha de São Francisco, foi construído por Alexandre de Moura, Governador Geral do Brasil. Esteve sob o comando de Bento Maciel Parente.

♦ O Forte do Calvário ou Vera Cruz foi levantado em 1620 por Pedro Teixeira na foz do Itapicurú para reprimir as tropelias dos índios. Foi melhorado e ampliado pelo almirante Cornelissen em 1641 quando o ocupou com suas tropas. A 1º de outubro de 1644 foi retomado aos batavos por Muniz Freire e Antônio Teixeira de Melo "assim se rematando a completa reconquista do Maranhão" (Carlos Garrido). Sua guarnição foi enforcada, com exceção do Comandante Schade e poucos outros homens. Montava 8 canhões e foi reedificado pelos portugueses em 1862 sob a invocação de Santo Cristo. Em 1885 dele só restavam ruínas.

♦ O Forte de São José do Itaparí, construído em 1613 por La Rivardière, a noroeste da Ilha de São Luiz, fronteira ao de Guaxenduba, foi tomado por Jerônimo de Albuquerque em 1615, após a vitória do Forte da Natividade, sendo reconstruído pelo seu comandante Bento Manuel. Houve ainda o Forte de Iguará, no rio do mesmo nome, na fronteira do Piauí, levantado em 1712 pelo mestre-de-campo Antônio da Cunha Souto Maior. Foi conhecido também por Casa Forte do Iguará.

♦ **Estado do Ceará**. Um forte com o nome da Nossa Senhora do Amparo e uma igreja da mesma invocação foram levantados em 1611 na foz do Ceará por Martins Soares Moreno. De madeira e terra, o forte foi também conhecido pelo nome de Tartaruga, passando depois à denominação de Forte de São Sebastião. Assaltado pelos holandeses em 1637 foi retomado pelos índios em 1644 perecendo toda a sua guarnição inclusive seu comandante Gedeão Morris.

– Voltaram os holandeses em nova expedição sob o comando de Matias Beck e o assaltaram, e construíram um outro forte na planície de Majuraritiba ou Marajaitiba, perto do riacho Pajeú, com o nome de Schoonenborch, diz o professor Monteiro de Moraes. Este forte foi levantado em 1646 ou 1649 e por sua vez, caiu em poder dos nossos em 1654. Reconstruído em fins do século XVII, foi-lhe dado o nome de Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção, sendo conhecido também simplesmente por Fortaleza – donde o nome da capital do Estado. Situada na barranca, em frente ao fundadouro dos navios, passou por diversas reformas, sendo reconstruída em 1812. Em 1857, armada com 32 canhões foi considerada de 1ª classe, sendo mais tarde desarmada em vista das construções civis que a rodeavam. Teve um destacamento do 11º Batalhão de Infantaria e, em 1917, a 1ª Bateria Independente do 3º Distrito de Artilharia de Costa.

♦ Outros fortes foram: o de Nossa Senhora do Rosário na Baía (porto ou buraco) das Tartarugas, no lugar chamado Jaricoaquara, abaixo de Camocim, fundado por Jerônimo de Albuquerque em 1613, e que sustentou grandes lutas contra os índios e contra os franceses; em Mucuripe, ao sul da capital, diversas baterias e fortins, construídos em 1802; as Fortificações holandesas de Camocim, de 1641, e o verdadeiro Forte de Camocim, de 1649; o Forte do Rio Cruz, o construído por Vidal de Negreiros, em 1659; o Fortim de Santiago, de 1604, na povoação de Nova-Coimbra do qual não há vestígios; o Forte de São Sebastião, fundado por Martins Soares Moreno, em 1612, légua e meia da

cidade de Fortaleza, em terra e faxina com duas peças e que resistiu mais tarde aos holandeses e aos franceses, e cujas peças foram transportadas para o Forte de Schoonenborch; o Fortim de São Lourenço, de 1603, às margens do Jaguaribe, levantado por Pero Coelho de Souza. Alguns autores citam também o Forte de São Bernardo, e o de São Bartolomeu.

♦ **Estado do Rio Grande do Norte.** A Fortaleza dos Santos Reis Magos teve origem numa fortificação de madeira levantada junto ao seu local em 1597. A 6 de janeiro de 1598, dia dos Santos Reis Magos, foram lançados os fundamentos do novo forte em taipa, estacada de areia por Manoel Mascarenhas Homem. Conforme Serafim Leite, o seu traçado foi devido ao jesuíta Gaspar São Peres, engenheiro arquiteto. Em 1612 era armada de 9 peças de bronze e 17 de ferro coado.

– Ocupado pelos holandeses sob o comando de Sigismundo Van Schkoppe foi o forte reconstruído em pedra e cal, sendo-lhe dado pelo chefe holandês o nome de Ceulen em homenagem ao comissário do mesmo nome.

– Durante a II Guerra Mundial aquartelou uma bateria independente de Costa. Acha-se hoje em ruínas.

♦ Outros pontos fortificados foram: Guaraíras ou Arez, construído pelos holandeses; o Forte da Ponta Negra, a duas léguas a oeste da Fortaleza dos Reis Magos, construído nos começos do século XIX, e do qual não há vestígios; o Forte de Potitinga, próximo do Cabo São Roque, e que desapareceu; o de Touros, na embocadura da Carnaubinha, construído nos começos do século XIX pelo tenente-coronel José Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, informa Carlos Garrido, e que já não existe; o Forte de Manuel Gonçalves perto da barra do Assú, que desapareceu juntamente com a ilhota onde se achava; o de Genipabú, entre a barra do Potengi, e a do Ceará Mirim, do qual restam algumas ruínas. Cita-se ainda o Forte de São Roque.

♦ **Estado da Paraíba.** Informa Varnhagem que um forte foi levantado em 1584 pelos castelhanos de Francisco Costejon na entrada do Rio Paraíba, à margem esquerda e que foi abandonado e incendiado no ano seguinte pela guarnição que se retirou para Itamaracá. Talvez seja este o Forte de São Felipe de que há poucas notícias, o mesmo acontecendo com as fortificações na Baía da Traição e na de Lucena.

♦ Um novo forte, que teve então o nome de Forte do Mato (ou de Matos), foi mandado construir à margem direita do Rio Paraíba, parte sul, a 5 léguas da atual capital por Martins Leitão, depois da paz com o chefe índio Piragibe, e que teve início em novembro de 1585, de taipa e areia solta, terminando quatro anos depois. Foi guarnecido por Francisco Morales com 50 soldados espanhóis. Em 1597 tomou o nome de Santa Catarina em atenção à padroeira da sua capela. Tinha sua renda própria, informa Romeu de Avelar, pois cada caixa de açúcar depositada no forte "pagava um cruzado de imposto".

– Em 1611 era armado com duas peças de ferro, 2 camelos pedreiros de bronze, quatro falcões e 11 falconetes, e guarnecido por 20 soldados e seus oficiais, segundo o Livro da Razão do Estado.

– Um forte com novo traçado, em pedra e cal foi iniciado em 1618 pelo engenheiro Francisco de Frias da Mesquita, terminado em 1632, informa D. Clemente Maria da Silva Nigra.

– Com uma guarnição de 2 companhias e armado de 18 canhões, resistiu em 1631 ao primeiro ataque dos holandeses. Voltaram estes a novo ataque em dezembro de 1634, com 29 navios e 2.300 homens sob a direção de Van Sckopp, Artichofsky e do almirante Lichthardt. O forte, comandado por João Matos Cardoso, Jerônimo Pereira e Antônio de Albuquerque, bateu-se heroicamente por vários dias rendendo-se finalmente com honras de guerra.

– Na mesma ocasião caiu o Forte de Santo Antônio, chamado o Velho, construído em 1587, que lhe ficava próximo, na margem norte do Paraíba, e que ficou reduzido a uma torre devido aos estragos do mar. Da mesma forma a Bateria da Restinga ou de São Bento, que ficava na ilha da Restinga formando triângulo com os dois anteriores, foi vencida. Todos voltaram ao nosso poder em 1654. O Convento de São Francisco na cidade da Paraíba foi fortificado com fossos, estacadas e 10 bocas de fogo, assim como a igreja de Nossa Senhora da Guia. A cidade da Paraíba, conhecida também por Filipéa passou a ter o nome de Frederikstad.

– Em 1637, Nassau, ao visitar a Paraíba, mandou reconstruir o Forte de Santa Catarina, dando-lhe o nome de Marguereta, em honra da princesa Margarida sua irmã. Retornado heroicamente em 1654 recebeu o nome de Santa Catarina do Cabedelo. Foi todo reedificado nos fins do século XVII. Nele estiveram presos os implicados na revolução republicana de 1817 e o seu chefe da Paraíba, José Peregrino Xavier de Carvalho.

– Na forma de um losango guarnecido de um baluarte, dois meios baluartes e uma tenalha era cercado de fosso e paliçada. Nos fins do Império serviu de quartel para a Companhia de Aprendizes Marinheiros.

– Acha-se hoje em completa ruína, contudo, é notável monumento dos tempos coloniais evocando lutas cruentas. Tem no portal a data de 1712.

♦ O Forte do Pitimbú no litoral da Paraíba foi levantado pelo capitão de engenheiros Diogo da Silveira Veloso nos primeiros anos do século XVIII, por ordem do Governador de Pernambuco Francisco de Castro Morais, sendo as obras devidas aos militares e aos moradores e seus escravos.

♦ **Estado de Pernambuco**. Olinda, sede da capitania, era defendida em 1611 por paliçadas e baterias. Logo que o Governador Geral do Brasil, Diogo Luís de Oliveira foi prevenido de que uma poderosa armada holandesa se preparava para vir atacar-nos, despachou em 1629 para Pernambuco o sargento-mor engenheiro Pedro Correia da

Gama para fortificar o Recife e Olinda "de tudo o que lhe parecesse acomodado à defesa e à brevidade. Pedro Correia cercou Olinda com trincheira na praia, e a povoação do Recife com paliçada de pau-a-pique que era o que podia fazer".

– No ano seguinte desembarcam os holandeses em Pau Amarelo e o primeiro obstáculo que encontraram no caminho de Olinda foi a forte trincheira construída no Rio Doce à margem direita junto à sua foz; o segundo, foi o Reduto do Rio Tapado, no rio do mesmo nome.

– Em Olinda propriamente, existiam, o Forte do Queijo ou de São Francisco, que foi depois reconstruído pelos holandeses (o Governador Caetano Pinto de Miranda Montenegro reergueu-o em boa alvenaria, diz Garrido, motivo porque ficou sendo conhecido por Forte Montenegro), e o pequeno forte chamado Guarita de João de Albuquerque ou Forte de Santa Cruz, que ficava perto do Mosteiro de São Bento, na restinga que vai de Olinda para o Recife. Segundo alguns autores foi arrasado pelos holandeses, mas, restaurado e guarnecido, foi tomado pelo capitão Brás de Barros em 1647.

– A povoação do Recife, que era contornada por uma linha de paliçada, opôs ao invasor, a barrar-lhe a entrada o Forte Velho também chamado Forte de São Jorge ou Castelo da Terra, assim como na entrada da barra o Forte do Mar, ambos "levantados à custa do povo e do senhor da terra."

♦ O primeiro deles (Forte Velho), fora construído no lugar onde existira um outro, de forma triangular, sobre a areia e com pouca resistência, pelo jesuíta Gaspar de São Peres, e foi ocupado em 1595 pelos piratas Vennes e Lancaster. Refeito por Matias de Albuquerque em 1629, comandava-o em 1630 Antônio de Lima, que resistiu heroicamente a vários ataques dos holandeses, comandados por Loncq e Werdenbusch. Na sua heróica defesa combateu João Fernandes Vieira, então com 16 anos, e outros voluntários. A guarnição rendeu-se a 2 de março sendo-lhe concedida a conservação de suas armas, mas sem as bandeiras nem morrões acesos. Dizem alguns autores que os batavos deram ao forte o nome de Sanct-Joris. No seu lugar foi construída em 1683 a igreja de Nossa Senhora de Pilar.

♦ O Fortim do Bom Jesus, de três baterias, foi também construído por Matias de Albuquerque. Situava-se na entrada do povoado do Recife (a 600 passos do Forte de São Jorge) e junto dele estavam o arco e a capela do Bom Jesus, ficando duas baterias para o lado do mar e uma à margem do Beberibe. Teve o apelido de Quebra-pratos, devido aos prejuízos causados na vizinhança pelas salvas. Este apelido parece vir de uma bateria anteriormente existente no lugar. O Fortim do Bom Jesus foi demolido em 1850.

♦ O Forte do Mar também chamado Forte Novo, Forte da Lage, Castelo do Mar, Forte de São Francisco, mais tarde, Forte do Picão, na entrada da barra sobre a ponta do recife, em frente ao de São Jorge, caiu em poder dos holandeses após alguma resistência, devido à grande força naval que o atacou a 2 de março de 1630.

– Sua construção teve início no tempo de D. Francisco de Souza, em 1612. Delineado por Tibúrcio Espanhochi foi terminado pelo engenheiro-mor Francisco de Frias da Mesquita. Reconstruído em 1808, foi desarmado em 1839 e demolido em 1910.

♦ Fortaleza de São João Batista do Brum. Em 1629, teve início pelo engenheiro Diogo Paes, por ordem de Matias de Albuquerque, a construção do Forte Real (também chamado Diogo Paes), no istmo, 300 passos à frente do Forte de São Jorge, para defender o ancoradouro do Poço. No ano seguinte quando o inimigo entrou a obra não estava concluída; estes, prosseguiram na construção, e nela – diz Garrido – trabalharam os engenheiros Commerteyn, Andreas Drewich e Van Buerem.

– Recebeu o nome de Bruyne em homenagem a Johan Bruyne, presidente do Conselho Político de Olinda, passando a ser chamado pelo povo – Fortaleza do Brum. Na face que dava para Olinda apresentava como obra avançada uma tenalha ou harnevaque. Entregue a Fortaleza aos nossos em 1654, após a capitulação da Campina do Tabor, foi restaurada a partir de 1677.

– Serviu de prisão política por diversas vezes, estando, em 1880, armada de 48 canhões. Em 1894 aquartelou o 5º Batalhão de Artilharia a Pé; em 1915, a 2ª Bateria do 4º Batalhão de Posição, continuando guarnecida durante a Primeira Guerra Mundial. Acha-se em bom estado de conservação.

♦ O Forte do Buraco, no istmo, entre a fortaleza anteriormente citada e Olinda, foi levantado em 1631 pelos holandeses como um reduto, sob a denominação de Juffron de Bruyne, a que Barleus chama Madame Bruyne (por homenagem à esposa do conselheiro Bruyne, e não à do general Waerdenburch, como dizem alguns autores). Deram-lhe os Pernambucanos o nome de Perrexil ou Perreril ou do Buraco (por estar em frente do Buraco de Santiago, depois Tacuruna ou Tucaruna), nome que se manteve.

– Na capitulação de 1654 montava apenas quatro peças de ferro. Entre 1705 e 1711 foi reconstituído em pedra e alvenaria na forma de um trapézio, sendo armado com 24 canhões. Em 1863, em razão da Questão Christie foi melhorado em sua artilharia. Desarmado e abandonado acha-se hoje em completa ruína.

– Com os holandeses, o Recife propriamente dito, foi ainda defendido por dois baluartes e uma paliçada que existem junto ao arco do Bom Jesus e por trincheiras, cercas e baterias em todo o contorno.

– Em uma ilhota, na junção dos rios Capibaribe e Beberibe, em frente o Forte São Jorge e perto das Salinas, ficava a Casa do Asseca (Sequa ou Seca), defendida por algumas baterias e que foi incendiada e abandonada por Matias de Albuquerque em 1830, sendo logo ocupada pelos invasores que nela construíram um forte com três baluartes e cortinas duplas e que deram o nome de Waerdenburch ou Driechocek, e chamado também Forte do Asseca ou das Três Pontas. Foi ocupado por Francisco de Figueiroa em 1654.

- Uma forte trincheira e paliçada com o nome de Kykcin de Pot, que depois foi transformada em forte com o nome de Três Pontas.

- Na margem direita do Beberibe, em frente o Forte do Buraco, no lugar depois chamado Tucaruna, havia a estância do capitão Luis Barbalho e as salinas de Francisco do Rêgo Monteiro, onde fica hoje Santo Amaro, diz Pereira da Costa. Neste ponto estratégico Matias de Albuquerque fez construir em 1632 umas baterias e trincheiras que ficaram conhecidas por Forte das Salinas, e também Forte de Francisco do Rêgo, Capitão Luis Barbalho, e do Buraco de Santiago.

- Este ponto fortificado foi atacado diversas vezes pelos holandeses sendo finalmente abandonado em 1633 em razão da queda dos Afogados, no sul de Maurícia. Os holandeses construíram uma fortificação "pouco além da Tucaruna que ficou conhecida por Fortaleza das Salinas". Todos estes pontos fortificados foram retomados com muita luta em 1654, e no seu lugar foi construída a Capela de Santo Amaro das Salinas em 1681.

♦ O Forte Ernesto, na Ilha de Antônio Vaz, depois cidade Maurícia, hoje bairro de Santo Antônio, foi levantado pelo invasor em 1630, no local onde estava o Convento de São Francisco, nas imediações do atual Palácio da Justiça. Ernest era o nome do irmão do Conde Maurício de Nassau, que veio a falecer em 1639 em frente à cidade do Salvador. O forte formado de quatro baluartes, fosso e trincheira foi muito atacado pelos pernambucanos, e depois de 1654, o seu terreno foi devolvido aos religiosos franciscanos.

- Este forte foi também chamado pelos nossos de Forte de Santo Antônio por ficar dentro de seus muros o aludido Convento, diz Pereira da Costa.

♦ A Fortaleza de São Tiago das Cinco Pontas, ao sul do bairro de Antônio Vaz, foi construída também em 1630 sob o nome de Frederick Hendrich (este forte teve no começo a denominação de Frots deu Juivel - *Desafio ao Diabro*, diz Richschoffer) pelo engenheiro holandês Commersteyn. Com cinco baluartes dispostos em estrela regular era defendido por largo fosso molhado, parapeito e paliçada, tendo ainda dupla tenalha de grande extensão conhecida por harnevaque que visava o lado dos Afogados.

- A construção desta fortaleza teve por finalidade defender das emboscadas as cacimbas de Ambrósio Machado que forneciam água potável aos soldados e moradores. O povo chamava a Fortaleza das Cacimbas, e, como diz Pereira da Costa, "antes dela ser levantada não saiam os holandeses fora do Recife e lhes custava muito sangue a água que bebiam, pois de uma vez deixaram 43 homens mortos no local". Bebiam "água com sangue" como dizia então o povo.

- Sua rendição marcou o fim do domínio batavo em Pernambuco, ocupando-a o general Francisco Barreto, após a capitulação da Campina do Taborda a 27 de janeiro de 1654. Foi reconstruída por João Fernandes Vieira, com quatro baluartes em 1677.

- Nesta fortaleza foram enforcados os conjurados da Confederação do Equador em 1824, e frei Caneca nela foi fuzilado. Alienada por Lei de 14 de setembro de 1859



serviu de quartel nos últimos anos do império ao 2º Batalhão de Infantaria, e na República, à tropa federal, assim se conservando até hoje.

– A 200 braças da Fortaleza das Cinco Pontas, no sítio hoje denominado Cabanga, ficava o antigo reduto Amélia ou Emília, chamado pelos holandeses Milhou. Construído pelos pernambucanos em 1630 foi tomado por Remback comandando mil homens, a 17 de março de 1633, sendo reconstruído por eles.

♦ A Fortaleza Prins Willem, também chamada Forte dos Afogados, Forte Guilherme, ou Forte da Piranga, foi construído pelos holandeses após várias tentativas, em março de 1633, quando conseguiram desalojar a guarnição do reduto dos Afogados comandada por Francisco Gomes de Melo. Levantada com quatro baluartes, fosso e sólida paliçada, em excelente posição apesar do terreno pantanoso, foi constantemente hostilizada por Felipe Camarão e Henrique Dias, pois, esta obra marcou a posse de toda a região com muitos engenhos e casas fortes. Caiu em ruínas depois de 1654.

– Próximo a esta fortaleza ficava o reduto seguinte, com o nome Kykcin de Pot (Esfalfado), de 1646; e um pouco mais longe o Forte Schoonenborck, a uma légua do das Cinco Pontas, que foi chamado pelos nossos Forte da Barreta "por ficar no Passo da Barreta", – trapiche e depósito para embarque de açúcar, que já existia em 1630. Na sua vizinhança havia a estância militar da Barreta, abandonada em 1646 pelos brasileiros que se retiraram para os Guararapes onde construíram uma nova estância.

– Logo depois da ocupação de Olinda e do Recife cuidou Matias de Albuquerque de construir um ponto estratégico e seguro na Várzea, o que realizou ao levantar o Forte do Bom Jesus, a uma légua do Recife e uma de Olinda, perto dos Rios Capiberibe e Parnamirim. Deste ponto passou a hostilizar intensamente o inimigo por meio de emboscadas.

– Sobre ligeira elevação, o forte era formado de bastiões, tenalhas, paliçada, fosso escarpado e profundo, e cinco entradas. Seu alto talude media uma lança e meia de altura, diz Pereira da Costa. A população civil dos arredores, da Várzea e dos engenhos correu a abrigar-se à sua sombra formando um arraial.

– Após várias tentativas sem sucesso resolveram os holandeses, passados já cinco anos, dar-lhe o cerco final.

– Em março de 1635, Artichofski com 1.200 homens e numerosos índios conseguiu construir cinco redutos ou baterias nas suas proximidades, cercando-o inteiramente, e que foram: o reduto do capitão Verdoes, o do capitão Hinderson, o do capitão Ernestus, o do capitão Turlon e o do capitão Christiansz. Após três meses de heróica resistência e devido à extrema penúria em que se achava a guarnição o forte capitulou a 8 de julho de 1635. Seu comandante era então o capitão de artilharia André Marin que viera para Pernambuco no Terço do Conde Bagnuolo. No forte foram encontrados 15 canhões de bronze e 10 de ferro, além de farta munição. 547 homens se renderam com todas as honras de guerra: sua bagagem, morrões acesos, bala na boca,

bandeiras estendidas e ao som dos seus tambores. Os civis – entre os quais havia alguns proprietários de engenhos – pagaram resgate ("como se fossem cativos de Arzel", diz frei Calado) em muitos extorquidos por meio de torturas, conforme a posse de cada um. Os soldados portugueses e estrangeiros foram exilados para a Ilha Terceira ou da Madeira, os soldados brasileiros se retiraram para o interior.

– O forte foi arrasado, sendo que sua localização está marcada por um monumento erigido no século passado por iniciativa do Instituto Arqueológico de Pernambuco. A importância da rendição do Forte Real do Bom Jesus foi de tal significação que os holandeses mandaram cunhar uma moeda comemorativa em honra do general Artichofski, herói do feito.

– Resolvido o movimento restaurador de Pernambuco pelos chefes militares, em 1645, com a intensificação da luta nas proximidades do Recife, foi levantado por ordem de João Fernandes Vieira e André Vidal de Negreiros, em fins daquele ano, na Várzea, um novo arraial que recebeu o nome de Forte do Arraial Novo de Bom Jesus.

– Situado "junto ao engenho do Bribão", para os lados dos Afogados, foi traçado pelo mestre-de-campo holandês Teodoro de Estraste (que se passara aos portugueses) e um mestre de obras estrangeiro, informa frei Calado, e ficou pronto em três meses, cavalgando 8 peças de bronze que haviam trazido da Fortaleza de Porto Calvo. A 1º de janeiro de 1646 "se deu nele a primeira salva em honra da Circunscrição de Nosso Senhor Jesus Cristo".

– Serviu de armazém para as munições de guerra e de boca na luta final. Dele saíram os pernambucanos em guerrilhas e sortidas hostilizando o inimigo, impedindo-o de buscar água e lenha e roubando o gado junto à Fortaleza dos Afogados e da das Cinco Pontas. Seu lugar está assinalado por uma coluna desde 1872.

♦ Forte de Santo Antônio o Novo. Este forte, na margem esquerda do Rio Capibaribe, perto do Asseca e das Salinas, por trás do Palácio das Torres, foi iniciado secretamente pelos pernambucanos em outubro de 1647, pois foi feito à noite, como relata Pereira da Costa, e em tal silêncio que de nada suspeitou o inimigo, por cobrirem a obra cada manhã com ramos frescos. A inauguração deu-se a 6 de novembro com violento canhoneiro "que causou não menos dano que espanto e perturbação na cidade." Era formado de quatro baluartes, duas estacadas, trincheiras, fosso e plataforma. Dele partiu em certa ocasião um destacamento que atacou com sucesso o Palácio das Torres.

– Foi chamado em começos Bateria ou Vila, passando a ter o nome de Alkemaer, Altmar ou Altena, depois de ocupado pelos holandeses em 1648. Um canal ligava-o até a ponte da Boa Vista, como indica o excelente mapa de Manuel Bandeira (8). Rendeu-se em 1654.

– Um forte da época posterior ao domínio holandês foi o chamado Forte-do-Matos que teve início com toda a solenidade em 1684. Situado no bairro do Recife "à margem do rio, junto ao largo da Assembléia, em frente à Rua do Codorniz, depois de

Mariz de Barros", foi construído sob administração gratuita do mestre Antônio Fernandes de Matos e em parte à sua custa.

– O forte teve o nome oficial de Forte Madre de Deus e São Pedro, mas predominou o de Forte-do-Matos.

– Diz Pereira da Costa que o forte formava um semicírculo pelo lado do mar e tinha pelo de terra dois meios baluartes e uma cortina sendo guarnecido com 24 canhões de bronze. O forte defendia o ancoradouro e a povoação do Recife e batia a praia das Cinco Pontas.

– Fernandes de Matos recebeu em remuneração do serviço que prestara a nomeação de comandante da fortaleza, posto que conservou até 1694 "quando talvez faleceu".

– Em 1715 a fortaleza já estava em ruínas; ordenou-se a sua reparação, mas nada se fez. Em 1847 ainda existia o arco que sustentava o portão, sendo então demolidos seus últimos vestígios.

– Na parte norte do litoral de Pernambuco houve as seguintes fortificações:

♦ O Forte de Nossa Senhora dos Prazeres do Pau Amarelo, a 18 quilômetros da cidade de Olinda, dominando o ancoradouro e barra do mesmo nome, que foi mandado construir em 1703, segundo planta do engenheiro Luis Francisco Pimentel, mas só foi começado em 1719, é o que informa Pereira da Costa. Nele trabalhou o engenheiro Diogo da Silveira Veloso. Em 1745 estava por acabar e constava de uma bateria de 4 peças, dois baluartes, capela, quartel, calabouço e paiol, e como guarnição um tenente e sete soldados.

– Em 1801 montava 12 peças. Em 1808 projetou-se a sua reconstrução sendo que depois veio a ter farol.

– A Ilha de Itamaracá ou de Santa Cruz foi logo alvo da cobiça dos flamengos. Seu povoado ou Vila da Conceição era sede da Capitania de Itamaracá. Em 1612 a ilha era armada de dois canhões de ferro coado e dois falcões de bronze, não tinha, porém, soldados.

– Na primeira investida, em 1631, os holandeses desembarcaram na ilha, e evitando atacar as fortificações construíram no porto da barra, por ordem de Callenfels, a Fortaleza de Orange em madeira e terra, que ficou com uma guarnição de 300 homens às ordens de Artichofski, para a defesa da barra, sendo logo reconstruída em pedra e com um harnevaque.

– Em novo ataque procedido em 1633 a ilha foi toda ocupada, e a vila que era armada com 16 canhões e comandada por Salvador Pinheiro foi arrasada, sendo construído o arraial fortificando de Schkoppe, com baterias e uma torre castrense.

♦ A Fortaleza de Orange ou de Itamaracá, mais tarde de Santa Cruz, e outros redutos, resistiram sempre aos pernambucanos e foram entregues na capitulação de 1654 ao mestre-de-campo Francisco de Figueiroa. A fortaleza foi mandada reconstruir

em 1693 num quadrilátero duplo com capela, quartéis, armazéns e poço. Em 1745 montava 29 peças. Passou por nova reforma em 1777.

– Na parte norte da ilha houve o Forte da Ponta do Catuama. Em princípios do século XVIII um novo Forte da Catuama foi levantado pelo engenheiro Diogo da Silva Veloso, que esteve em Pernambuco entre 1704 e 1730. No continente, junto à ilha os holandeses construíram os redutos de Itapessuma ou Tapecima, e o dos Marcos.

– Na Vila de Tejucopapo, perto de Goiana, houve um reduto ou trincheira onde valorosas mulheres opuseram formidável resistência aos holandeses comandados por Lichtard. No seu lugar foi levantado um monumento comemorativo. Existem referências a um Forte da Barra da Goiana.

– Na parte sul do litoral pernambucano houve, no local onde está hoje a cidade do Cabo, o Forte de Santo Antônio.

– No Cabo de Santo Agostinho havia a Fortaleza de Nazaré, de 1631, e alguns redutos. Em 1632 foi construído no extremo sul do Cabo o Forte de Nazaré ou Castelo Marítimo pelo Conde Bagnuolo, segundo ordens de Matias de Albuquerque, para defender o canal e os Rios Suape e Ipojuca. Perto dele ficava o Forte do Pontal também chamado da Barra.

– Nas primeiras investidas, de 1631 e 1632 os holandeses foram repelidos. Na tentativa de 1634 (4 de março) conseguiram ocupar o Forte do Pontal, que passou a ter o nome de Van der Dussen; perto desse construíram o Fortim Domburg; ao sul da barra, fronteira ao Castelo Marítimo, na Ilha do Borges (que passou a ser chamada Walcheren) levantaram o Forte Gysselingh.

– No ano seguinte, após longo cerco, a Fortaleza de Nazaré foi ocupada por Sigismundo von Schkoppe (2 de julho de 1635) rendendo-se a guarnição de 700 homens comandada por Luis Barbalho, com todas as honras de guerra – "mais pela fome que pelas armas". A fortaleza era armada com 28 canhões e foi arrasada. Luis Barbalho foi embarcado com outros para a Holanda.

– A 3 de setembro de 1646, depois de reocupados todos os fortes por André Vidal, a Fortaleza de Nazaré rendeu-se graças ao suborno do major Disk van Hoogstracten, que recebeu 18.000 florins, saindo dela os holandeses com honras de guerra.

– Em 1680, João Fernandes Vieira mandou construir em pedra e cal as Fortalezas de Barra do Cabo de Santo Agostinho com quartéis, armazéns, etc.

♦ Um forte chamado Caibú, na face norte do cabo, é de data posterior à invasão holandesa.

♦ Mais para o sul existiu a Fortaleza de Serinhaem no rio do mesmo nome, construída em 1638 pelos holandeses. Em vantajosa posição, tinha a forma estrelada com oito pontas, paliçada e fosso. Ocupada pelos holandeses veio a se render em 1645

aos pernambucanos sob o comando de André Vidal de Negreiros e Martim Soares Moreno.

♦ O Forte do Rio Formoso, num outeiro à margem meridional do rio do mesmo nome, perto da sua foz, foi construído em 1632 por deliberação de Matias de Albuquerque, sendo armado com 2 canhões e defendido por 20 homens. Foi tomado por Schkoppe em 1633 comandando 500 soldados e com o auxílio de Calabar. Na defesa heróica da praça morreram 19 soldados, sendo ferido seu chefe Pedro de Albuquerque, e escapando apenas um soldado à nado, apesar de ferido. "Jamais houve soldados que cumprissem melhor o seu dever do que este punhado de bravos", diz Netscher, historiador holandês. "A defesa foi heróica, escreve Varnhagen e constitui entre nós uma lenda, semelhante à do Passo das Termópilas entre os Gregos". (Pereira da Costa, Anais, II, 592).

– No local deste forte foi levantado um monumento comemorativo por iniciativa do Instituto Arqueológico e Histórico de Pernambuco.

♦ O Forte de Tamandaré ou de Santa Cruz, na margem da enseada do Tamandaré, a dois quilômetros ao sul do Rio Formoso, foi erigido por João Fernandes Vieira, que lhe deu nome de Barra Grande. Tinha a forma de um quadrado com quatro baluartes. Melhorado pelos holandeses, passou para os portugueses em junho de 1646. Reconstruído em 1680 e restaurado no século XIX, foi visitado por D. Pedro II em 1859 (9), que nele encontrou 21 canhões e 1 obus, sendo alguns de origens holandesa. Em 1880 estava armado com 18 canhões. Foi desarmado em 1897 entrando em ruínas.

– Além das fortificações descritas houve durante a guerra holandesa muitas baterias avulsas, redutos, trincheiras, casas-fortes e cais armados, no Recife, em Antônio Vaz e no Continente.

– Netscher cita o Forte Vloyenburg cuja localização ou outro nome que tivesse não conseguimos descobrir.

– Os dois palácios de Nassau eram defendidos por trincheiras. Casas-fortes, estâncias, engenhos e casas de farinha eram numerosos no interior e no litoral, sendo que vários se notabilizaram como centro de resistência e numerosos foram incendiados. São bastante citados os seguintes: a estância de Filipe Camarão, que tinha sido de Sebastião de Carvalho, fronteira ao Forte dos Afogados; a de Henrique Dias, no antigo sítio de João Velho Barreto, na Boa Vista, e que fora ocupada no início da luta por Luis Barbalho Bezerra; de João Fernandes Vieira, três engenhos, o de Santo Antônio, o do Meio e o de São João; o engenho Novo de Santo Antônio e o de São Francisco, de André Vidal de Negreiros; o de Nuno de Melo, o de Estevão Álvares, o do Beberibe, o do Rio Doce, o de Ana Paes, ou Casa Forte onde se deu o famoso ataque de 17 de agosto de 1645; o de Harlen; o da Madalena, de João de Mendonça, perto do Forte dos Afogados, atacado diversas vezes pelos holandeses; o da Torre, de Marco André; o de Giquia; o de São Paulo, de Antônio de Oliveira; o da Madalena de João de Mendonça. E mais os

seguintes: de Francisco de Brito; de Ambrósio Machado; do Monteiro; de Apipucos; de São Sebastião (Curado); de Nossa Senhora do Rosário; de São Cosmo e a casa forte do Gargantão. Os holandeses levantaram cinco redutos para o cerco do Forte Real do Bom Jesus e que foram, os dos capitães Tournalon, Verdoes, Christiaensz, Ernestus e do major Hinderson.

– Pelo Inventário de Armas e Petrechos, deixados pelos holandeses (10), constata-se além de outros, os seguintes pontos fortificados com peças ou trincheiras: no "Pau Mouxo", "junto à casa de João Voltrim"; junto ao cais do Palácio; no armazém da porta do Recife, "defronte da casa do Comissário"; a "do galo, nas portas de Santo Antônio"; detrás da igreja dos franceses; "na banda da Praia"; detrás da Rua do Mouro, por "detrás da casa da pólvora na Vila Maurícia", "no cais da ponte de outra banda"; "fora das Cinco Pontes", etc.

♦ **Estado de Alagoas.** O Forte de São Boaventura ou de Porto Calvo, de terra e estacada, foi levantado por Bagnuolo por ordem de Matias de Albuquerque em 1634. Tomado pelos holandeses nesse mesmo ano, auxiliados por Calabar foi melhorado. Caindo em poder dos pernambucanos em julho seguinte, nele foi enforcado Calabar. Em 1638 rendeu-se novamente aos batavos comandados por Nassau, recebendo os vencidos, honras de guerra. Retomado em 1645 por Lourenço Carneiro foi inteiramente arrasado, sendo então uma das melhores que o inimigo tinha no sul.

♦ A Fortaleza Maurício, mandada levantar por Maurício de Nassau, em Penedo, à margem esquerda do Rio São Francisco era formada de quatro baluartes e teve forte guarnição comandada por Van Schkopp. Rendeu-se a 18 de setembro de 1645, às tropas comandadas por Rocha Pita e Nicolau Aranha.

♦ O Forte de São Pedro, em madeira, na enseada do Jaraguá, foi levantado pelo Governador Melo Póvoas pouco antes da nossa Independência, informa Garrido. Foi demolido em 1847. O Forte de São João foi iniciado em 1819 pelo mesmo Melo Póvoas, na cidade de Maceió, em frente à barra, cruzando fogos com o de São Pedro. Em 1830 já se achava em ruínas. Em seu lugar se encontra hoje a Enfermaria Militar.

♦ O Forte do Príncipe Imperial, na antiga cidade de Alagoas (hoje Deodoro), foi iniciado em 1827 pelo coronel Oliveira Belo, na barranca em frente ao canal. Entrou em ruínas poucos anos depois.

♦ Informa frei Calado, que os holandeses ao perseguirem Matias de Albuquerque na sua retirada, construíram em Paripueira, na praia, entre o Rio Santo Antônio o Grande e Alagoas, um reduto de terra e faxina com 600 homens e boa artilharia, sob as ordens de Arciszewski; reduto depois arrasado pelo mesmo chefe quando se retirou para o Recife. Outro reduto citado pelo mesmo autor foi o do Rio Camaragibe com 120 homens sob o comando de Estacour.

– Carlos Garrido diz que o Forte de Paripueira foi erigido pelos franceses no litoral dos municípios de São Luis de Quitunde, e cita mais: o Forte do Espírito Santo ou

do Francês, na antiga capital da província; as Baterias da Barra Grande, levantadas em caráter provisório em 1824, para dar embate aos rebeldes da "Confederação do Equador"; a Bateria da Ponta Verde, de 1823; a Bateria da Imperatriz, entre os Fortes São Pedro e São João; as Baterias do Bebedouro. Todos extintos.

♦ **Estado do Sergipe.** O Forte de São Cristóvão, construído por ordem de D. Francisco de Sousa nos fins do século XVI ao norte do Rio Real, teve por objetivo a defesa do povoado São Cristóvão. No Rio Real os holandeses construíram um reduto quando perseguiram Bagnuolo na sua retirada para a Bahia, e que teve o nome de Reduto da Passagem.

– Em mapa desta Capitania constante no Livro da Razão do Estado, de 1611, vêm-se três fortes: o "Forte Novo da Passagem", o Forte Velho no Rio Sergipe d'El Rei e um Forte na barra do Rio São Francisco.

♦ **Estado da Bahia.** Dos primeiros cuidados de Tomé de Souza depois da fundação da cidade do Salvador, em 1549, foi dar-lhe muros e criar pontos fortificados. Assim, mandou abrir na praia duas baterias, e quatro, para o lado da terra. As da praia conhecidas por trincheiras do mar tiveram o nome de Santa Cruz e Ribeira. A seguir, com o correr dos anos deu-se início a outros fortes e baluartes que vieram a ser os Redutos das Portas de São Bento, baterias dos fins do século XVI na porta do mesmo nome na parte sul do muro da cidade e que foram ocupados pelos holandeses em 1624 e demolidos em 1808; Portas do Carmo, baterias também dos fins do século XVI, com as mesmas finalidades que as anteriores, no alto da ladeira do Pelourinho; os Fortes de Santo Antônio da Barra, Montesserrate, Água dos Meninos, etc.

– A histórica construção quinhentista conhecida por Torre de Garcia d'Ávila, no litoral baiano entre o Rio Real e a barra da Baía de Todos os Santos e que hoje se acha em ruínas foi defendida por um Fortim construído na praia. Outra fortificação antiga foi a Fortaleza da Povoação do Pereira, levantada por Francisco Pereira Coutinho em 1535, onde está hoje a Igreja de Santo Antônio da Barra, e que foi sem dúvida a mais antiga fortificação da Bahia. Conforme Southey na mesma povoação houve um forte construído pelo inglês Pudsey.

– O Livro da Resão do Estado, de 1612, informa que a cidade era então defendida apenas pelos Fortes de Santo Antônio, Tapagipe, Santo Alberto e Água dos Meninos, e que nas portas da cidade havia bombardeiros. E diz que os fortes "são de nenhum efeito assim porque não defendem nada".

– Por ocasião do primeiro ataque à cidade pelos holandeses, cuja esquadra era comandada pelo almirante Willekens, a 9 de maio de 1624, havia como fortificações o Forte do Mar, incompleto, começado pouco antes, o de Santo Antônio, o de Santo Alberto, o reduto da Água dos Meninos, o da Ponta de Montesserrate ou Tapagipe e mais alguns redutos na praia, trincheiras e baterias na terra. Apossando-se da cidade,

fortificaram-se melhor, criando diques e revelins pelo lado do interior. Expulsos os invasores, foram melhoradas as defesas da cidade pelo Governador Diogo Luís de Oliveira que construiu São Bartolomeu da Passagem e alguns outros fortes.

– No malogrado ataque de Nassau em 1638, pelo lado de Itapagipe, bastante dano lhe causaram os fortes da praia e da cidade apesar de se acharem em miserável estado. Existiam então Santo Antônio da Barra, Santa Maria, São Diogo, São Pedro, Ribeira, Montesserrate, São Bartolomeu da Passagem, Forte do Mar, Santo Alberto, Lagartixa, Rosário e mais alguns baluartes, fortins e trincheiras.

– Passando em revista às fortalezas, fortes e outras defesas da Bahia, temos, na barra e litoral:

♦ Forte de Santo Antônio da Barra. Sobre rochedos, a beira mar, no extremo norte da cidade, está levantado no ponto onde existiu uma bateria ou fortim construído por D. Francisco de Souza em 1598. Teve também o nome de Vigia. Em 1612 estava armado com um canhão de bronze de 38 quintais, dois sacres ou meias esperas de bronze de 18 quintais e um falcão de dardo de seis quintais.

– Foi ocupado pelos holandeses em 1624. Sofreu reconstrução por Diogo Luís de Oliveira, segundo os planos do engenheiro-mor do Reino, Leonardo Turiano, e novamente restaurado por Francisco Barreto em 1659. Em 1696 foi posto "na última e melhor forma" por D. João de Lancastro. Teve farol desde o século XVII e mais tarde instalação de sinais semafóricos em comunicação com outros fortes. Sua forma é estrelada poligonal, de faces desiguais.

– Em 1822 foi guarnecido pelas forças portuguesas do brigadeiro Madeira de Melo. Em 1838 nele se inaugurou um novo farol, no qual se fez nova instalação em 1888, e finalmente, serviço elétrico em 1937.

♦ Forte de Santa Maria. Situado sobre recife, junto à praia, a 700 metros de distância do Forte de Santo Antônio da Barra, já existia em 1630, e foi construído, segundo Pedro Calmon, pelo Governador interino Francisco Nunes Marinho ou, segundo outros autores, pelo Governador Diogo Luís de Oliveira. Sua forma pentagonal irregular data de 1694 sendo que a primitiva construção foi obra do engenheiro Francisco de Frias da Mesquita. Consertado em 1722 teve farolete em 1919.

♦ Forte de São Diogo. Situado sobre um rochedo no sopé da colina de Santo Antônio da Barra, domina, à pequena distância, o Forte de Santa Maria. Resume-se num pequeno baluarte de forma irregular, de alvenaria, armado de poucos canhões.

– Teve início no governo de Diogo Luiz de Oliveira (1627-1635), informa J. da Silva Campos (11), e combateu os holandeses em 1638. Foi mandado reedificar em 1704 com o traçado curvilíneo-convexo, que tem, diz Garrido. Restaurado recentemente acha-se em condição de ser visitado.

– Na face da cidade que dá para baía, ou seja, a praia e o porto, diversos fortes antigos existem sendo o mais notável o Forte do Mar, antigo de Nossa Senhora del



Populo e São Marcelo, na bacia interna do porto, a pouca distância da terra e em frente à cidade. Traçado por Francisco de Frias, construído sobre uma coroa, teve início pelo ano de 1623 no governo de Diogo de Mendonça Furtado (12). Na ocasião do ataque holandês, no ano seguinte, era formado apenas de uma plataforma de faxinas e cestões com poucas peças, sendo ocupado pelo invasor. Na segunda invasão holandesa, dirigida por Nassau, já se encontrava em melhores condições. Foi terminado entre 1650 e 1670. O brigadeiro Massé deu-lhe plano ampliando-o em 1717, obra que terminou em 1728. Foi remodelado em 1772 dispondo por essa época de 54 canhões distribuídos em dois corpos, um mais alto que o outro, com paióis, quartel, cisterna, etc. Foi novamente melhorado entre 1808 e 1812. Aderiu à Sabinada em 1838 e serviu de prisão por várias vezes. No movimento político de 1912 bombardeou a cidade. Em 1917 era guarnecido pela 2ª Bateria isolada do 4º Distrito de Artilharia de Costa e armado com 4 canhões Krupp 75, de campanha. Passou para a jurisdição do Ministério da Marinha servindo de alojamento para uma companhia de Fuzileiros Navais. Possui pequeno farol e um posto semafórico.

- ♦ O Forte de Gamboa, ou de São Paulo da Gamboa, fica à beira mar, ao sul do Forte de São Marcelo, tendo à padraço o de São Pedro, ao qual estava antigamente ligado por trincheiras como obra avançada dele. Foi terminado em 1722 por Cezar Vasco. Teve destacamento em 1888, e em 1915, uma guarnição do 50º Batalhão de Caçadores. Entre seus canhões que foram vendidos, figuravam uma peça Armstrong, calibre 250, informa Garrido.

- ♦ Forte da Ribeira. Dos mais antigos da cidade, situava-se defronte ao Forte do Mar, onde estão hoje a Escola de Aprendizes Marinheiros, a Capitania do Porto e parte do Mercado Modelo. Era formado de uma bateria dupla composta do Fortinho de São Felipe e Santiago e da bateria da Ribeira. Chamou-se também Forte da Conceição.

- ♦ Forte ou Revelim de Santo Alberto. Na Estância de Santo Alberto, proximidades da Igreja do Campo Santo, já existia em 1612, havendo confusão entre este e o da Lagartixa, que também foi chamado de Santo Alberto, conforme demonstra J. da Silva Campos. Commerleyn em sua estampa da cidade, no século XVII, assinala o "Fort St. Albertus". Desapareceu no século XVIII.

- ♦ Forte da Lagartixa. Construído no início do século XVII sobre um rochedo da praia ou ancoradouro da Água dos Meninos, a dois quilômetros do Forte São Marcelo, teve a denominação de Forte de Santiago da Água dos Meninos, também, Fortinho dos Franceses, e ainda, o nome de Santo Alberto, e parece, o de São Felipe, havendo grande confusão e controvérsia sobre o assunto, é o que informa Silva Campos. Mal artilhado foi abandonado aos holandeses em 1638. Não passava de um reduto de forma hexagonal irregular com um lado curvo, diz Vilhena. Acha-se hoje alterado e em ruínas.

- ♦ Forte da Jequitáia ou Forte do Noviciato. Construído em 1817 pelo Conde dos Arcos entre os Fortes da Lagartixa e o de Montesserrate, formava um quadrilátero com

uma dezena de peças. Nele esteve, em 1859, a Companhia de Artífices do Arsenal de Guerra; em 1875, o Laboratório Pirotécnico, e depois, a Companhia de Operários Militares (Silva Campos). Pertence desde 1937, como alguns outros, ao Domínio da Fazenda Nacional.

♦ Outros fortes desaparecidos e que existiram na praia da cidade, foram, conforme Silva Campos: um Forte de São Diogo, na cidade baixa, detrás da cerca da Santa Casa da Misericórdia, cujo projeto, conforme D. Clemente Maria da Silva-Nigra, provavelmente fez parte dos que foram fornecidos por Tibúrcio Spanoqui, e enviados por El-Rei à Bahia já em 6 de maio de 1606, e que, em todo caso, foi construído por Francisco de Frias da Mesquita entre 1609 e 1612; o Reduto de São Fernando, construído em 1796 pelo Governador capitão-general D. Fernando José de Portugal, no chamado Cais Novo, que foi demolido, sendo construído em 1811 no seu lugar a Praça do Comércio; o Forte de São Francisco, à beira-mar, no início da ladeira Taboão, levantado em 1616 pelo citado engenheiro Francisco de Frias, e que desapareceu para dar expansão à cidade baixa; o Forte do Rosário, no sopé da montada da praia do Rosário ou da Água dos Meninos, construído entre 1625 e 1638, hoje desaparecido.

– Na península de Itapagipe, ao norte da cidade:

♦ Forte de Montesserrate. Em uma ponta da península de Itapagipe acha-se este forte de agradável aspecto pela sua forma de polígono irregular e quatro torreões redondos e cobertos. Chamou-se também, no passado, de Tapagipe ou São Felipe, e Forte Novo de Itapagipe. Foi construído pelo governador D. Francisco de Souza, segundo D. Clemente Maria da Silva-Nigra, na tradução da obra de Aldenburg (13).

– Em 1612, conforme o Livro da Resão do Estado, estava armado com três esperas, de 18, 19 e 22 quintais, respectivamente. Fez frente aos holandeses em 1624, e rendeu-se aos mesmos sem combater na invasão de 1638.

– Informa Garrido que foi reedificado por ordem de D. João de Lancaster (1694-1702) com forma hexagonal, pelo projeto do engenheiro florentino Bachio de Filicaia com um torreão em cada ângulo. Foi reparado em 1803 e restaurado recentemente no governo de F. M. de Góes Calmon.

♦ Forte de São Bartolomeu da Passagem ou de São Bartolomeu de Itapagipe. Na península de Itapagipe, perto da foz do Rio Pirajá, foi construído nos começos do século XVII pelo Governador Diogo Luís de Oliveira, em polígono estrelado irregular de oito pontas. Nele desembarcaram os holandeses sob comando de Maurício de Nassau na invasão de 1638. Em parte demolido em 1844, teve suas ruínas arrasadas em 1903.

– Fortes e redutos da cidade alta, muitos dos quais ainda existem, são os seguintes:

♦ Forte de São Pedro. Na crista da montanha, sobranceiro ao mar, dominando os Fortes de Santo Antônio da Barra, de Santa Maria, de São Diogo e de São Paulo de Gamboa, teve origem em umas trincheiras perto de uma ermida de São Pedro, construídas depois da expulsão dos holandeses. Em 1646, iniciou-se a construção do

forte que só terminou em 1723 (14). De grandes dimensões, em pedra e cal, em forma de polígono regular, teve boa artilharia, guaritas, pontes levadiças, quartéis, cisterna, etc. Em bom estado, tem servido de quartel para força federal. Acha-se hoje em pleno centro da cidade e conserva ainda parte do fosso. Foi melhorado ou consertado em 1877, 1883 e 1905, passando à jurisdição do Estado da Bahia em razão do Decreto-Lei 457, de 31 de maio de 1938.

- ♦ Fortaleza de Santo Antônio de Além Carmo. No largo de Santo Antônio, teve origem numa trincheira construída na Soledade pelo Governador Diogo Luís de Oliveira, sendo depois refeita por Nassau, informa Silva Campos. Transformada em fortaleza foi reconstruída de 1695 a 1702. Tem a forma de um retângulo com baluartes e teve fosso e contra-escarpa; serviu de prisão no século XVIII, e depois de muito transformada passou a ser Casa de Correção.

- ♦ Fortaleza do Barbalho. Foi levantada pelo mestre-de-campo Luís Barbalho Bezerra no local de uma fortificação provisória, na extremidade setentrional da cidade, por ocasião do ataque de Nassau em 1638. Melhorada alguns anos depois, foi refeita e fortemente artilhada no começo do século XVIII e terminada no Governo de André de Melo e Castro. Tem a forma de um grande polígono irregular de quatro faces com quatro baluartes sendo um redondo. Possuía fosso e contra-escarpa. Declarada inútil como praça de guerra em 1863, está hoje rodeada pelo casario da cidade, no largo do Barbalho. Serviu de enfermaria em certa época do Império.

- Nela esteve aquartelado, nos começo da República, o 5º Batalhão de Artilharia a pé e depois outros Corpos desta Arma ou de Infantaria. Em agosto de 1926 alojou uma das unidades da Força Pública de São Paulo, enviada em perseguição à coluna revolucionária de Prestes (15). É ultimamente sede do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR).

- Na Ilha de Itaparica houve fortificações construídas pelos holandeses em 1647, as quais foram arrasadas por Van Schkoppe ao retirar-se; chamavam-se Pistoe e Beaumont. A Fortaleza de São Lourenço construída ao norte da ilha foi iniciada por D. Lourenço de Almeida e melhorada por traçado de João Massé em 1717. Em forma de trapézio e com o nome de hornaveque, conforme classificação em notícias contemporâneas, montava 12 peças. Nela se combateu com valor na Guerra da Independência e serviu de prisão para o coronel Felisberto Caldeira por ordem do general Labatut. Hoje só existem escombros.

- Na Ilha de Tinharé, sobre o morro de São Paulo, houve um sistema de baterias e redutos sob o nome de Fortaleza do Morro de São Paulo. Levantada por ordem do Governador geral Diogo Luís de Oliveira em 1630, e melhorada em 1730 e posteriormente, apresentava um hexágono irregular com três faces à barbete (Baterias da Conceição, São Luiz, Santo Antônio do Zimbório e São João Batista). Foi reconstruída

em 1862 por ocasião de Questão Christie e restaurada em 1881. Em 1916 só existiam ruínas.

♦ Refere-se ainda Silva Campos, da existência de outras baterias e fortificações tanto na cidade como no Recôncavo e em outros pontos da costa baiana: Baluarte da Piedade, Bateria da Praça do Palácio, Fortim da Saúde, Forte do Camarão, Forte da Barra do Paraguassú, Reduto do Rio Vermelho, ou de Sant'Ana, este, de forma poligonal irregular, no Rio Vermelho ao norte do Forte de Santo Antônio da Barra e que datava de 1711; Bateria da Eminência, levantada pelos holandeses em 1647; Forte de Santa Cruz de Paraguassú, na barra do Paraguassú, à margem direita do Recôncavo, onde existiu também o da Conceição, ambos de data incerta. Citadas por Carlos Garrido são as Baterias da Ilha de Cajaíba e de Santo Amaro e os Redutos de São Francisco e de Sambará, levantados pelo coronel Felisberto Caldeira em 1822 nas lutas da Independência.

– Entre as baterias de que não há traços nem dados, cita-se a de São Fernando que existiu entre os Fortes de São Diogo e o de Santa Maria.

– Tiveram também fortificações Camamú, Ilhéus, Coroa Vermelha, Porto Seguro e Caravelas.

♦ **Estado do Espírito Santo**. Foram os seguintes os fortes ou fortalezas que existiram neste Estado e dos qual apenas a de Piratininga foi conservada:

♦ Fortaleza de São João. De pedra e cal, de forma heptagonal, com barracão e paiol, estava situada ao sul da cidade, entre a Acharia e o Rio da Conta, no Porto da Vitória. Foi iniciada em 1726 e cruzava fogos com a Fortaleza de São Francisco Xavier tendo uma bateria sobre o morro que lhe ficava à cavaleiro.

♦ A Fortaleza de São Francisco Xavier de Piratininga. Também chamada de Barra, em forma circular, de pedra e cal, na base do morro da Penha, perto de Vila Velha, data de 1702. Nos meados do Império passou à jurisdição do Ministério da Marinha, que nela instalou a Escola de Aprendizes Marinheiros. Voltou para a posse do Ministério da Guerra que a anexou aos novos quartéis de Infantaria.

♦ Forte de Nossa Senhora do Carmo. Na praia do Peixe, em Vila Velha, data de 1730. O Forte de Santiago, de 1726, edificado dentro da cidade está inteiramente desaparecido. Os Fortins de Santo Inácio e de São Maurício foram levantados em 1726, o primeiro dentro da cidade, e o segundo na praia. Houve ainda os Fortes de Nossa Senhora da Vitória e o de São Diogo, citados por Garrido.

♦ **Estado do Rio de Janeiro e Distrito Federal**. Na cidade do Rio de Janeiro propriamente dita, seus arredores e praias, existiram os seguintes pontos fortificados, sendo que alguns deles foram apenas conservados, outros, aparelhados com armamento moderno.

– Apresentamos estas fortificações, para melhor compreensão, agrupadas da seguinte maneira: a) Fortificações da Cidade do Rio de Janeiro, dando para a baía; b) Fortificações em ilhas da baía; c) Fortificações na baía, fronteiras à cidade; d) Fortificações no litoral norte do Estado do Rio; e) Fortificações no litoral do Distrito Federal, e; f) Fortificações no litoral sul do Estado do Rio de Janeiro.

a) Fortificações na cidade, dando para a baía da Guanabara:

♦ Fortaleza de São João. Entre a península montanhosa junto ao canal da barra e o Pão de Açúcar, está a Fortaleza de São João, que teve início na assistência de Estácio de Sá que ali se alojou com sua gente de guerra em luta contra os tamoios e franceses aliados entre si. Armada por Salvador Correia de Sá, 3º capitão-mor, foi melhorada por outros governadores, ficando terminadas suas obras em 1618. As antigas baterias de São Teodósio, São José, São Martinho e São Diogo, estavam situadas na ponta do monte em direção à barra e deveram seu fundamento às disposições do Governador Geral Mem de Sá, que o Governador seguinte executou. A Câmara auxiliou posteriormente suas obras com o subsídio pequeno, conforme Carta Régia de 4 de fevereiro de 1676.

– Em 1718 estava armada com 43 peças. Sua ponte levadiça foi obra do Conde da Cunha, sendo que outros acréscimos foram feitos pelo Marquês do Lavradio, e provavelmente a defesa da praia por uma linha de baluarte.

– Nela instalou-se a Escola de Aplicação em 1855 (que passou depois para a Praia Vermelha), na parte sudeste, em edifício que depois serviu de quartel e Escola de Aprendizes Artilheiros, mais tarde Escola de Sargentos.

– Desarmada pela Regência uma foi rearmada em consequência da Questão Christie, em 1863, sendo seus fogos divididos em três faces. No mesmo ano deu-se nela a explosão de um dos seus canhões em exercícios a que assistiu o Imperador, causando vítimas.

– No começo da República foram instalados canhões Krupp, em bateria mascarada, que teve o nome de Bateria Mallet, sendo depois construída outra do mesmo gênero. A fortaleza sofreu grandes danos nas lutas consequentes da Revolta da Armada. Posteriormente novas peças modernas foram montadas: canhões Krupp C 15 e C 12 e Armstrong C 550.

– Teve como guarnição o 2º Batalhão de Artilharia de Posição; em 1924, o 2º Grupo de Artilharia de Costa.

♦ Fortaleza da Praia Vermelha. No morro fronteiro ao Pão de Açúcar foram feitas obras de fortificação antes de 1701, conforme Carta Régia de 28 de novembro daquele ano. A fortaleza foi, contudo, iniciada pelo Vice-Rei Conde da Cunha, próximo ao mar, na praia do Suzano fechando a garganta entre os morros da Babilônia e Urca, e terminada pelo Marquês de Lavradio em 1770, com aquartelamento para guarnição. A praia chamou-se também Porto de Martin Afonso.

– No primeiro reinado serviu de quartel a alguns batalhões estrangeiros, extintos em 1830. Serviu também de depósito de recrutas, e em 1850, de quartel para o batalhão de alemães engajados, sendo então desarmada. Em 1857 foi para ali transferida a Escola de Aplicação do Exército servindo depois de sede da Escola Militar da Capital Federal até sua extinção em consequência do movimento sedicioso de 1904. (Vide Escola Militar).

– O edifício foi demolido para dar lugar à Exposição Nacional de 1908, passando a nova construção para quartel do 3º Regimento de Infantaria, dissolvido em 1935 após o levante comunista, de cuja repressão resultou a destruição do quartel. Na grande praça formada no local ergue-se hoje o Monumento aos Heróis da Laguna e os edifícios das Escolas do Estado-Maior e Técnica de Aperfeiçoamento dos Oficiais do Exército.

♦ Fortaleza de São Sebastião. Teve o Morro do Castelo, além deste nome, os de Morro do Descanso, Alto da Sé, São Sebastião e São Januário. Em 1567, Mem de Sá mudou para o morro o assento da cidade de São Sebastião, ficando o local da anterior fundação (junto ao Pão de Açúcar), com o nome da Cidade Velha. A Fortaleza de São Sebastião que ficava no alto foi começada por Cristóvão de Barros e terminada por Martim Correia de Sá, em 1624.

– Em 1710, a Fortaleza de São Sebastião sustentou tenaz fogo contra os franceses até que estes se rendessem. Reedificada em 1711, devido aos estragos, foi concluída em 1713, data que ficou inscrita na sua portada. Em 1718 dispunha de 24 canhões. Sob o governo do Marquês de Lavradio seu contorno foi modificado passando a ter a forma de um hexágono artilhado com 28 canhões. Desarmada em 1831 foi rearmada em 1863 em razão da Questão Christie. Depois de abandonada, ainda no Império, passou a servir de telégrafo semafórico, em comunicação com os navios em trânsito no porto e com as outras fortalezas.

– O Morro do Castelo com suas fortificações foi ocupado pelas tropas portuguesas de Avilez, em 11 de janeiro de 1822, quando pretendia aquele chefe coagir o Príncipe Regente D. Pedro a obedecer ao chamado da Côrte de Lisboa. Graças à enérgica atitude de D. Pedro, transferiram-se os portugueses no dia seguinte para a Armação, do outro lado da baía.

♦ A Bateria de São Januário teve origem em fortificações levantadas por Mem de Sá à meia encosta do morro como obra avançada para defender os lados da praia de Santa Luzia. Foi reconstruída logo depois das invasões francesas, e serviu de depósito de pólvora (desde 1707) até a vinda do Conde da Cunha que o transferiu para a Ilha de Santa Bárbara. De taipa, estava armada em 1718 com 11 canhões e em 1794 com oito (8).

– A fábrica de fogos artificiais de guerra que se achava na praia de Santa Luzia, passou para São Januário por ordem do Vice-Rei Luiz de Vasconcelos. Nos fins do Império, já em ruínas, serviu de habitação de famílias pobres, diz Garrido.

♦ A Bateria de Santo Inácio, na frente da igreja do mesmo nome, no Morro do Castelo estava voltada as *Caes Faroux* e armada com 2 canhões. Foi levantada em 1624 pelos jesuítas com ajuda de seus escravos, quando o Rio de Janeiro esperava a cada momento a invasão holandesa, informa Vieira Fazenda.

– O arrasamento de todo o Morro de Castelo teve início em 1922.

♦ Forte de Santiago. Na ponta da praia ocupada pelo Calabouço e antigo Arsenal de Guerra, perto da Misericórdia, existiu o Forte de Santiago, com duas baterias chamadas do Trem: a grande, com 13 canhões, fazendo face ao mercado, e a pequena com 3 canhões, para o lado do atual aeroporto. Foi conhecido também pelos nomes de Ponta da Misericórdia, Calabouço, Cafofo e Trem. Supõe-se que foi iniciado por Willegaignon, diz Pizarro, e que Martim Correia de Sá adiantou-o notavelmente. O Marquês de Lavradio fez-lhe obras acrescentando-lhe a praça e a força militar, informa o mesmo autor. A Ponta do Calabouço ou Cafofo foi demolida em 1921, para ceder lugar à Exposição Comemorativa do 1º Centenário da Independência do Brasil, sendo a praia aterrada com o desmonte do Morro do Castelo. Construiu-se então uma alta torre que serviu ao Instituto Nacional de Meteorologia, e foi demolida em 1939.

♦ Fortaleza da Conceição. No morro do mesmo nome, dominando a antiga enseada da Prainha, começou com uma bateria ali colocada em 1711 por Dugnay-Trouin. A fortaleza foi construída por ordem de D. Francisco de Távora e iniciada em 1715, provavelmente sob plano de João Massé (16). O Vice-Rei Conde de Cunha (1763-1767) reedificou-a e construiu no seu interior um edifício para depósito e oficina de armamento, mandando vir de Portugal um mestre espingardeiro e um coronheiro. A oficina foi transformada depois em fábrica de armas.

– O Conde de Linhares, em 1810, mandou que fossem admitidos até 100 aprendizes nas diferentes oficinas.

– Na fortaleza estiveram presos diversos implicados da Inconfidência Mineira.

– Depois da Independência suas oficinas foram melhoradas, passando para o Arsenal em 1832, e voltando depois para a fortaleza. Em 1872 passou a constituir novamente uma das seções do Arsenal de Guerra, estando já desarmada. Com a Proclamação da República nela funcionou o Instituto Geográfico Militar. Vide Fábrica.

♦ Forte de Santa Cruz. Um pequeno forte com este nome foi construído em 1601, no lugar onde está hoje a Igreja dos Militares, na Rua 1º de Março. O forte estivera em princípios dentro do mar, mas em 1623 achava-se já longe dele e totalmente arruinado.

– Pelos mapas de 1794 (17) e pela relação constante na Revista Nação Armada nº 6 e em outros documentos, toma-se conhecimento completo das baterias e redutos que nos fins do século XVII defendiam a cidade do Rio de Janeiro, como auxiliares dos fortes e fortalezas. O litoral da cidade dentro da baía era dividido em três

faces: a Marinha da Frente, da Ponta do Calabouço ao Morro de São Bento; a Marinha do Norte, que compreendia a parte ocupada hoje pelo Cais do Porto e Morro da Saúde, e a Marinha do Sul, a parte ao sul do Calabouço.

♦ Como baterias, existiram, a começar pelo sul, as seguintes: o Reduto e Presídio de São Clemente, na rua do mesmo nome, entre Botafogo e Lagoa, construídos pelo Marquês do Lavradio, formando dois pequenos baluartes escondidos entre os matos. Desarmados em 1831, desapareceram com o desenvolvimento da cidade; Bateria do Morro da Viúva, que foi construída em 1863, para defender o Botafogo e o Flamengo, cruzando fogos com outros fortes, e que não tendo grande valor estratégico desapareceu; a Bateria da Glória, cujo parapeito (a própria muralha do adro), era armada com 7 canhões; a da Boa Vista, no morro, entre as atuais Ruas de Santo Amaro e Pedro Américo, feito de taipa e armada com 4 peças, e que foi levantada por ordem do Conde de Rezende; a Bateria da Ajuda que ficava próxima ao Passeio Público, quase em frente ao atual Palácio Monroe; a de Santa Luzia, à esquerda da Igreja do mesmo nome; a do Moura e a do Novo Cais, em cestões de terra, ambas próximas ao atual mercado; as Baterias de São Bento, com 11 peças, e Santa Escolástica, com 2 obuses, ambas no morro ao lado do Mosteiro e que foram construídas pelo Marquês do Lavradio (anteriormente houve a bateria junto ao Morro de São Bento que enfrentou os franceses em 1711, do que adveio estragos ao Mosteiro); a do Arsenal, em alvenaria e com 6 peças, na frente do Arsenal de Marinha, próxima ao Morro de São Bento; a da Prainha, nas vizinhanças da atual Rua Acre, que foi construída depois de 1710 e renovada pelo Marquês do Lavradio e pelo Conde de Rezende (estava junto à ladeira de João Homem, diz Pizarro); a do Valonguinho, na zona da atual Av. Barão de Tefê. Houve ainda a bateria no Trapiche São Francisco, e provavelmente outra no de Antônio Leite.

b) Em ilhas, na baía da Guanabara:

♦ Fortaleza da Lage. Dentro da barra, em um penhasco ou ilha granítica, que divide a entrada da baía em dois canais desiguais, fica a Fortaleza da Lage formando um triângulo com as Fortalezas de Santa Cruz e São João. A primeira fortificação em madeira foi feita por Coligny que a armou com 2 peças e alguns falconetes. Danificada pelo mar foi abandonada por Willegaignon, que preferiu a Ilha de Sergipe (depois Willegaignon). O nome Rattier foi lhe dado por este almirante francês.

– Salvador Correia de Sá fortificou-a de novo em 1584, porém, uma violenta ressaca atirou com as peças ao mar; nova tentativa foi feita em 1630 por Duarte C. Vasqueanes que deu início a novas obras, desistindo, contudo de prosseguir.

– Deliberou a Câmara da cidade a sua construção a 2 de novembro de 1641, governando Salvador Correia de Sá e Benevides, em vista do perigo de uma invasão holandesa, resolvendo-se que o numerário seria obtido com a venda de todos os terrenos fronteiros ao mar. A intenção foi renovada em 1644, sobre o governo de Francisco Souto Maior, continuando-se para esse fim o imposto sobre o vinho; contudo, não consta que



se principiasse os trabalhos antes do governo de D. Francisco de Távora em 1713, diz Pizarro. Afirma Rio Branco que antes desta data não havia ali fortificação alguma. A Carta Régia de 26 de janeiro de 1715 mandou aplicar 40.000 cruzados à continuação da sua construção. Já em 1735 estava armada com 10 peças de 24. Suas obras foram concluídas pelo Marquês do Lavradio, que lhe deu o contorno de um hexágono artilhando-a com 28 canhões, assim se conservando até a Questão Christie, em 1863. Cuidou-se então da sua reforma, com torre de ferro, o que foi interrompido pela Guerra do Paraguai.

– Depois da Revolta da Esquadra em 1893 ficou a fortaleza bem danificada devido aos bombardeiros. Nela esteve preso em 1894, por ordem do governo o poeta Olavo Bilac, como estivera em 1842, o brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar.

– Projetada a sua reconstrução pelo major Lenné, tiveram as obras início em 1896, sob a direção do capitão Manoel Lins Mello Nunes, os quais após exaustivos trabalhos, foram inaugurados em 1906. Tem a superfície polida e abaulada de cimento, contendo diversas torres para possantes canhões Krupp.

– A fortaleza foi sempre prejudicada pela violência das ondas que saltavam sobre as muralhas tudo inundando, desmontando peças e destruindo a muralha.

– Sobre o fato diz Lobo Viana, que atenta a forte arrebenção das vagas por vezes tem-se "tornado precária a sorte da guarnição, pela violência das ondas que tem chegado a desmontar a grossa artilharia, privando-a até de munição de boca pela absoluta impossibilidade de comunicar-se com a terra, por meio de lanchas ou escaleres".

– Teve um contingente de 24 homens do 6º Batalhão de Artilharia a pé, de São João (depois, 2º Batalhão de Artilharia a pé). Em 1917 passou a ser guarnecida pela 7ª Bateria do 3º Grupo, Setor Oeste do 1º Distrito de Artilharia de Costa. Em 1919 a bateria passou a ser 4ª Bateria Isolada e, em 1924, 4º Grupo de Artilharia da Costa. Em 1895 foi armada de canhões Krupp C 15 L/40.

♦ Fortaleza de Willegaignon. Dominando a barra e próximo à cidade está a ilha primitivamente denominada Serigipe pelos tamoios e depois Palmares pelos portugueses. O almirante Nicolau Durand de Willegaignon ocupou-a em 1555 assentando nela um forte a que deu o nome de Coligny, e entrando em aliança com os tamoios, nas suas investidas contra o domínio português, tentou criar a França Antártica. Arrasado o forte pela primeira vez por Mem de Sá, em 1560, voltam os franceses a ocupá-lo, sendo batidos definitivamente por Mem de Sá e Estácio de Sá em 1567.

– Tinha a ilha no centro um rochedo (monte das Palmeiras) entre dois outeiros; no do sul, Willegaignon construiu o forte e no do norte, as casas ou choças para quartéis e moradia. No século XVII chamou-se Ilha do Degredo ou da Bexiga, por servir então de quarentena aos variolosos dos navios aportados.

– Em 1711, foi a única fortificação que apresentou resistência a Duguay-Trouin, mas foi destruída por uma explosão. Nos meados do século esteve arrendada aos Jesuítas.

– Os outeiros e o rochedo que nela existiam foram arrasados por ordem da Carta Régia de 22 de setembro de 1761, a fim de construir-se a bateria em círculo, conforme planta remetida de Lisboa a Gomes Freire de Andrade. Diz Garrido que teve então o nome de São Francisco Xavier. A obra só teve início no governo do Conde da Cunha e foi concluída pelo Conde de Azambuja, conforme a Carta Régia de 22 de novembro de 1767. Atirava para todos os lados em boa posição para defender a cidade.

– Diz o padre Vasconcelos, citado por Pizarro, descrevendo a ilha "que toda ela era fortaleza e toda a fortaleza ilha cercada de penedia a pique inacessível e de circunferência notável".

– A fortaleza de Willegaignon, foi quartel dos imperiais marinheiros, serviu de registro e vigia da polícia do Porto, e de prisão para civis e militares. Nela esteve preso o major Miguel de Frias e Vasconcelos que a 3 de abril de 1832 sublevou a sua guarnição. A sedição foi dominada pelo major Luís Alves de Lima, depois Duque de Caxias.

– Em 1893 sua guarnição revoltou-se contra o governo legal, colocando-se ao lado do almirante Saldanha da Gama. Rendeu-se em 1894, após profiada luta que deixou a fortaleza quase em ruínas, sendo mais tarde restaurada. Em 17 de maio de 1894 passou para jurisdição do Ministério da Guerra, voltando em 15 de janeiro de 1895 ao da Marinha, e continuando como quartel do Corpo de Marinheiros Nacionais.

– Nela foi construída a Escola Naval, inaugurada a 11 de junho de 1939, achando-se ligada por uma ponte ao Aeroporto Santos Dumont, aeroporto construído no aterro feito com o desmorte do Morro do Castelo.

♦ Fortaleza de São José da Ilha das Cobras. A leste da ponta do Arsenal da Marinha está a Ilha das Cobras, do qual se separa por um canal. Outrora Ilha da Madeira, houve nela um forte nos começos do século XVII, como se vê em um mapa do Livro que dá Razão do Estado do Brasil. O Forte Santa Margarida foi construído por Salvador Correia de Sá e Benevides, terminado em 1641. Novas obras foram ordenadas a 26 de janeiro de 1715, renovadas em 1723, mas somente iniciadas pelo Governador Luiz Vahia Monteiro em 1725, sendo então armada de 26 canhões.

– Seu maior adiantamento deveu-se ao brigadeiro José da Silva Paes, que substituiu em 1734, o general Gomes Freire de Andrade no governo da cidade. Mais tarde, o brigadeiro Silva Paes estabelece nova planta, iniciando na ilha a construção da Fortaleza de São José, que somente ficou terminada em 1763, no segundo governo de Gomes Freire. Pela planta de 1794 tem o nome de Forte de São Antônio a fortificação na ponta que faz frente à baía. Na parte posterior da ilha fundeavam as embarcações de

maior porte, crenando graças aos engenhos do brigadeiro da Artilharia José Fernandes Pinto Alpoim, mandados estabelecer em 1744 – relata Pizarro.

– Foi armazém de pólvora, e nela foram encarcerados diversos presos da Inconfidência Mineira, assim como, em 1824, Cipriano Barata, e em 1827, os Andradas: Antônio Carlos e Martim Francisco.

– Pela Portaria de 8 de março de 1830 foi destinada a prisão civil, sendo teatro de lutas em 1831 quando sublevou-se o Corpo de Artilharia da Marinha, movimento sufocado pelo Corpo Municipal comandado pelo major Alves de Lima, e pelo Batalhão de oficiais-soldados às ordens do coronel João Paulo dos Santos Barreto.

– Foi Hospital da Marinha, e nela estão atualmente o quartel do Batalhão Naval, continuando com oficinas, armazém, diques, hospital e mais estabelecimentos da Marinha. Esteve ligada ao Arsenal da Marinha por alta ponte metálica, que foi substituída por outra de cimento armado, de altura normal.

c) Baía da Guanabara; fortificação fronteira à cidade do Rio de Janeiro:

♦ Fortaleza de Santa Cruz. Em rocha granítica, dominando a entrada da barra, é esta, sem dúvida, a mais importante praça d'armas do Brasil, podendo cruzar fogos com São João, Lage, Copacabana e Imbui.

– Teve origem num ligeiro reduto levantado por Willegaignon e aproveitado por Mem de Sá que nele erigiu uma capela dedicada à Nossa Senhora da Guia. Entre os anos de 1588 e 1598, um forte sob aquela invocação foi construído por Salvador Correia de Sá, 6º Governador e capitão-mor, ou, segundo alguns autores, por Martim Correia de Sá, ou ainda, seu irmão Gonçalo de Sá, forte que em 1599 conseguiu deter a esquadra holandesa de Oliver Van Noort. Em começos do século XVII estava armado com 11 peças de bronze e 9 de ferro.

– Nele se fizeram, diz Fausto de Oliveira, por Ordem de 15 de outubro de 1691, a vivenda para o Governador e sua família. As obras de reconstrução ordenada por Sebastião de Castro Caldas terminaram em 6 de novembro de 1696, tomando então o nome de Santa Cruz.

– Em 1710, obrigou a frota de Duclerc a procurar outros mares, mas no ano seguinte, já desguarnecido e desarmado deixou passar incólume a expedição de Duguay Trouin. Em 1718 achava-se armado com 53 peças, contudo, a Provisão de 22 de setembro de 1730, mandou que se cuidasse da sua defesa e armamento.

– Coube aos Vice-Reis Conde da Cunha e Marquês do Lavradio a missão de transformar o Forte de Santa Cruz numa fortaleza, já aumentando-lhe as baterias, já reforçando-as com as fortificações da Praia de Fora e do Forte do Pico. Sua construção como cidadela, com fosso, canhoneiras e arcadas é devida ao Vice-Rei Conde de Rezende.

– "A Regência, em 1831, mandou reduzir a guarnição e desarmar grande parte da fortaleza, mas a Questão Christie veio provar quão desacertado e impatriótico

fora tal política. Desde então tratou-se de aumentar-lhe os meios de defesa já construído poderosas casamatas, já assentando grossa e potente artilharia", diz Olivério.

– A partir, pois de 1863 foram iniciadas obras de reforma, ficando o 1º andar com 20 casamatas, o 2º com 21, e sobre este uma bateria à barbete destinada aos canhões de mais grosso calibre. Prontas as obras em 1870 tiveram os nomes de Bateria 2 de dezembro e Bateria de Santa Teresa. Novos canhões foram montados a partir de 1871.

– A fortaleza revoltou-se em 1892 assumindo o comando o 2º sargento Silvino de Macedo. Contudo, o coronel Moreira Cezar com dois batalhões dominou o Pico e a seguir subjuguou a guarnição revoltada da fortaleza.

– Serviu de prisão em várias épocas, e também de registro aos navios que entravam, tendo para isso intérprete e transmitindo as comunicações para o Morro de Castelo. Nela sempre esteve o 1º Batalhão de Artilharia de posição ou a pé. Em 1934, guarnecia-a o 1º Grupo de Artilharia de Costa.

♦ Forte do Pico ou de São Luis, hoje, Rio Branco. A leste da Barra, sobre o alto morro do Pico, com difícil acesso, dominando a Fortaleza de Santa Cruz e toda a parte da baía chamada poço e sua entrada, está o Forte do Pico, cuja construção data de 1694, segundo Mello Morais Filho. O Vice-Rei Marquês do Lavradio mandou reconstruí-lo de novo em 1762 à custa de longos e perigosos trabalhos. Foi incorporado à Fortaleza de Santa Cruz pelo Decreto de 13 de maio de 1811. Do antigo forte ainda existem ruínas. Tomou o nome de Forte Barão do Rio Branco por Decreto 3.329, de 25 de novembro de 1938. Em 1934 guarnecia-o a 2ª Bateria Independente de Artilharia de Costa.

♦ Forte da Boa Viagem. Em Niterói, na pequena e pitoresca Ilha da Boa Viagem, ligada à praia das Flechas por uma língua de areia que dá passagem nas vazantes, são vistas a capela de Nossa Senhora de Boa Viagem e as ruínas do forte do mesmo nome, cuja existência é anterior a 1710, e que foi reconstruído pelo Marques do Lavradio. Informa Lobo Viana que a capela foi construída em 1860 em substituição de outra edificada em meados do século XVII, que gozava de grande devoção entre os marítimos e que foi destruída por um incêndio.

♦ Forte de Graguatá. Situado em uma ponta próxima do Forte da Boa Viagem, na antiga praia de São Domingos, está o Forte de Graguatá, cuja origem remonta aos fins do século XVII, pois já existia no tempo do Governador Antônio Paes de Sande, que o aumentou com obras novas. Outras obras foram feitas por Pedro de Barros, pagas e examinadas conforme Carta Régia de 28 de novembro de 1701.

– Reedificado pelo Marquês do Lavradio entrou logo em decadência. Desarmado em 1831 pela Regência foi reparado depois da Questão Christie, em 1863.

– Tomou o nome de "Forte Batalhão Acadêmico" prestando assinalados serviços na Revolta de 1893, defendendo a causa de legalidade.

d) Fortificações no litoral do Estado do Rio de Janeiro, ao norte da baía da Guanabara:

♦ Forte da Praia de Fora. Próximo à Fortaleza de Santa Cruz, do lado de fora da barra, está este forte, de origem antiga, e que tem atualmente o nome de Forte Marechal Floriano.

♦ Forte do Imbuí. Sobre a ponta do Imbuí, na entrada da barra, foi este forte levantado em 1863, quando da Questão Christie, tomando o nome de Forte D. Pedro II. O atual Forte do Imbuí teve início em 1897 sob projeto do major Lanné, sendo terminado em 1901. Cruza fogos com Copacabana, São João, Lage e Santa Cruz.

– Teve destacamento do 6º Batalhão de Artilharia de Posição, e em 1910, destacamento do 1º Batalhão da mesma Arma. Em 1934 era guarnecido pela 3ª Bateria Independente de Artilharia de Costa.

♦ Forte de Santo Antônio do Monte Frio. Em Macaé, na enseada da Concha ao sul do Rio Macaé, data de 1631 e dele quase nada existe. Foi restaurado pelo Conde da Cunha que armou-o com 7 canhões, sendo desarmado em 1857.

♦ Forte Marechal Hermes. Em Macaé, foi construído em ponto mais elevado que o Forte do Monte Frio, terminando as suas obras em 15 de abril de 1910. Passou a ter o nome de Forte Marechal Hermes em 1911, recebendo uma guarnição da 1ª Bateria Independente de Artilharia de Costa.

♦ Forte São Mateus. Em Cabo Frio, a duas léguas da Ponta dos Búzios foi construído em 1617 pelo engenheiro Francisco de Frias da Mesquita, informa D. Clemente Maria da Silva-Nigra, para defender a região contra o tráfego de franceses, ingleses e holandeses. Dele só restam ruínas.

e) Fortificações no litoral do Distrito Federal:

♦ Forte do Leme ou do Vigia. Antigo reduto na ponta do Leme, foi mandado construir pelo Marquês do Lavradio em 1778 para defesa contra eventual desembarque na praia.

♦ Forte Duque de Caxias. Construído em ponto elevado, no lugar do antigo Forte do Leme, teve começo em 1913, no governo do Marechal Hermes da Fonseca.

– Em 1917 era guarnecido pela 11ª Bateria do 4º Grupo de Artilharia de Costa; em 1934, pela 2ª Bateria do 3º Grupo de Artilharia de Costa; em 1938 seu contingente foi suprimido (Boletim do Exército nº 11).

♦ Forte de Copacabana. Na antiga ponta da Igrejinha foi este forte iniciado em 1908 como fortificação de primeira ordem, sendo Ministro da Guerra o Marechal Hermes da Fonseca. Sua inauguração deu-se a 28 de setembro de 1914. Formado de cúpulas e armado com canhões Krupp de 305, 190 e 75, em sistema eletromecânico, foi projetado pelo então major Tasso Fragoso, com modificações feitas pelo major Wolf, da Casa Krupp. Seu armamento principal consta de dois canhões de 305 numa só torre

encouraçada, de dois canhões de 190 noutra torre e duas torres de eclipse, cada uma com um canhão de 75.

– Teve em 1915 como guarnição um destacamento do 2º Batalhão de Artilharia de Posição, em seguida a 5ª Bateria do mesmo batalhão; em 1917 a 12ª Bateria do 4º Grupo de Artilharia de Costa; em 1919, a 1ª Bateria de Isolamento de Artilharia de Costa; em 1931, a 1ª Bateria do 6º Grupo de Artilharia de Costa; em 1934 a 1ª e 2ª Baterias do 3º Grupo de Artilharia de Costa.

– Em 1938, recebeu a Bateria de Defesa Anti-Aérea do Distrito de Defesa da 1ª Região Militar, anexa ao forte.

♦ Houve ainda: Baterias dos desfiladeiros do Engenho Novo e Serra do Mateus (três) de que só há memória; o Forte Guanabara, ao lado da ponta do Anel começado em 1863, (citado por Garrido); o Forte do Anel, na ponta deste nome e fronteiro à Ilha Cotunduba, começado também em 1863; o Forte de Manuel Velho, de vaga memória (Garrido); em Jacarepaguá duas baterias assim como o Forte de Nossa Senhora da Glória, de 1822; no alto do cruzamento da estrada real de Santa Cruz com Jacarepaguá, em Sernambitiba as Baterias do Pontal e de Itapoã; em Guaratiba, o Forte Independência, de 1822, e mais duas baterias, uma a cavaleiro de outra; em Sepetiba, o Forte de São Pedro, de 1818, que defendia as Ilhas da Pescaria e do Tatu, e o Forte de São Paulo, escondido no mato, que cruzava fogos com o de São Leopoldo, construído nas suas proximidades.

f) Fortificações no litoral sul do Estado do Rio de Janeiro:

♦ A Bateria da Foz do Itaguaí, que foi levantada em 1818, e mais duas na vila do mesmo nome; o Forte da Coroa Grande, composto de uma tenalha e duas baterias (conforme Garrido); em Mangaratiba: a Bateria de Nossa Senhora da Guia armada de 5 canhões, a Bateria de Mangaratiba e a Bateria do Pouso Triste construída em 1822; em Angra dos Reis: o Forte do Carmo, anterior à Independência, o Forte de São Bento e o da Ponta do Leme; em Parati, de cuja fortificação se cogitou em 1703 e 1726, o Forte da Ilha das Bexigas, de 1818, os Fortes de Itacopé e Ponta Grossa melhorados em 1822; o Forte Defensor Perpétuo, de 1803, sobre o morro da Vila Velha, construído por contribuição voluntária do povo; a Bateria do Quartel, de 1822. Foram todos desarmados depois de 1828.

♦ **Estado de São Paulo.** A maioria dos fortes que guarnecem a antiga praça de Santos é de construção remota e de data incerta. A Carta Régia de 5 de janeiro de 1688 determinou que se levantasse em Santos uma companhia de 60 homens e se construísse ali duas fortalezas com artilharia. Em 1700 era governador das fortalezas de Santos, Jorge Soares de Macedo, e vieram de Lisboa quatro companhias para guarnecê-las (18).

– No ano de 1707 foram confrontadas e examinadas as plantas das fortificações feitas pelo capitão engenheiro Diogo da Silveira Veloso e pelo sargento-mor de engenheiros Francisco Pimentel. Uma dotação de 4.000 cruzados foi criada em 1722

para as suas obras, pois estavam em miserável estado. Em 1733, o governador do Rio de Janeiro viajou para Santos com o brigadeiro João Massé, engenheiro militar francês, a fim de estabelecer novos traçados, o que foi executado em diversos projetos. Por sua vez o brigadeiro Silva Paes, lá esteve em 1737 a fim de dar uma solução à situação e novo delineamento.

– Em 1776, novamente em decadência e havendo necessidade de fortificar a praça por motivo de guerra contra os castelhanos, constatou-se que não havia um só soldado que soubesse mover, carregar e disparar as peças.

♦ Fortaleza de São João da Bertioga. A primitiva trincheira de Santiago foi aberta por Martim Afonso em 1532 na Barra do Rio Bertioga para defender São Vicente. Assaltada diversas vezes pelos tamoios foi por estes arrasada por volta de 1550.

– Sua reconstrução teve começo em 1551 sob o nome de São Tiago ou de São João. A Carta Régia de 18 de maio de 1560 determinou a Mem de Sá o seu acabamento e aprovisionamento. Teve também os nomes de São Filipe, São Luis, e finalmente o de Santo Antônio da Bertioga.

– Por ocasião das invasões francesas no Rio de Janeiro em 1710 e 1711, foi reconstruída. Em 1717 era formada de um reduto de faxina, sendo refeita em pedra e cal em 1723 e de 1766 a 1770, por ordem de D. Luís Antônio de Sousa.

– Em 1908 passou à jurisdição do Ministério da Indústria e nela foi instalado um posto semafórico. Em 1920 foi restaurada por iniciativa do Dr. Washington Luís, Presidente do Estado.

♦ Fortaleza de Santo Amaro ou da Barra Grande. Na ponta sudoeste da Ilha de Santo Amaro foi levantada por Diogo Flores Valdez, em 1584, com o fim de defender o canal que conduz à cidade de Santos. Em 1700 era formada apenas de estacada. Manoel de Castro de Oliveira se ofereceu para reconstruí-la em 1714, conforme a planta do engenheiro Massé, oferta que foi aceita dando-lhe El-Rei o foro de fidalgo, hábito de Cristo com 80 mil reis de tença, e somente hábito de Cristo a seu filho. Foi refeita em 1713 no governo de D. Rodrigo César de Menezes, em 1740 e mais tarde, por D. Luís Antônio de Sousa, por ocasião das invasões espanholas. Na Praia do Góes, à sua esquerda, foi construído um forte ou bateria em 1766.

– Passou para o Ministério da Marinha em 1889, voltando à jurisdição do Ministério da Guerra em 1905.

♦ Fortaleza de Vera Cruz de Itapema (ou Ipanema). Fortificação precária situada no extremo da cidade de Santos à sueste, do outro lado do Rio Santo Amaro, é de época incerta, já existindo no século XVII. Em 1711 João Castro Oliveira e um capitão paulista se ofereceram para construí-la, assim como a da Barra, mediante mercês. Considerada inútil foi, porém reconstruída em 1738, por Torquato Teixeira (19), dando-lhe D. João V em paga o hábito de Cristo e a seu filho o posto de capitão nela. Reparada em 1770, hoje se encontra em escombros.

♦ Forte de Santos. Junto à cidade de Santos, foi construído sob a direção e pelos esforços de Brás Cubas tendo início em 1543. Reconstruído em 1770, no governo de D. Luís Antônio de Sousa, desapareceu com o desenvolvimento da cidade.

♦ Forte de São Luiz da Armação. Primitivamente chamado de São Felipe, já existente no século XVI, é contemporâneo à reforma do da Bertioga em cuja fronteira se achava, na Armação das Baleias. Foi mandado reconstruir pelo Governador D. Luís Antônio de Sousa a 3 de julho de 1765. Restaurado em 1798, acha-se hoje em ruínas.

♦ Fortaleza de Itaipús. Projetada desde 1896 no plano de defesa da cidade de Santos, suas obras tiveram início em 1902 e foram inauguradas a 13 de fevereiro de 1907, sendo armada com 6 canhões Krupp calibre 15, de 50 calibres de comprimento. Em 1934 era guarnecida pelo 5º Grupo de Artilharia de Costa.

♦ Forte do Munduba. Na ponta do Munduba, na Ilha de Santo Amaro, sua construção teve início em 1937.

♦ Forte do Montesserrate. Já existente em 1609, continuou guarnecido durante os séculos XVII e XVIII. O Forte da Trincheira ou da Escalada, também chamado da Estacada, ou ainda Augusta, estava situado na praia fronteira à Fortaleza da Barra Grande de Santos. Foi começado em 1734 por João de Castro de Oliveira e reparado em tempos do governador D. Luís Antônio de Sousa. Passou para o Ministério da Marinha em 1873 e, não tendo conservação, caiu em ruínas.

– Na ilha de São Sebastião as fortificações começaram em 1767; existiram: na barra norte o Forte Setetiba, de 1820, com 3 canhões; o do Rabo Azedo, do mesmo ano, ao norte da ilha e em frente ao de Setetiba, armado de 4 canhões e que repeliu em 1826 um ataque da corveta argentina Sarandy (Garrido); o das Canas ao norte da ilha, que começou a ser levantado em 1800; na barra sul o do Araçá, com 6 canhões, e o da Feiticeira com 3 peças.

– Em Vila Bela: o Forte de Santa Cruz em frente ao de Vila Bela, ambos de 1820.

– Em Cananéia existiu o Forte de Cananéia de época incerta (Garrido). Outros pontos fortificados ou baterias houve no Cubatão do Cardoso, no Cubatão Grande, no Cubatão da Jurujuba e em Ubatuba.

♦ **Estado do Paraná**. A Fortaleza de Nossa Senhora dos Prazeres, à barra da baía de Paranaguá (Ilha do Mel), mais conhecida por Forte de Paranaguá, foi iniciada a 19 de janeiro de 1767 pelo ajudante Afonso Botelho de Sampaio e Souza, por ordem de D. Luís Antônio, construída por subscrição forçada, e terminada em 1771, recebendo 6 canhões. Esteve desarmada durante muitos anos servindo de farol.

– Diz Garrido, que em 1850, guarnecida de improviso e sob o comando do capitão Joaquim Barbosa, atacou o cruzador britânico Cormorant que transpusera a barra e aprisionara cinco embarcações que no porto se achavam.



– Em 1905 construíram-lhe quartel, e em 1913 passou a servir de base para as obras da Bateria do Morro da Baleia, que lhe fica a cavaleiro e que veio a ser armada com os canhões do cruzador Tamandaré. Foi guarnecida pela 4ª Bateria de Artilharia de Costa.

♦ Forte de Nossa Senhora do Carmo. Nos campos de Guarapuava, foi construído, pelo tenente-coronel Cândido Xavier de Almeida Souza para a defesa do aldeamento de índios bravos que fundara. Dele só resta a tradição.

♦ **Estado de Santa Catarina**. Teve este Estado muitos fortes de fundação antiga, criticados, porém desde o século XVIII pela má distribuição.

♦ Fortaleza de São José da Ponta Grossa. Ao norte da Ilha de Santa Catarina, onde existira uma trincheira de 1653, foi a fortaleza levantada em 1740 pelo governador brigadeiro Silva Pais. Rendeu-se aos espanhóis em 1777 quando da invasão de Ceballos.

♦ Fortaleza de Santa Cruz. Na Ilha de Inhatomirim foi levantada em 1739 pelo brigadeiro Silva Paes e terminada em 1744. Tinha quartéis, capela, armazéns, etc. e ficava a quase uma légua de distância de São José. Armada com 50 peças foi ocupada em 1777 pelos espanhóis. Reparada em 1863 passou à categoria de 2ª classe. Na Revolta de 1894 foi teatro dos fuzilamentos ordenados pelo coronel Moreira Cesar.

– Em 1907 foi a fortaleza entregue ao Ministério da Marinha, passando desde então a ter uma guarnição de fuzileiros navais.

♦ Fortaleza de Santo Antônio ou dos Ratoes. Na maior das ilhas dos Ratoes, em boa posição e a pouca distância da Ilha de Santa Catarina, foi fundada pelo brigadeiro Silva Paes em 1740 e reconstruída pelo engenheiro militar José Custódio de Sá e Faria. Seu defeito era estar distante das outras fortificações. Como as anteriores, foi ocupada pelos espanhóis em 1777. Em 1892 estava transformada em lazareto.

– De traçado poligonal, com 120 metros na frente, dava para o canal e tinha fosso e ponte levadiça.

♦ Forte de Santana. Na Ilha de Santa Catarina, ao norte da cidade do Desterro, à margem leste do estreito, foi construído por José Custódio de Sá e Faria em 1763. Em boa posição e armado de 9 canhões cruzava fogos com o Forte de São João.

– Em 1880 nele estava instalada a Polícia do Porto, e em 1912 o Ministério da Agricultura nele estabeleceu um serviço meteorológico.

♦ Forte de São Caetano. Próximo à Fortaleza de São José, pequeno e mal traçado, foi erigido em 1765 pelo governador Francisco de Souza Menezes. Depois de ocupado pelos espanhóis em 1777 foi abandonado e desapareceu.

♦ Fortaleza Marechal Moura. Na barra do sul da Ilha de Santa Catarina, entre Araçatuba e Naufragos, está a Fortaleza da Conceição da Santa Virgem levantada também por Silva Paes em 1742. Chamada de Barra do Sul tomou o nome de Ilha Araçatuba em 1894, sendo classificada de 3ª ordem e depois desarmada. Tinha a forma circular e foi também chamada Fortaleza da Conceição da Barra do Sul.

– Em 1909 fizeram-lhe obras e, em 1934, foi modernizada; tomou o nome de Marechal Moura, sendo guarnecida pela 7ª Bateria Isolada.

♦ Forte Marechal Luz. Na entrada da barra de São Francisco, no local onde fora a Bateria de São Francisco, foi inaugurado em 1915. Em 1934 era guarnecido pela 6ª Bateria Isolada.

♦ Bateria de São João. No continente, construído em faxina, estava próximo ao Forte de Santana. Foi levantada pelo sargento-mor Joaquim Correia da Serra em 1793 e desarmada posteriormente. A Bateria de São Luiz, na Praia de Fora, defendia o Forte de Santana. Foi levantada em 1770 pelo sargento-mor Francisco José da Rosa. A Bateria de São Francisco Xavier foi construída em 1763 segundo plano do engenheiro Custódio de Sá Freire. Protegia a cidade ao flanco do Forte de Santana. A Bateria de Santa Bárbara, de 1739, na parte sul, defronte a cidade de Florianópolis veio a servir de Hospital Militar nos fins do Império. Sobre suas muralhas está instalada a Capitania dos Portos de Santa Catarina. A Bateria de São Francisco, de 1826, em faxina, achava-se à margem esquerda do rio de mesmo nome, à légua e meia da Vila de São Francisco. A Bateria João Mendes, existiu na ponta desse nome, fronteira à Ilha das Vinhas. A Bateria de Imbituba foi construída em 1801 na Armação, ao norte da barra da Laguna. A Bateria da Barra da Laguna, ao sul da cidade da Laguna, foi levantada pelos rebeldes do Rio Grande do Sul em 1839 e depois demolida (Houve um outro Forte da Laguna construído em 1776).

♦ O Forte da Lagoa, na praia da Lagoa, na costa leste da ilha, foi mandado levantar em 1773 pelo marechal Antônio Carlos Furtado de Mendonça. O Forte do Ribeirão, achava-se na ponta Caiacanguassú perto da freguesia do Ribeirão.

– **Estado do Rio Grande do Sul**. Teve o antigo Rio Grande de São Pedro, no século XVIII, grande número de redutos, fortes e fortificações, em razão da situação especial de suas fronteiras em contato imediato com os espanhóis de Buenos Aires, e em razão das constantes lutas travadas, seja devido ao estabelecimento da Colônia de Sacramento, seja provocadas pelos diversos tratados de demarcação e invasões como as de Vertiz e Ceballos. Tais redutos e fortes foram levantados, uns por iniciativa do brigadeiro Silva Paes, outros por ordem de Gomes Freire. Os generais Funck e Böhm, tiveram em alguns deles, ação direta sendo que diversos foram construídos pelos próprios espanhóis. Dificilmente se poderá determinar a verdadeira localização de alguns deles, pois, na verdade, eram de construção precária, parapeitos de terra batida, estacadas, faxina, madeira e cestões e sofreram constantes alterações. Caíram todos ao poder dos espanhóis, seja na invasão de 1763, seja na de 1776, mas foram retomados um a um. São fortes cuja lembrança deve perdurar para recordar o valor dos brasileiros e portugueses nas constantes lutas contra o inimigo daqueles tempos e em defesa das nossas fronteiras.

♦ Forte Jesus Maria José. Também chamado da Vila, ou do Porto, dominando o Jacuí e guarnecido pelos Dragões, foi iniciado por Cristóvão Pereira de Abreu quando, de

ordem de José da Silva Paes, foi ocupar a posição ao sul do Canal. Era um retângulo tendo aos quatros cantos baluartes e mais uma ponta em cada uma das cortinas maiores, informa Rego Monteiro (20). Em 1737 foi melhorado e melhor artilhado por Silva Paes tomando o nome de Jesus Maria José. Construído de faxina, estacaria e areia, destinou-se a bater o Canal, tendo no seu interior paiol, armazém e quartel. Devido à natureza do terreno e ao próprio material, não foi reconstruído sendo abandonado depois de retomado aos espanhóis em 1776. Conforme Fausto de Souza, existiu um outro forte Jesus, Maria, José, no Rio Pardo, construído em 1752 por ocasião da demarcação, e atacado pelos Tapes em 1754.

♦ Forte Santa Teresa. Foi esta obra construída na Angostura de Castilhos para defesa do território do Rio Grande, ameaçado pelos espanhóis do sul. Gomes Freire de Andrade ordenou ao coronel Tomás Luís Osório a sua execução em 1762, tendo sido delineados pelo engenheiro João Gomes Melo, em forma pentagonal e todo em terra, faxina e areia (21). Estava ainda em construção quando foi atacado por Ceballos em 1763, rendendo-se honrosamente o coronel Tomás Luís Osório, do Regimento dos Dragões, por não dispor de gente e meios de defesa, ante a superioridade esmagadora do inimigo.

– Em 1816 este forte foi tomado pelo sargento-mor Marques de Souza com 100 cavalarianos de São Paulo e duas companhias de milicianos rio-grandenses, informa o tenente-coronel De Paranhos Antunes.

♦ Forte de Santa Tecla. Construído em novembro de 1763 pelo governador espanhol de Buenos Aires, Vetiz y Salcedo, nas pontas do Rio Negro, com figura irregular pentagônica, com parapeito em terra socada, estaca e fosso, possuindo, quartéis, hospital, capela, cisterna e curral. Os quatro baluartes tinham a invocação de São José, São João Batista, São Miguel, e Santo Agostinho e um meio baluarte, São Francisco. Seu talude media 13 palmos de alto e 56 braças de frente. A situação do forte era 31°16'36" de latitude sul e 11°25'28", de latitude oeste.

– Tomado por Rafael Pinto Bandeira após um mês de cerco em março de 1776, foi totalmente arrasado (22).

– Outros fortes e redutos descritos pelo coronel Rêgo Monteiro, no 2º volume dos Anais do Segundo Congresso de História e Geografia Sul Rio Grandense, são os seguintes:

♦ Forte de São Miguel. Foi construído pelo brigadeiro Silva Paes do cerco de São Miguel em 1737, à margem esquerda desse arroio, ao sul da barra do Rio Grande, tomando o nome de Serro. Tinha a forma quadrada com dois baluartes, dois meios baluartes e um armazém no centro, coberto com couro de boi, sendo todo feito em pedra seca abundante no local, e armado com 11 canhões. Depois da invasão de 1763 foi incluído ao território espanhol.

♦ Forte de São Pedro da Barra, ou do Lagamar. Na ponta extrema da margem norte e entrada no Canal, foi iniciado por José Marcelino em 1774. Reconstruído por ordem de Böhm no ano seguinte, mudou logo de lugar devido aos estragos causados pelo mar. Muito dano causou à esquadilha espanhola ao retirar-se depois da tomada do Rio Grande.

♦ Forte de São Jorge ou dos Dragões. Mais ao sul do Forte da Conceição, a um quarto de légua do Canal do Rio Grande, sobre sua margem norte, em terreno arenoso, foi construído por José Marcelino em 1773 formando bateria à cavaleiro de uma pequena obra, armado de 3 peças de pequeno calibre. Tomou o nome de São Jorge, e quando do acampamento de Böhm, era chamado dos Dragões. Uma nova bateria foi construída mais para a frente e que teve o nome de Bateria Nova. Ambas foram abandonadas.

♦ Forte da Conceição. Projetado por Funck por ordem de Böhm, para o pontal que avança no Canal, foi construído tomando o nome de Pontal e a invocação de Nossa Senhora da Conceição. De forma fechada poligonal, sem baluartes, feito de barro socado e cercado de profundo fosso, teve sua construção interrompida com a reconquista do território.

♦ São Francisco ou Patrão-mor. Uma pequena bateria existiu sobre a costa norte do Canal perto da povoação de São José. Construída em faxina, barro e estacas, como todos, tinha a forma de um quadrado. Em 1775 estava armado com 4 peças. Junto a ela estiveram acampadas três companhias do Regimento Velho do Rio de Janeiro, sendo o forte guarnecido por artilheiros também destacados do Rio de Janeiro. Corroída pela ação das águas foi abandonada. Teve também o nome de Baterias das Figueiras.

♦ Bateria de São José do Norte. Foi construída pelos espanhóis em 1765 sob forma de um reduto quadrado. Estava perto da povoação de São José do Norte, sendo armada em 1774 por José Marcelino com 12 peças. Corroída pelas águas do Canal entrou em ruínas sendo abandonada depois da retomada do Rio Grande. Chamou-se também Forte da Fronteira Norte.

♦ Forte de São José da Barra. Chamado comumente de Fortaleza da Barra, foi construído por ordem de Ceballos sobre o pontal sul da entrada do Canal. Tinha a forma de um quadrilátero com baluartes, tudo feito de barro e estacadas de pranchões. Cobrindo grande área, continha em seu interior quartéis, paióis e armazéns fartamente providos. Recuperado o território foi o forte aproveitado por Böhm, que o mandou reconstruir pelo capitão Montanha sob a direção do general Funck com material de outros fortes demolidos.

♦ Forte do Mosquito ou de Santa Bárbara. A Bateria situada à margem sul do Canal, em seguida ao Forte da Barra, foi construída pelos espanhóis em 1766. A 1ª de abril de 1776, pela madrugada, foi tomada de assalto pelos granadeiros do Regimento de Extremós ao mando do sargento-mor Manoel Soares Coimbra. Depois de tomado foi demolido por ordem de Böhm.

♦ Forte do Triunfo. Bateria semelhante a de Santa Bárbara, foi o forte construído pelos espanhóis em 1776 de torrão e estacaria. Tomou o nome de Triunfo depois do insucesso dos portugueses de Mac-Donall, quando tentaram tomá-lo. Estava situado à margem sul do Canal, após o de Santa Bárbara, e armado de 3 canhões que foram encravados pelos espanhóis ao se renderem em 1º de abril de 1776. Demolido por ordem de Böhm.

♦ Forte ou Bateria da Trindade. À margem sul do Canal foi o Forte da Trindade construído pelos espanhóis em 1775 num alto cômodo oposto ao do Pontal. Em 1º de abril de 1776 foi tomado pelos granadeiros dos Regimentos de Moura e de Bragança, comandados pelo sargento-mor José Maria Carneiro, desembarcados entre este forte e o da Mangueira. Foi demolido no mesmo ano.

♦ Forte de Mangueira. Construído pelos espanhóis depois da ocupação pelos portugueses da margem sul do Canal, em 1776, estava sobre a ponta direita da entrada da enseada da Mangueira. Feito de barro e estacaria tinha forma original com quatro linhas curvas que produziam irregularmente quatro pontas. Os espanhóis abandonaram-no encravando os seus canhões, sendo pouco depois demolido por ordem de Böhm.

♦ Forte de Ladino. Construído na Ilha de Ladino pelos espanhóis no ano de 1774, com o nome de Forte de Jesus, todo em barro e estacada, foi conservado pelos portugueses após sua rendição.

♦ Forte do Arroio. Junto ao arroio, no fundo da enseada da Ilha dos Marinheiros, começou o forte por um simples posto de vigia em pequena obra de defesa construída por Cristóvão Pereira. Ocupado pelos espanhóis, construíram estes um verdadeiro forte armado com 6 canhões, tendo quartéis, armazéns, etc. Em 1776 foi abandonado sendo ocupado pelos portugueses que o melhoraram bastante.

♦ Forte de Santana, depois, de São Pedro. Foi levantado pelo brigadeiro Silva Paes no lugar onde está hoje a cidade do Rio Grande.

– Outros fortes ou redutos que existiram, foram: o de Taim, o do Albardão e o do Passo da Mangueira, mandados construir pelo mestre de campo André Ribeiro Coutinho. Fausto de Souza e Aníbal Amorim citam ainda os Fortes de Santo Amaro, construído por Silva Paes em 1737, à margem esquerda do Rio Jacuí, cobrindo as linhas do Taquari e Rio Pardo; o de São Martinho, levantado pelos espanhóis em 1776; Trincheiras, na povoação de Santa Maria da Boca do Monte, tomadas por Pinto Bandeira em 1776; Forte da Guarda do Norte, na Vila de São José do Norte; o Forte Novo, próximo à cidade do Rio Grande, e o de São Gonçalo, de 1775, na margem esquerda do Piratini, perto da sua foz no Rio São Gonçalo.

– Fausto de Souza cita também as fortificações de Itapoã, de 1835, na foz do Jacuí; São Caetano, de 1764, levantado pelo Governador José Custódio, reduto de estacada e faxina ao norte da cidade do Rio Grande.

– Segundo Lobo Viana e outros historiadores havia em 1874, obras de defesa nas seguintes cidades: três redutos (de 1866) em Santana do Livramento; em Caçapava, um fortim abaluartado sobre o perímetro de um hexágono regular, construção que teve início em 1850; em Uruguaiana, duas linhas de fortificações passageiras, abertas em 1865 em forma de lunetas e de flechas, depois de ocupada teve o Forte Caxias; na cidade do Rio Grande, antigas trincheiras que a defendiam pela região do sudoeste; Bagé foi defendida por 14 dias em 1867.

– Carlos Garrido informa que em São Gabriel houve um Forte de Caxias, de 1842, arrasado em 1880; em Alegrete, defesas em 1842; dois fortins em Itaquí, anteriores a 1866; em São José do Norte sete baterias, levantadas pelos farroupilhas em 1835; contra os paraguaios, trincheiras em Jaguarão e em Bagé.

♦ **Estado do Amazonas**. A antiga capitania do Rio Negro foi defendida contra as tentativas de penetração e posse por parte dos espanhóis, por vários fortes ou fortins, alguns de alvenaria, outros de madeira e terra. São cinco as principais fortificações antigas deste território e que muito contribuíram para a fixação de nossas fronteiras (23).

♦ Forte de São José do Rio Negro ou São José de Manaus. Na margem esquerda do Rio Negro a 18 Km acima da sua confluência com o Amazonas, foi construído em 1669 por Francisco da Mota Falcão e seu filho Manuel da Mota Siqueira por ordem do Governador Antônio da Mota Coelho. Tinha a forma de um quadrado em muralhas fracas e sem fosso, armado de 4 canhões e guarnecido de 270 homens. Fornecia destacamentos para outros fortes e registros. Em 1857 foi classificado de 2ª ordem. Demolidas as ruínas, em seu lugar foi construído "o edifício que foi Palácio do Governo, hoje Prefeitura Municipal de Manaus." (Carlos Garrido)

♦ Forte de São Gabriel da Cachoeira. Na encosta de um morro à margem esquerda do Rio Negro, 200 léguas acima da sua confluência com o Amazonas, foi construído por Felipe Sturn em 1763, por ordem do Governador Manuel Bernardo de Melo e Castro. Em figura pentagonal irregular, de pedra e saibro, tinha dois baluartes, quartel, calabouço, armazém, etc.

– Defendia a região da infiltração castelhana. Em 1888 ainda tinha destacamento, conforme diz o Relatório do Ministério da Guerra.

♦ Forte de São José de Marabitanas. À direita do Rio Negro, acima do de São Gabriel, perto da Serra do Cucuí, e nas proximidades da fronteira com a Venezuela, foi este forte levantado por Sturn em 1761, por ordem do Governador Melo e Castro, a fim de proteger a navegação contra ataques dos índios e reprimir investidas dos castelhanos. Formado de uma cortina e dois baluartes, com canhoneiras e seteiras era armado com 9 peças. Em seu lugar existia um aldeamento dos índios marabitanas. Foi reconstruído em 1770.

– No governo do marechal Floriano Peixoto serviu como presídio para o desterro de vários políticos. Em 1915 ainda nele se conservava um pequeno destacamento militar. Está hoje destruído.

♦ Forte de São Joaquim. À margem esquerda do Rio Branco, perto do foz do Tucutú e Arariquera, nas vizinhanças da Guiana Inglesa, foi levantado por Sturn em 1775. Tinha a forma de um paralelogramo irregular, em pedra e barro. Sua construção obedeceu à determinação régia ao Governador do Pará Francisco Xavier de Mendonça, "para cobrir o território do Brasil da ação predatória das nações de suas confinidades", diz o coronel Luiz Lobo.

– Tinha a forma de um paralelogramo com meios baluartes, cavalgando 10 canhões. Foi consertado em 1875, e em 1888 ainda tinha destacamento.

♦ São Francisco Xavier de Tabatinga. Uma fortificação inicial foi empreendida por Sebastião de Siqueira Pantoja sob o risco de Sturn por volta de 1764, em frente à foz do Javari e margem esquerda do Amazonas, perto da fronteira com o Peru. Transferida para Tabatinga, nova fortificação foi iniciada pelo sargento-mor Diogo Luís de Barros em 1770, com quartéis, paiol, igreja, etc. Em 1867 o governo mandou construir-lhe uma frente abaluartada, em consequência do incidente ocorrido anos antes com os vapores peruanos Morona e Pastazza. Seu quartel datava de 1875. Entrou em ruínas estando hoje desaparecida. A guarnição atual ocupa construções novas.

♦ Fortim de São Fernando do Içá. Foi fundado em 1763 pelo Governador Fernando da Costa Ataíde, como presídio, na fronteira do Peru, em frente ao presídio espanhol São Joaquim e a pequena distância da foz do Içá ou Putumaio. Desapareceu com o tempo.

♦ Outros fortins com destacamentos foram: Barcelos, São José do Javari, Tefé, Curiguarí, e Borba. É citado também o Forte de São Carlos, no canal de Cariguarí, que vai ao Rio Orinoco.

♦ **Estado de Mato Grosso**. Fortaleza de Coimbra. Situada à margem direita do Rio Paraguai, acha-se aos 19°55' de latitude e 320°15' de longitude.

– Sua fundação foi determinada pelo general Luiz de Albuquerque Melo Pereira Cáceres a 9 de maio de 1775, a fim de fazer frente às contínuas investidas e depredações dos índios Guaicurús e Paiaguás, e também, impedir a invasão dos castelhanos no território português. Foi incumbido da sua construção o capitão de Auxiliares Matias Ribeiro da Costa que, acompanhado de Dragões ocupou o Fecho dos Morros, e a 40 léguas acima, escolheu o lugar chamado Estreito de São Francisco onde o rio se aperta. Um presídio ou estacada foi levantada sendo hasteada a bandeira portuguesa a 13 de setembro de 1775. Incendiado dois anos depois, foi restaurado pelo engenheiro Ricardo Franco de Almeida Serra.

– O ponto sempre foi considerado defeituoso devido às cheias e por outras razões estratégicas, distando de Cuiabá 190 léguas. O forte é quadrangular com 4 baluartes

dedicado a São Gonçalo, Santiago, Santana e Nossa Senhora da Conceição, sob a denominação geral de Real Presídio de Nova Coimbra.

– Em começos de 1791 foi fortemente atacado pelos índios Guaicurus perecendo grande parte da guarnição.

– Considerado chave do Rio Paraguai para o território brasileiro, foi assediado a 17 de setembro de 1801 pelos espanhóis sob o comando de D. Lázaro Ribeiro. O coronel Ricardo Franco que o defendia ofereceu tenaz resistência, e apesar da situação precária em que se achava repeliu os invasores.

– A defesa da praça contra os paraguaios comandados por Barrios, a 21 de dezembro de 1864, – um dos primeiros atos de guerra por parte das tropas de Solano Lopes é uma das páginas de maior heroísmo de nossa história militar. Tinha naquela ocasião uma guarnição de 125 oficiais e soldados do Batalhão de Artilharia da Província, 30 guardas nacionais, guardas da alfândega, presos, índios e mulheres. Comandava-o tenente-coronel Porto Carrero. Após tenaz resistência e tendo se esgotado a munição a guarnição evacuou o forte na noite seguinte à investida, a bordo da canhoneira Anhambai, seguindo para Corumbá. Restaurado o forte em 1870 pelo tenente-coronel Joaquim Gama Lobo D'Eça, nele estacionou durante muitos anos destacamento do 2º Batalhão de Artilharia a pé. Em 1934 guarnecia-o a 1ª Bateria do 6º Grupo de Artilharia de Costa. Em 1941 estava em obras e ampliações.

♦ Fortaleza da Conceição. Mandada erigir em 1750 pelo Governador D. Antônio Rolim de Moura Tavares, foi levantada em 1756 com material vindo do Pará. Mudou a denominação para Forte de Bragança em 1768. Situada a cerca de um quilômetro abaixo da do Príncipe da Beira, no sítio da antiga missão espanhola de Santa Rosa, era um reduto abaluartado à Vauban, tendo a cortina do lado da terra 88 metros de extensão. Resistiu à investida de Juan de Pestana com numerosa tropa castelhana em 1765. Hoje, dela só existem ruínas.

♦ Fortaleza do Príncipe da Beira. Nas proximidades do antigo Forte de Nossa Senhora da Conceição, depois, de Bragança, então arruinado, foi a fortaleza principiada pelo Governador Luís de Albuquerque Melo Pereira e Cáceres a 20 de junho de 1776 e terminada a 31 de agosto de 1783. Situada em uma colina à margem direita do Rio Guaporé é toda em pedra de cantaria, constando de um quadrado com 119 metros e meio de face, com portão majestoso e quatro baluartes com 14 canhoneiras cada um; as cortinas com 97 metros de extensão e 8 de altura. Os baluartes são conhecidos pelas denominações de Nossa Senhora da Conceição, Santo Antônio, Santa Bárbara e Santo André Avelino. Teve ponte levadiça, fosso, cisterna, casa de pólvora, subterrâneo, hospital, armazéns, capela, quartéis para o governador e para a guarnição. Suas obras foram iniciadas pelo engenheiro Sambuceti e terminadas pelo capitão de dragões José de Melo da Silva Castro e Vilhena, pois o primeiro faleceu de febres malignas, informa Garrido.



– Atualmente acha-se em ruínas e abandonado, servindo de abrigo a nuvens de morcegos. "Ainda hoje, apesar de meio século de abandono, diz Lobo Viana em 1897, apresenta-se tão grandioso que produz a mais inesperada surpresa a quem, galgando a colina, vê de repente, e quase de um jacto, surgir no meio do profundo fosso que o cerca; semelhantes as arestas de seus baluartes às proas de gigantes couraçados, pelo bem traçado das linhas, a inclinação sobre o terreno e a cor férrea de suas muralhas, feitas de paralelepípedos dessa Arkose quase ferruginosa, conhecida no Estado pelo nome de pedra de Canga."

♦ Forte do Iguatemi. Sob a invocação de Nossa Senhora dos Prazeres, foi fundado pelo capitão João Martins de Barros por ordem de D. Luís Antônio de Sousa em 1765. Situava-se à margem do Rio Iguatemi perto da foz do Rio das Bogas e teve por finalidade conter as invasões espanholas. Suas obras ficaram terminadas em 1770, com cinco baluartes e dois meios baluartes, em terra batida e faxina, armado de 14 canhões. Em 1775 chegou a esta praça o brigadeiro José Custódio de Sá e Faria, acompanhado de alguns oficiais e 22 soldados de artilharia do Rio de Janeiro.

– Sua guarnição foi formada de cinco companhias de Aventureiros Paulistas e da dita companhia de artilharia do Rio de Janeiro, num total de cerca de 300 homens.

– Sofreram estes homens durante anos toda sorte de provações, miséria e doenças, com enorme perda de vidas até a sua rendição.

– Em 1774 foi o forte atacado pelos índios Guaicurus. Recebeu em 1776, reforço de 78 soldados do Regimento de Infantaria de São Paulo, de Mexia Leite. Em 1777, investido pelos castelhanos sob o comando de D. Agostinho Penedo, rendeu-se a 27 de outubro, sendo o forte destruído pelos invasores. A praça além de defeituosa estava mal armada e sem comando.

– Na história do forte destacam-se o sertanista Teotônio José Juzarte que deixou um "Diário", o capitão João Martins de Barros e o vigário Antonio Ramos Louzada, que teve a desdita de assinar a capitulação e por tal crime passou 19 anos encarcerado no Forte da Barra em Santos, sendo libertado em 1795.

♦ Forte de Ladário. A 11 quilômetros abaixo de Corumbá foi fundado em 1778 pelo Governador D. Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. Aumentado em 1873, com as obras do Arsenal de Marinha, chegou a ter em 1880 cerca de 68 canhões.

♦ Forte de Melgaço. À margem esquerda do Rio Cuiabá, pouco abaixo da capital, foi levantado em 1865 pelo Governador almirante Augusto Levensger, depois barão de Melgaço.

♦ Forte Miranda. No lugar do presídio construído em 1778, foi construído o forte em 1797 pelo governador Caetano Pinto de Miranda Montenegro. Situava-se no lugar em que hoje está a cidade de Miranda. Tinha a forma quadrangular com um redente em cada face e fosso no contorno. Nele, em 1880, foi fundada uma Colônia Militar.

♦ Forte Treze de Junho. O antigo Forte da Junqueira ou do Limoeiro, antigo da Pólvora, foi edificado em 1872. De forma octogonal e em alvenaria, achava-se nas proximidades de Corumbá e passou a ter o nome Forte Treze de Junho, por Aviso de 7 de julho de 1884, em recordação da data da expulsão dos paraguaios desse sítio, quando da guerra de 1865-70, informa Garrido.

♦ Forte de São Francisco. Na cidade de Corumbá, em frente à Igreja de Nossa Senhora da Candelária, em forma octogonal, foi levantado após a Guerra do Paraguai pelo major Joaquim da Gama Lobo D'Eça. Em 1894 foi considerado de 3ª classe.

♦ Outros fortins e trincheiras que existiram em Mato Grosso foram: Fecho dos Morros onde se supõe ter havido fortins; Fortim Conde D'Eu, defesa levantada entre Ladário e Corumbá, após a guerra com o Paraguai; Fortim Duque de Caxias em Corumbá, posterior à guerra com o Paraguai; Fortim de Santo Antônio, de frágil construção, cruzando fogo com o Duque de Caxias; Fortim Major Gama, na parte sul de Corumbá e posterior à guerra contra o Paraguai; Trincheira de Santa Cruz de Corumbá, sobre o antigo Presídio de Albuquerque, que foi ocupado pelos paraguaios e refeito em 1873 pelo major Gama Lobo D'Eça; Fortim São José, inaugurado nos arredores de Cuiabá em 1867, devido à ameaça dos paraguaios; duas Baterias em Vila-Bela, quase à foz do Alegrete, estabelecidas em 1778 pelo capitão-general Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. Citam-se ainda: Junqueira e Limoeira.

– Vide Presídio.

♦ **Ilha de Fernando de Noronha**. Situada a 3º 46'20" de latitude sul e 10º 46'30" de longitude ou oriente do Rio de Janeiro, acha-se a ilha a 525 quilômetros do Recife e 345 do Cabo de São Roque.

– Descoberta em 1503 por Fernão de Noronha, ela lhe foi doada como capitania a 16 de janeiro do ano seguinte por Carta de D. Manoel I. Teve o nome de Ilha de São João ou de Quaresma, tomando depois o nome de seu primeiro donatário. A doação foi confirmada em seus descendentes, por D. Sebastião a 20 de maio de 1559 e por D. Pedro II em 1693.

– Dada a sua situação no Atlântico, a Ilha foi ocupada tanto por portugueses como por holandeses e franceses. Em 1629, os holandeses que nela cuidavam de plantar tabaco e legumes, foram desalojados pelo capitão Rui Colaza Borges comandando mil homens, para lá enviados por Matias de Albuquerque. Em 1630 voltaram os holandeses a ocupá-la fortificando-a. Terminada a guerra foi a ilha libertada por uma expedição enviada em 1654 sob o comando do coronel Francisco Figueira, ficando, porém depois em completo abandono.

– Em 1694, o Governador e capitão general de Pernambuco Caetano de Melo e Castro sugeriu ao governo de Portugal a necessidade de povoar e fortificar a ilha devido à pirataria que se servia dela para seu abastecimento.

– Por Carta Régia de 24 de setembro de 1700 ficou estabelecido que o Arquipélago fizesse parte da jurisdição administrativa da Capitania de Pernambuco.

– Ocupada pelos franceses da *Compagnie des Indes Orientales* que lhe deram o nome de *Isle Delphine*, foi reconquistada por ordem do governo, sendo a expedição de Pernambuco composta de 250 homens sob o comando do tenente-coronel João Lobo de Lacerda em 1737, não opondo os franceses qualquer resistência. Data de então o início da construção de alguns fortes pelo engenheiro militar Diogo da Silveira, e que foram o Forte de Santo Antônio, o de Nossa Senhora da Conceição do Pico e o de Nossa Senhora dos Remédios, prontos no ano seguinte, com um total de 28 peças.

– Em 1739, foram levantados pelo capitão Antônio Brito Gamacho, o Forte de São João Batista dos Dois Irmãos, na ponta dos Dois Irmãos, com 6 peças, e o São Joaquim do Sueste, com 4 peças.

– Entre os anos de 1758 a 1761 foi construído o Forte de São José, de grande importância estratégica, na ilha do mesmo nome, dominando a enseada de Santo Antônio. O Forte do Bom Jesus do Leão foi concluído em 1778, não havendo data precisa quanto à construção dos Fortes de Santana, de Santa Cruz e de São Pedro do Boldró, informa Guilherme Auler. O de Santana serviu de quartel no século XIX.

– Desarmados os fortes por ocasião da Revolução de Pernambuco, em 1817, para aproveitamento de suas melhores peças, e destruição das restantes, voltaram a ser de novo armados sendo artilhados seus dez fortes por ordem do capitão general de Pernambuco Luiz do Rêgo Barreto. Pediu então o capitão Antonio José Ferreira, encarregado da restauração, a remessa de 98 peças de diferentes calibres. Em 1819, os Fortes de Santa-Cruz e do Sueste achavam-se abandonados. Em 1846 foram restaurados Conceição, Boldró, Dois Irmãos, Sueste, Leão e Santana.

– Pela "Breve notícia da Ilha de Fernando de Noronha", publicada em 1857 pelo seu comandante Antônio Gomes Leal, citada por Auler, vemos, que então, dos Fortes de São Joaquim do Sueste e Santa Cruz só existiam alicerces; e de São José se achava meio arruinado, e os de São João e São Pedro, em mau estado (24).

– Em 1864 obras foram feitas nos Fortes dos Remédios, Santo Antônio, Boldró, Santana e Conceição.

– Presentemente apenas o Forte de Santana e o de Nossa Senhora dos Remédios são armados e guarnecidos; o segundo serve de prisão e nele é hasteada a bandeira nacional. Dos demais fortes existem ruínas ou apenas vestígios; do de Santa Cruz do Pico, nem sinais. Os 40 canhões antigos que ainda se encontram entre as diversas ruínas deviam ser reunidos para conservação, como objetos históricos.

– Por Decreto de 3 de dezembro de 1877 a Ilha passou à jurisdição do Ministério da Justiça para fins de presídio. No começo da República foi integrada ao domínio do Estado de Pernambuco. Tornou-se há anos Território Nacional, sendo emancipado, deixando de ser presídio estadual.

♦ **Ilha da Trindade**. O Forte de Rainha foi erigido pelos ingleses no século XVIII. Voltando à posse dos portugueses teve guarnição até 1797, quando foram, esta e o armamento, retirados por ordem do Conde de Rezende, diz Garrido. Deste forte devem existir apenas vestígios.

♦ **Colônia do Sacramento**. Fundada a 22 de janeiro de 1680 por D. Manoel Lobo, à margem setentrional do Rio da Prata, em face à Buenos Aires, foi a fortaleza imediatamente construída com o nome de Sacramento, formando um quadrilátero, com 16 pedreiros e 2 meios canhões. Apesar de inúmeros cercos e ataques dos espanhóis, em diversas épocas, suas fortificações foram sempre retomadas e reconstruídas. Cercada de fosso, tinha a cidadela no centro, dois baluartes, o de Santo Antônio e de São João, as baterias de Santa Rita e de São Pedro, e o Reduto Tambor. Vide Colônia.

– Vide Aula, Praça, Presídio, Preso.

**FORTIM**, s. m. – Obra de fortificação de pequenas dimensões; pequeno forte.

– Sendo uma fortaleza ou sistema defensivo um composto de vários fortes, aos menores, para se distinguirem dos maiores se dá o nome de fortim. No fortim os lados se prestam mútuo flanqueamento; sua forma é geralmente estrelada; o de oito salientes é o que oferece melhor flanqueamento. (M. F. A.)

– Vide Fortaleza.

**FOSSADEIRA**, s. f. – Tributo antigo que pagavam os que eram obrigados a ir com o rei ao fossado. Nome dado à terra que era obrigada àquele tributo.

– Fossadeira era uma contribuição fixa, que em Portugal, pagavam as pessoas dispensadas de irem ao fossado, ou do serviço militar. "Assim o foral de Ericeira dizia que seus moradores eram isentos do fossado tanto por terra como por mar, e a fossadeira era igualmente um tributo predial ou uma contribuição para a guerra da qual nem os homens da Igreja estavam isentos" (1).

– D. Fernando, em 1373, regulava a prestação de serviço militar e as mostras ou revistas anuais, "onde o alcaide arrolava os vilões que podiam entrar de novo na classe de cavaleiros ou remir o serviço pessoal de fossado por uma contribuição fixa – a fossadeira – inerente à propriedade, ou por uma prestação – cavalo ou morabitino de Maio – renovada em cada ano." (General Ferreira Martins.)

**FOSSADO**, s. m. – O mesmo que fosso: os fossados de um castelo. – (Antigo) – Serviço militar que consistia principalmente no ataque ou correria feita no território inimigo. – adj. – Cavado como um fosso.

– Em Portugal, na luta contra os Mouros, fossado era a expedição de saque ao inimigo na época das colheitas ou incursão de destruição, feita pelos peões e homens

armados das vilas fronteiriças. Todos eram obrigados ao fossado sendo dispensados dele os que pagavam um tributo chamado fossadeira.

– O nome teve origem na fossa ou vala que abriam, para a proteção no ataque. O fossado podia durar alguns dias e revestir a importância de um combate regular; alguns forais fixavam sua duração de 3 dias a 3 semanas. Era considerado como um serviço militar e dele estavam isentos os moradores de certos lugares, como Ericeira; e enquanto umas povoações eram obrigadas ao fossado, outras o eram apenas ao apelido, isto é, à chamada geral para a resistência em caso de agressão.

**FOSSO**, s. m. – Cavidade em torno dos pontos fortificados, entrincheiramentos, acampamentos, etc., para os proteger contra os ataques do inimigo, e para outros usos. Valeta. (Formação latina *Fossus*)

– É o fosso obra exterior nas fortificações, e o do corpo da praça é mais importante. Pode ser seco ou aquático, ou ainda para manobra de água. O da praça deve ser flanqueado, isto é, visto para impedir o inimigo de sangrá-lo ou passá-lo; fosso que não é flanqueado pouca utilidade apresenta. Consta o fosso de três partes: fundo, escarpa e contra-escarpa. Fosso diamante é o que se cava na frente da capoeira, podendo ser flanqueado por casamatas feitas na escarpa, etc. Quando é de grande profundidade representa entre todos o maior obstáculo. A terra que procede da escavação do fosso serve para a formação do parapeito. No sistema Carmontaigne a largura do fosso seco do corpo da praça é de 28 a 30 metros; a do fosso aquático, de 40 a 50.

– Vide Tranqueira.

**FOTOGRAFIA**, s. f. – Arte de fixar, por meio de agentes químicos e com o auxílio da câmara escura, a imagem dos objetos exteriores, seja por uma reprodução de chapa sobre papel ou sobre outra chapa.

– Aprova o Regulamento do Gabinete Fotográfico do Estado-Maior do Exército. Decreto de 14 de fevereiro de 1918 (1).

– Tirar fotografias, fazer desenhos ou levantar plano ou planta de fortificações, fábrica ou arsenal, ou aeronave, ou engenho de guerra motomecanizado, em serviço, em construção sob fiscalização militar ou em lugar sujeito à administração militar. Pena: reclusão de dois a quatro anos se o fato não constituir crime mais grave. Dos crimes militares em tempo de paz. Código Penal Militar de 1944, art. 128.

**FRALDA**, s. f. – A parte da camisa da cintura para baixo. – (Por extensão) – Em geral a parte inferior de qualquer hábito ou vestido talar de homem, ou de mulher. Saia, vestido. (Formação baixo latim *Falda*)

– Fralda, faldra, falda ou fraldão foi o nome que teve um curto saio de couro, de pano ou de malha de ferro, que no tempo de Carlos VI da França (1380-1422), foi

substituído por quatro ou cinco placas móveis ligando a couraça às escarcelas. No século XVI passou a ter apenas uma ou duas placas e desapareceu nos começos do século XVII. Variou muito de feitio, e houve no século XVI fraldas alongadas formando saio de ferro, próprias para o combate a pé e que na França tiveram o nome de tonne.

– Parte inferior ou cauda do manto real, que era sustentada pelo camareiro-mor nos cortejos e procissões. Regimento dos Ofícios da Casa Real d'El Rei D. João IV, de 3 de janeiro de 1643.

**FRALDÃO**, s. m. – Parte da armadura da cintura para baixo; o mesmo que fralda.

**FRALDILHA**, s. f. – Avental de couro de que usam os ferreiros. Avental de que usavam os porta-machados.

– Vide Avental, Porta-Machado.

**FRANCALETE**, s. m. – Correia com fivela que segura os coldres das pistolas à sela. Correia do boné, da barretina, etc. (Formação espanhola Francalete)

– No Plano de Uniformes aprovado pelo Decreto 1.729-A, de 11 de junho de 1894 e em outros, consta que das guias chatas "pendem-se os francaletes com ganchos de mola para pendurar a espada".

– Ao gancho de mola chamou-se também – mosquetão –, tradução de mousqueton, nome que os franceses dão ao gancho por ter sido a arma do mesmo nome usada em várias épocas pendente de uma correia por meio do gancho.

**FRANCO**, adj. – Desembaraçado, livre de qualquer estorvo. Isento, leal, sincero, não dissimulado, verdadeiro. Independente; livre de pagamento. Que diz respeito aos povos que antigamente habitavam a Germânia inferior. Franco atirador, soldado ou civil que voluntariamente se associa a outros para a defesa do território. Francos arqueiros, nome de uma milícia que foi criada na França por Carlos VII. Tropas francas, bandos francos, tropas compostas de soldados que não pagavam tributo, que se improvisavam, quando necessários e se dissolviam quando já desnecessários seus serviços. (Formação latina Francus)

– Companhias francas, vide Infantaria (Pará)

– Vide Arqueiro.

**FRANJA**, s. f. – Obra de passamanaria, galão com fios torcidos e pendentos, de lã, linho, seda, ouro ou prata, com que se guarnece alguma coisa. (Formação latina Fimbria)

– Nome que teve antigamente o canotilho: "Tenente – uma dragona com franja no ombro direito e outra sem franja, nem canotilhos no esquerdo". Plano de Uniformes de 1806.

- Dragonas com franja de retrós de seda tiveram os oficiais inferiores de categoria, e de lã os soldados.

- Orla de franja apresentavam os estandartes nos corpos montados: "Cada Esquadrão da Guarda de Honra terá um estandarte" (...) "orlado de franjas de ouro", etc. Decreto de 1º de dezembro de 1822.

- Vide Canotão, Canotilho, Dragonas, Fiador.

**FRAQUEZA**, s. f. – Falta de forças, de robustez, de solidez. Debilidade, delicadeza de compleição. Pusilanimidade, falta de ânimo. Falha, imperfeição. Desalento. A parte fraca de qualquer pessoa ou coisa.

- O militar que cometer uma fraqueza, escondendo-se ou fugindo quando for preciso combater, será punido de morte. Artigo de Guerra IV, dos Regulamentos de 1763 e 1764 e Regulamento Provisional da Armada, 1799.

**FRATERNIDADE**, s. f. – Parentesco entre irmãos. União, amizade, afeto, carinho de irmão para irmão. (Formação latina *Fraternitas*)

- Fraternidade de armas. Costume antigo que tem seus vestígios na Grécia heróica e que consistia na aliança entre dois cavaleiros que, reciprocamente, juravam estar sempre unidos e se auxiliarem em tudo e contra todos. Entre os germanos, os irmãos de armas se limitavam a tocar suas armas; Du Guesclin e Glisson fizeram-se irmãos de armas, tocando os Santos Evangelhos. Este costume ainda se observa entre os árabes e outros povos da Argélia. (M. F. A.)

**FREIO**, s. m. – Peças de ferro ou de outro metal composta de duas hastes paralelas (cambas) ligadas por uma terceira (bocal) tendo ainda a barbela e o "esse", servindo para governar o animal e nele se prendendo as rédeas. – (Artilharia) – Aparelho que serve para reduzir o recuo dos canhões, como o hidráulico recuperador. (Formação latina *Froenum*)

- Adota-se o novo modelo de freio proposto pela Comissão de Melhoramentos. Aviso de 13 de março de 1874.

- De metal branco com barbela para o arreamento da montada dos oficiais; de aço com barbela para as praças de pré. Sem tempo de duração. Decreto 1.729- A, de 1894.

- Para a estabilidade dos reparos, eliminação ou redução do recuo produzido na carreta pela explosão da carga de projeção têm sido usados vários processos, sejam pelo travamento das rodas, fixação das falcas, pistões hidráulicos, etc., assim como os chamados freios de estrada.

- A travação por meio de correntes servindo para o tiro foi feita em diversos sistemas: a) o da corrente presa à roda; o da corrente, que, presa à caixa do eixo desce, a uma cunha ou sapata sob a roda e daí segue a fixar-se na flecha. Nas estradas em descida as rodas eram peadas por uma corrente chamada cadeia de retém ou retenida

presa da caixa do eixo e ao lado direito da flecha; b) freios ordinários de sapatas que podiam ser regulados; c) freios de sapatas e corda (no canhão 90 adotado em 1888) no qual a resistência era produzida pela aderência da corda enrolada no eixo e de ação progressiva com o recuo da peça (adotado na França e na Alemanha); d) por meio de uma porca com borboleta exteriormente na cabeça do eixo.

– Outros sistemas foram: o do plano inclinado nas baterias das fortalezas; o da pá que se enfia no solo pela força do recuo e do qual houve vários sistemas; o de lâminas; finalmente, o freio hidráulico em pistão cheio de líquido, do qual existem vários sistemas como o de Vavasseur, etc.

– Nos canhões de casamata foram usados o aparelho hidráulico (1881) ou o aparelho de corrente em engrenagem.

– O choque produzido pela percussão do canhão sobre o reparo começou a ser amortecido em 1877 por meio aparelho em cautchú, no sistema russo Engelhardt.

– Empregaram-se depois vários tipos de molas como o Brown, o Belleville, etc. Finalmente, entrou em uso o freio hidráulico com recuperador entre os canhões e o reparo e o freio hidro-pneumático.

**FRENTE**, s. f. – Fronteira, fachada do edificio. A parte dianteira do rosto ou de outra qualquer parte do corpo. O primeiro lugar, a parte dianteira de qualquer coisa. – (Militar) – Vanguarda da tropa. Fileira da frente, a da vanguarda (por oposição à da retaguarda). Em fortificação é cada lado do polígono ou das partes que constituem a obra, podendo por si só se defender, quer dizer, se flanquear. Diz-se frente de ataque que é porção do perímetro da praça forte mais exposta ao ataque do inimigo. Frente da bandeira, a linha atrás da qual se armam as barracas nos campos. Frente do exército, a extensão ocupada pelos diferentes corpos da primeira linha. Frente coberta, frente coberta ou protegida por obstáculos como seja mata, rio, ribanceira, etc., por oposição, frente descoberta. Frente, volver! Frente à direita! Frente à esquerda! etc., são locuções vulgares ou ordens de comando. (Formação espanhola *Fruente*)

**FRONTEIRA**, s. f. – Raia, a extrema de um reino, de uma região, a parte de um país que entesta com outro, limite, confim.

– Há três espécies de fronteiras: fronteira política, fronteira natural e fronteira militar. Alguns autores reconhecem fronteiras naturais e artificiais ou convencionais.

– As naturais, constituídas por acidentes naturais como água, e *thalweg*, ou meio do rio, cadeias de montanhas, vales, costas, etc.; as artificiais, pelos marcos, edificios, pontes, rochedos assinalados, fossos limítrofes, estradas, barreiras e outros recursos convencionais. A fixação de uma fronteira se retifica por tratados chamados de limites.

– As colônias militares já eram usadas pelos Romanos como meio de defesa de fronteira. Raiano ou arraiano e fronteiriço é o que mora na raia ou fronteira do país.



- Nas províncias de São Pedro e Mato Grosso existiram comandantes de fronteiras, a saber: no Rio Grande, Rio Pardo e Missões, Nova Coimbra e Forte do Príncipe da Beira. O comandante militar da Comarca do Rio Negro (Amazonas) podia ser considerado comandante de fronteira. Por Aviso de 10 de maio de 1831 mandou-se reduzir estes comandos ao indispensável.

- Competia aos Comandantes das Armas a nomeação dos comandantes dos destacamentos e sua localização nas fronteiras. A sua defesa autorizava o destacamento da Guarda Nacional.

- Pelo Aviso de 1º de março de 1856 foi ordenado ao Presidente de Mato Grosso que fizesse rondar frequentemente todos os campos entre os Rios dos Dourados e o Iguatemi para observar se aí se haviam fundado ou tentado fundar fazendas, povoações ou qualquer estabelecimento paraguaio; e que, no caso afirmativo, fossem imediatamente destruídos, vistos que se deve tratar, a custa de qualquer sacrificio, de malograr as tentativas com que os paraguaios tentem, por esse lado do Império de firmar posse, em que fundem suas pretensões de adiantar os limites do Paraguai até o Ivinhema.

- Nenhum militar do Brasil e da República Argentina pode atravessar armado as fronteiras dos dois países. Aviso de 17 de maio de 1884.

- São classificadas as guarnições das fronteiras do seguinte modo: de 1ª ordem, aquelas cujos comandos tiverem sob a respectiva jurisdição dois ou mais corpos; de 2ª ordem, as que forem constituídas por um só corpo e; de 3ª ordem, as que dispuserem de força menor. Aviso de 13 de fevereiro de 1906.

- Aprovam-se as Instruções para os serviços das guarnições e destacamentos isolados nas fronteiras do Brasil. Aviso de 31 de agosto de 1911.

- São guarnições de fronteiras: Porto Murtinho, São Luís de Cáceres, Forte de Coimbra, Óbidos, Porto Velho, São Luís das Missões e Bela Vista. Aviso de 30 de dezembro de 1937.

- Batalhões de Fronteira. O Batalhão de Fronteira do Mato Grosso foi criado pelo Decreto 24.287, de 24 de maio de 1934; o Batalhão de Fronteira do Amazonas foi criado pelo mesmo Decreto; Companhia em Porto Velho. 2º Batalhão de Fronteira. Boletim do Exército 27, de 1935. Em São Luís de Cáceres, Mato Grosso. Sua 1ª Companhia foi organizada em Porto Murtinho com a 2ª Companhia do 17º Batalhão de Caçadores (Diário Oficial de 18 de janeiro de 1938).

- Companhias de Fronteira. A Companhia de Fronteira do Pará foi criada pelo Decreto 24.287, de 24 de maio de 1934; a Companhia de Fronteira do Iguazu, por Portaria de 20 de fevereiro de 1932; continuou organizada em 1934. Cria a 4ª Companhia do 2º Batalhão de Fronteiras, com sede em Três Lagoas. Aviso 893 de 1937; Boletim do Exército 1, de 1938.

- Pelotões de Fronteiras: Guajará-Mirim, Oiapoque, Tabatinga.

- Contingentes especiais de Fronteiras: Içá, Cucuí, Rio Branco, Jupurá e Marambá.

– Distintivos. Pelo Decreto de 4 de dezembro de 1931: Contingente de Fronteira, um aro circular de 0,035m de diâmetro circunscrevendo um losango cheio contendo em relevo a palavra BRASIL. Vide Boletim do Exército 32, de 1937.

– Pelo Decreto de 10 de agosto de 1942: Batalhão de Fronteira, dois fuzis cruzados com um losango, no cruzamento contendo a palavra BRASIL, em relevo; o número por baixo. Companhias de fronteiras – o distintivo do Batalhão de Fronteiras –, um losango contendo a palavras BRASIL apoiada no sabre das Armas da República.

– Vide Terra, Tratado.

**FRONTEIRO**, adj. – Situado em frente de outra coisa. – s. m. – Capitão de uma praça da fronteira: os fronteiros de D. João II. Fronteiro-mor, o que governa superiormente uma parte extensa da fronteira; como o foi em Portugal Gonçalo Mendes da Maia.

– Os fronteiro-mores tinham por missão, em Portugal, defender o reino em cada comarca. Equivaliam aos que, mais tarde, vieram a serem os comandantes militares das províncias.

**FUGA**, s. f. – Fugida, partida rápida, evasão. – (Militar) – Debandada, retirada de tropas com precipitação. Escapatória, subterfúgio. (Formação latina Fuga)

– É extremamente rigorosa a Ordenança de 9 de abril de 1805 sobre a fuga de presos militares: o que fugia estando cumprindo pena de 1ª deserção era degredado para a Índia por 6 anos e enquanto não embarcava devia se ocupar em trabalhos públicos, acorrentado. Se estivesse cumprindo sentença de 2ª deserção era condenado a 10 anos para a costa da África; estas penas podiam ser agravadas. Foram, contudo, atenuadas pouco depois.

– De preso ocasionada por soldado de linha que está como tal de sentinela ou guarda constitui crime puramente militar. Provisão de 20 de outubro de 1834.

– O perdão da deserção nunca compreende o da fuga da prisão. Aviso de 18 de maio de 1854.

– A praça presa não se considera deserção. Provisão de 13 de janeiro de 1840.

– Não se verificando arrombamento nem violência, não comete o militar o crime de fuga e sim o de deserção, se ficar ausente mais de 8 dias. Acórdão do Supremo Tribunal Militar, de 30 de maio de 1900.

– Vejam-se os art. 104 e 107 do Código Penal Militar.

– Vide Deserção.

**FUGIR**, v. int. – Desviar-se precipitadamente de alguém ou de alguma coisa para evitar incômodo, perigo, risco, tentação, etc. – (Militar) – Retirar em debandada. Desaparecer. – v. tr. – Evitar, afastar-se de. (Formação latina Fugere)

- Todo soldado que depois de preso por qualquer culpa, arrombava a cadeia para fugir, era condenado à morte. Alvará de 7 de maio de 1710.

- "Aquele que estando encarregado de guardar um criminoso não puser todas as precauções para que não fuja, e, com efeito, o deixar fugir, será posto em lugar do mesmo criminoso." Artigo de Guerra XXIII dos Regulamentos de 1763 e 1764. Cunha Matos fazendo comentários, diz: "Estes Artigos de Guerra não declaram qual será o tempo de castigo ou prisão daquele que deixar fugir o criminoso; e por isso tem-se suscitado questões, dizendo uns, que o tempo de prisão e qualidade do castigo há de ser igual ao do réu fugido, e outros sustentam que há de ser até que ele apareça. Eu entendo o Artigo por outro modo. Uma sentinela muito de propósito deixar fugir um criminoso a quem guardava, e por isso foi posta em lugar deste por sentença de Conselho de Guerra, mas no dia seguinte o criminoso fugido foi preso, e recolhido à prisão, deve o soldado que o largou ser posto em liberdade por haver aparecido o primeiro criminoso? Certamente não: neste caso ficarão ambos presos; um como criminoso antigo, e o outro como consentidor da fuga, e por isso terá de sofrer a pena que corresponde aos carcereiros que soltam os réus cometidos à sua guarda."

**FULMINANTE**, adj. - Que fulmina, que despede raios. Que destrói instantaneamente. Que exprime uma ação violenta. Atroz, cruel, insofrível. - s. m. - Cápsula de metal que contém a escorva da arma de fogo. Rastilho de mineiro. (Formação latina *Fulminas*)

- Vide Cápsula, Espoleta.

**FULMINATO**, s. m. - (Química) - Sal produzido pela combinação do ácido fulmínico com uma base salificável. (Formação latina *Fulmen*)

- O fulminato de mercúrio foi descoberto em 1774 pelo farmacêutico Bayen e tornado praticável por Howard em 1800, tendo tomado o seu nome. É formado pela ação do álcool do nitrato de mercúrio em solução nítrica (C:N.O)<sup>2</sup> Hg. É composto de mercúrio, ácido azótico e álcool, sendo um explosivo de grande violência e energia, sendo utilizado na pirotécnica militar devidamente dosado e preparado, para as cápsulas fulminantes nas escorvas dos cartuchos metálicos, nas espoletas de percussão e concussão para artilharia e em todos os artificios em que a explosão deva ser produzida pelo choque. Para tanto são misturados pólvora, clorato de potássio, etc.

- O fulminato de prata, descoberto por Berthollet em 1778 e obtido pelo mesmo processo C:N.OHg., explode com violência ainda maior que o fulminato de mercúrio.

- Para se julgar da força e extrema violência do fulminato de mercúrio basta compará-la com a pólvora ordinária. Colocando-se 25 gramas de pólvora debaixo de um barril de 50 quilos de peso, sendo inflamada a pólvora o barril levanta a uma altura de

13 a 16 centímetros. Fazendo-se a mesma experiência com a mesma quantidade de fulminato de mercúrio o barril voa em pedaços.

– Existem numerosas fórmulas para preparar o fulminato de mercúrio ou mercúrio fulminante, tais como os de Chandelon, de Chevalier e de Liebig.

– Para a pirotécnica militar, ou seja, o seu uso nas cápsulas e nas escorvas dos cartuchos metálicos o processo adotado nos fins do século passado era o seguinte: reduzido a pó o fulminante, era misturado à igual porção de salitre ou clorato de potássio e de sulfureto de antimônio. Com um pouco de cola ficava em condições de ser colocado nas cápsulas na dosagem de 0,04 gramas em cada uma.

**FULMÍNICO**, adj. – (Química) – Diz-se de um ácido resultante da combinação do cianogênio e do oxigênio, que tem a propriedade de produzir uma violenta explosão por efeito da percussão ou de elevação de temperatura.

**FUMAR**, v. int. – Lançar fumo, fumegar. Aspirar ao fumo do tabaco. – v. tr. – Aspirar e respirar o fumo de: fumar um charuto. (Formação latina *Fumare*)

– Diz Cunha Matos que, a proibição de fumar caiu em desuso desde que no ano de 1795, o exército que se recolheu da Catalunha, introduziu geralmente o uso de fumar entre a oficialidade portuguesa, coisa até então mui reparável e digna de censura. Todavia há casos em que é tolerado o fumar, e outros em que convém que seja absolutamente vedado; por exemplo: às vedetas e sentinelas avançadas em uma marcha secreta; às sentinelas das obras de uma praça durante o assédio violento. O fogo do cigarro é alvo muito bom para as pontarias.

– As sentinelas não podem fumar. Regulamento de 1763, cap. 8. Regulamento de 1764, cap. 7.

– O soldado de uma guarda mandado em serviço a qualquer parte não fumará pela rua, porque, apesar de ir só, deve, contudo considerar-se armado, enquanto durar a diligencia. (Ex. P. vol. 1, pag. 262).

– Constitui transgressão disciplinar fumar em lugares ou ocasiões em que isso seja vedado ou em presença de superior que não seja do seu círculo de camaradagem, salvo nas ocasiões em que, em face dos regulamentos vigentes, possa fazê-lo. Regulamento de 29 de março de 1916; 14.085, de 3 de março de 1920, art. 421.

**FUMO**, s. m. – Vapor mais ou menos denso que se desloca dos corpos em ignição ou extremamente aquecidos e também dos corpos úmidos quando expostos a uma temperatura elevada. – (Brasileiro) – Tabaco preparado para fumar. Crepe para luto. (Formação latina *Fumus*)

– Regulamentos antigos determinavam que as tropas formadas nos funerais de generais em chefe do Exército tivessem fumo no braço. As caixas de guerra eram destemperadas e às vezes cobertas de crepe.

**FUNÇÃO**, s. f. – Exercício, emprego, uso. Exercício de cargo, desempenho de ofício. Ofício cargo, serviço. Exercício do entendimento, do espírito, da razão. Festividade. (Formação latina *Functio*)

– Sem urgentíssima necessidade do serviço público, acha-se vedado, que sejam distraídos de suas funções nos respectivos corpos, os comandantes, majores, ajudantes, quartéis-mestres e capitães. Aviso de 15 de abril de 1859.

– Função que pode ser exercida por oficiais de diversos postos. Aviso 2.498, de 1941.

– Da função militar. Estatuto dos Militares, 1946, cap. III.

– Vide Adjunto, Comandante, Fiscal.

**FUNCIONÁRIO**, s. m. – Empregado; o que exerce funções de cargo público.

– Praça de pré não pode ser funcionário público, Despacho de 6 de julho de 1921.

– Sobre vencimentos de funcionário público sorteado para o serviço militar. Decreto 23.125, de 1933, art. 164.

– Disposições sobre funcionário convocado para manobras militares. Aviso de 17 de outubro de 1940.

– Da admissão de extranumerários-mensalistas (habilitação para o Ministério da Guerra). Avisos de 10 de julho e 17 de outubro. Boletim do Exército 15, de 1940.

– É indispensável ser reservista para ser funcionário federal, estadual ou municipal, assim como em qualquer instituto para-estatal, autarquias, etc. Decreto de 23 de julho de 1946. (Serviço Militar).

– Vide Empregado.

**FUNDA**, s. f. – Instrumento ou aparelho de corda ou de couro com que se arremessem pedras ou balas. Instrumento cirúrgico para sujeitar quebras ou contra rupturas. Estojo, invólucro. (Formação latina *Funda*)

– Pedação de couro com duas tiras ou cordas, uma em cada lado, por meio da qual se arremessavam pedras ao inimigo e cujo uso chegou à época feudal, tendo havido fundas portáteis e não portáteis, estas, por suas grandes dimensões eram movimentadas mecanicamente. Colocava-se o projétil na parte central, de couro e imprimia-se rápido movimento de rotação; largando-se em dado momento uma das cordas, o projétil abandonado a si mesmo continuava a se mover na direção da tangente do arco descrito, para depois, por efeito da gravidade, descrever um arco de parábola. (M. F. A.)

– Funda foi o nome dado na Idade Média ao saco de couro onde se levava o estandarte; desfraldado este, era a funda posta na anca do cavalo ou em bandoleira.

**FUNDAÇÃO**, *s. f.* – Ação ou efeito de fundar, de erigir instituição ou estabelecimento; princípio, origem de qualquer coisa. Alicerces.

– Fundação Osório. Fundação educacional às órfãs dos militares. Decreto-Lei 8.917 e 9.130 de 1946.

– Com relação aos órfãos do pessoal da FEB. Decreto-Lei 8.794, de 1946.

**FUNDIBULÁRIO**, *s. m.* – O que atira com funda, fundeiro. (Formação latina *Fundibularius*)

– Os mais célebres fundibulários da antiguidade eram os naturais das Ilhas Baleares. Fizeram parte dos exércitos de Aníbal, não havendo casco ou armadura que resistisse aos seus tiros (M. F. A.). Nas hostes francesas, os fundibulários, soldados a pé das classes inferiores, foram suprimidos depois do reinado de São Luis (1226-1270).

**FUNDÍBULO**, *s. m.* – Funda de arrojador pedras, uma espécie de balista.

– Funda presa na ponta de um cabo e manejada com as duas mãos, usada na antiguidade, na Idade Média e no século XVI. Serviu também para lançar granadas; podia atirar projéteis a 300 metros de distância.

**FUNDIÇÃO**, *s. m.* – Ato de fundir metais. Arte de os fundir. Fábrica, oficinas, local onde eles se fundem. Metal fundido.

– A arte de fundir canhões em bronze remonta aos meados do século XV. Em início da era da pólvora, as bocas de fogo eram formadas de lâminas de ferro ajustadas por meio de anéis; passaram depois ao de ferro fundido e forjado.

– A fundição dos canhões em bronze era feita antigamente pela moldagem em terra e o metal era corrido, maciço, fazendo-se depois a brocagem da alma, e cortando-se a parte excedente da boca da peça. Foi usado também ajustar-se ao vazio um molde cilíndrico para formar a alma do canhão, mas de tal processo surgiam defeitos constantes devido à dificuldade de sua perfeita centralização.

– O modelo era feito em terra argilosa em torno de um eixo de madeira no qual se enrolava uma corda de palha. Os golfinhos e munhões eram em cera, a culatra e calcável, em molde de gesso. Depois de pronto e seco passava-se uma camada de cinza para não grudar ao molde ou camisa que era então feito exteriormente em camadas sucessivas de barro misturando com estrume de vaca e embebido de suco de estrume de cavalo, que serviam de liga. Este molde era reforçado com fitas de ferro e uma vez seco submetia-se a um fogo de carvão. Terminada a operação retirava-se o eixo com a corda e

o modelo de barro saia aos pedaços, sendo o molde então enterrado verticalmente correndo-se o metal no interior.

– O metal devia ser composto de 9 partes de bronze velho e 1 parte de bronze novo.

– Outro processo foi o da fundição em areia sendo o modelo de cobre; era mais rápido, apresentando, porém diversos inconvenientes.

– Durante um século pelo menos, lutou-se para a fabricação de bocas de fogo em ferro forjado ou em aço, em substituição ao bronze e numerosas experiências e tentativas foram feitas, pois, o ferro fundido só tinha aplicação em canhões pesados. Tal dificuldade só foi vencida com o desenvolvimento das grandes forjas no século passado, e quanto ao aço, por Krupp, em Essen, com o aço de cadinho.

– Em Portugal a fundição de canhões se desenvolveu nos fins do século XV e tomou enorme impulso a partir do reinado de D. Manoel I. No século XVIII ressalta a figura de Bartolomeu da Costa, cujo nome se acha inscrito em muitas bocas de fogo da época, e que foi encarregado pelo Conde de Lippe da fundição de obuses de campanha, boca de fogo até então inexistente em Portugal. A ele se deve a conclusão das oficinas conhecidas por Fundição de Cima, em Santa Clara, que depois se chamou Fundição de Canhões, distinta da Fundição de Baixo, no local em que hoje se encontra o Museu Militar. Em 1774 Bartolomeu da Costa foi promovido a brigadeiro de Infantaria com exercício na Artilharia e nomeado Intendente Geral da Artilharia, em recompensa dos serviços prestados na fundição da estátua de D. José I. Drouet foi outro fundidor de canhões, contratado na França, e que trabalhou em Portugal por volta de 1777.

– Diz Pizarro, que sob o governo de D. Diogo Luís Oliveira, 15º Governador da Bahia (1627-1635) estabeleceu-se na cidade de Salvador uma fábrica de artilharia com fundição de canhões. Em Pernambuco na administração do senhor de Beringel, fundiu-se artilharia para guarnecer os fortes da colônia, informa Varnhagen.

– Sobre a fundição de canhões e sinos, em Pernambuco, consta no Livro da Resão do Estado: "Nesta vila de Olinda, por ordem do Governador Geral D. Diogo de Meneses, se assentou a casa da fundição de artilharia, sinos e petrechos de bronze, no ano de 611 à custa do seu fundidor com assento feito nos livros da Fazenda, em que se obriga a dar feitas todas as peças de grandeza que lhe mandarem, do dia que lhe derem o bronze em seis meses com obrigação que Sua Majestade, conforme se usa no Reino, lhe mandará pagar o feitio". O fundidor em questão deve ter sido Domingos Rodrigues, nomeado Fundidor-mor do Brasil a 8 de novembro de 1607, segundo informa Pereira da Costa. Matias de Albuquerque mandou fundir na dita fundição algumas colubrinas para o Forte da Lage. "Posteriormente os holandeses deram grande incremento à elaboração de metais por moldagem, fundição e outros sistemas, com a montagem de oficinas próprias no Recife; e em 1663 havia em Olinda um estabelecimento de fundição de metais" (...) escreve Pereira da Costa. E que, em 1768, havia uma fundição no Recife, pertencente a Nicolau Coelho de Albuquerque que se obrigou naquele ano a fundir um sino para a

igreja da Estância. Cita o mesmo autor a Fundição Aurora, existente em 1829, estabelecimento completo e modelarmente montado.

– Aportando na Bahia, o Príncipe D. João em 1808, autorizou o capitão-general Conde da Ponta (1805-1809) a estabelecer uma fundição para refundir os canhões inúteis existentes nos fortes (1).

– Fábrica de fundição e perfuração de peças de artilharia se mandou estabelecer no engenho da Lagoa Rodrigues de Freitas pelo Decreto de 13 de maio de 1808. (Col. Nab.)

– Vide Aço, Canô, Fábrica, Intendência, Ouro.

**FUNDO**, adj. – Profundo, que está abaixo da superfície, do nível. Cavado, metido para dentro. Profundo (de fora para dentro, de cima para baixo). – s. m. – A parte inferior de alguma coisa oca, parte oposta à boca ou abertura. Profundidade. O cabedal; o capital. A três de fundo, tropas em três fileiras horizontais. – (Fortificação) – Fundo de canhoneira, plano inclinado para fora da praça e que a limita na parte inferior. Carregar a fundo, diz-se da tropa a pé ou montada que se lança sobre o inimigo com grande impetuosidade. Apontar a fundo, voz em esgrima de baioneta; partir a fundo, diz-se na esgrima de florete e espada. Fundo de fardamento, contribuição monetária estabelecida antigamente nos Corpos. Os fundos existentes nas unidades devem ser depositados no Banco do Brasil ou em suas agências. Aviso 759, de 1931; vide Aviso 126, de 1932. (Formação latina).

– Vide Serviço de Fundos.

**FUNERAL**, adj. – Fúnebre; que diz respeito a enterros, a exéquias. – s. m. – Enterro, pompa fúnebre. – (Militar) – Armas em funeral! – voz de comando para se porem as armas na posição conveniente para qualquer ato fúnebre, com coronha para cima e a boca para baixo. Bandeiras em funeral, descidas a meio pau. (Formação baixo latim *Funeralis*)

– Armas e bandeiras em funeral. Descrevendo os funerais da rainha D. Maria I, no Rio de Janeiro, em 1816, conta o padre Luiz Gonçalves dos Santos que cada Regimento apresentava as armas em funeral, à medida que o acompanhamento fúnebre passava, e depois se metia em coluna e marchava em seguimento, com os tambores cobertos de baeta negra, as bandeiras de rasto e enlutadas com fumo, e com marchas muito maviosas. O piquete de Cavalaria que abria o acompanhamento tinha as carabinas em funeral; e a Cavalaria do Exército e a da Polícia, que o fechavam traziam as espadas em funeral suspensas pelo fiador (1).

– Por costume antiquíssimo, na Sexta-feira Santa, punham-se as armas e bandeiras em funeral, e as caixas e instrumentos bélicos tocavam à surdina. Começava a prática às 9 horas da manhã e assim conserva-se até o sábado ao meio dia. Em tempo de guerra, porém, quer nas praças quer em campanha, as armas não se punham em funeral (2).



- Pelo sistema de instrução nos corpos de Infantaria, durante o Império (3), a maneira de se por armas em funeral, era a seguinte: À voz de - Em funeral, armas - (3 tempos) deixa-se cair a boca da arma para frente, e inclinada para o lado esquerdo, de sorte que o coice passe por baixo do sovaco direito, ficando a boca virada para o chão; a mão direita segura o delgado da coronha com a costa para a frente, e a esquerda vai pegar com o dedo polegar na caçoleta e o índice no cão, ficando com os outros três unidos e curvados, a palma da mão voltada para frente, a arma presa debaixo do braço esquerdo, e o guarda-mato em linha com o ombro. A mão direita larga o delgado da coronha, e vai à retaguarda do corpo segurar a bandoleira, ficando o braço por cima da patrona. À voz - Descansar armas - (2 tempos), a mão direita larga a bandoleira, e vai pela frente do corpo pegar no delgado da coronha e deixa cair a arma perpendicularmente, de forma que fique a boca sobre a ponta do pé esquerdo. A mão esquerda segura a chapa do coice d'armas; o cotovelo esquerdo fica unido à arma e o direito ao corpo. À voz - Descansar - (1 tempo), a mão direita larga o delgado da coronha e vai pegar por cima da mão esquerda, inclinando a cabeça encosta a face esquerda sobre aquela, o pé direito vai à retaguarda, o joelho esquerdo um pouco inclinado. Em seguimento vem as vozes de - Sentido - Perfilar armas - e - Ombro armas (4).

- Vide Regulamento aprovado pelo Decreto 1.662, de 20 de maio de 1937, art. 169, etc.

- Vide Continência, Enterramento, Honras.

**FURRIEL**, s. m. - Oficial inferior, situado acima do cabo de esquadra e abaixo do sargento; encarregado de distribuir os mantimentos, de tratar do aboletamento dos soldados, etc.

- Furriel-mor, era nas antigas milícias portuguesas o aposentador-mor, isto é, o que demarcava o alojamento das tropas. (Formação francesa *Fourrier*)

- Diz Cunha Matos, que os furriéis em Portugal datam a sua criação dantes do ano 1641; sendo certo que, no ano de 1570, ainda não era conhecido este posto pelo seu nome atual. Fazem nas companhias de Infantaria e Cavalaria o serviço que nos regimentos faziam os antigos furrieis-mores.

- O furriel exercia na Cavalaria, em tempos antigos, as funções do sargento, pois, este último posto não existia naquela Arma. Na Infantaria e Artilharia, vinha ele logo abaixo do sargento, como se vê do Regulamento de Infantaria de 1763.

- Pela reorganização do exército português, de 13 de julho de 1808, os sargentos são desdobrados em 1º e 2º, vindo o furriel logo a seguir; continua, porém, sozinho na Cavalaria até a reforma de 14 de outubro do mesmo ano, quando foi então introduzido o sargento (simples) nesta Arma, seguindo-se-lhe o furriel. Sua nomeação competia aos coronéis comandantes dos respectivos corpos, conforme o Aviso de 29 de agosto de 1808.

– Reputou-se os furriéis iguais aos sargentos para os acessos. Resolução de 6 de setembro de 1820 (Rep. C. Mat.).

– No Brasil, a Tabela de 1831 traz já, também para a Cavalaria, 1º e 2º sargentos.

– O posto de furriel é o primeiro na escala ascendente dos postos de oficiais inferiores, e por ele devem começar os soldados particulares que tiverem de ocupar tais postos. Ordem do Dia 327, de 9 de setembro de 1862.

– O Decreto 6.373, de 1876, nos art. 38, 39, 140 e 144, traz as seguintes instruções para estas praças:

♦ Os furriéis serão nomeados pelos comandantes dos corpos, sobre proposta dos comandantes das companhias, que escolherão para isto homens de sua inteira confiança. Ao furriel compete guardar os objetos que se acharem na arrecadação, conservando-os limpos, bem arrumados, etc. Ter muito cuidado, logo que qualquer praça baixar ao hospital, de arrecadar tudo quanto a ele pertença, assim como fazer o inventário de tudo o que pertencer à praça reconhecida ausente, chamando para testemunha três praças que saibam escrever para assinarem esse inventário.

♦ Marcar com o número da companhia e o da praça a quem pertencer não só o fardamento como o armamento e toda a peça do equipamento. Ser responsável pelos utensílios da companhia e velar pela limpeza do alojamento e das camas. Os furriéis são responsáveis pelos utensílios da cavalaria. Os do batalhão de engenheiros devem também auxiliar o quartel-mestre na arrecadação, arranjo e conservação do trem de sapadores e pontoneiros. Vide o Decreto 338, de 3 de maio de 1891, art. 38 e 133.

– O posto de furriel foi substituído pelo de 3º sargento na reorganização do Exército, em 1908.

– O distintivo do furriel, pelo Plano de 1806, era dragonas com franja de retrós no ombro esquerdo e fiador competente. No Decreto de 24 de outubro de 1815, consta, 3 divisas douradas, em ângulo, com o vértice para baixo, no braço esquerdo. Depois da Regência, tiveram os furriéis três divisas, porém, em diagonal acima do canhão, no braço esquerdo, de galão para o grande uniforme e de pano para o pequeno. Na República as divisas passaram a ser em ângulo com o vértice para cima.

♦ **Furriel-Mor.** Nome que teve antigamente o quartel-mestre nos Regimentos, e que foi abolido no Exército e na Marinha por Aviso de 6 de outubro de 1742, sendo restabelecido pelo Ofício de 21 de março de 1757, "por fazerem falta na economia da tropa." E com esta finalidade (de sargento quartel-mestre) figuram no Estado-Maior do Regimento dos Dragões da Capitania de São Pedro, organizado pela Carta Régia de 20 de julho de 1809.

♦ **Furriel-Mor do Exército.** Foi emprego antigo na tropa portuguesa, seja com esta denominação, seja com a de Quartel-Mestre General. Foi extinto por Alvará de 6 de outubro de 1642.

– Vide Quartel-Mestre General.

**FURTO**, s. m. – Ato de tirar o alheio contra a vontade do dono; subtração fraudulenta de uma coisa que pertence a outrem. A coisa furtada. (Formação latina *Furtum*)

– Furto feito por soldado não tem foro ou privilégio algum. Decreto de 25 de janeiro de 1660 (De mais de um marco de prata, ou feito em lugar ermo com violência).

– "Todos os furtos, e assim mesmo todo o gênero de violência para extorquir dinheiro, ou quaisquer gêneros, serão punidos severamente; porém aquele furto que se fizer em armas e munições e outras coisas pertencentes a Sua Majestade, ou aquele que roubar o seu camarada ou cometer furto com infração ou for ladrão de estrada, perderá a vida conforme as circunstâncias; ou também, se qualquer sentinela cometer ou consentir que alguém o cometa, será castigada severamente, e conforme as circunstâncias, incurso em pena capital." Regulamento de Infantaria de 1764, Artigo de Guerra XVIII. No da Cavalaria se acrescenta: "os cavalos e selas" e se aplica as mesmas penas. Note-se que os furtos que não forem de gêneros pertencentes à Nação, só tem penas de morte se excedem a marco de prata, diz Cunha Matos.

– Do foro dos militares réus de furto da Real Fazenda: de armamento, petrechos ou munições, por soldados em quartel pertence seu conhecimento ao foro militar. Alvará de 18 de setembro de 1784. Vide Ordem de 9 de abril de 1805.

– Do furto e roubo. Vide Código Penal da Armada, art. 154 a 159. Sobre praça condenada por crime de furto, Aviso de 4 de julho de 1940.

– Do furto. Código Penal Militar de 1944, art. 198.

**FUZIL**, s. m. – Peça de aço com que se tira fogo na pederneira, ferindo-a. A peça de aço na fecharia das espingardas antigas que ferida pela pederneira faz fogo, o qual comunicando-se à pólvora produz a explosão. Arma de fogo portátil de cano longo; espingarda. (Formação francesa *Fusil*)

– Vide Carabina, Clavina, Espingarda.

**FUZILAMENTO**, s. m. – Ação e efeito de fuzilar.

– O Regulamento Processual Criminal Militar estabelece no art. 265: o militar, ou paisano condenado à morte em tempo de guerra, será fuzilado.

♦ Art. 266 – A pena de morte proferida em última instância, por tribunal reunido em território ou águas ocupadas militarmente, será executada independentemente de recurso, salvo quando o Governo Federal determinar o contrário.

♦ Art. 267 – O militar que tiver de ser fuzilado sairá da prisão em que estiver, vestido com pequeno uniforme e despido de insígnias, sendo colocado no lugar em que

tenha de receber as descargas, com os olhos vendados, substituindo-se as vozes de fogo por sinais.

♦ Art. 268 – O paisano que tiver de ser fuzilado por sentença condenatória dos tribunais militares, sairá da prisão em que estiver, decentemente vestido e será executado na conformidade das disposições contidas no artigo anterior.

– Veja-se os art. 40 e 41 do Código Penal Militar.

– Da Justiça Militar em tempo de guerra, art. 381 a 384, Código da Justiça Militar de 1938.

– A pena de morte é executada por fuzilamento, Código Penal Militar, de 1944, art. 40.

**FUZILAR**, v. tr – Lançar de si, despedir à maneira de raios e clarões. Passar pelas armas, matar com tiros de arma de fogo. – v. intr. – Inflamar-se a matéria elétrica na atmosfera. Ameaçar, anunciar ódio, rancor.

**FUZILARIA**, s. f. – Descargas de espingardas. Tiroteio entre dois ou mais grupos de soldados inimigos.

**FUZILEIRO**, s. m. – Soldado armado com espingarda. Cada um dos soldados de que se compõem as companhias de um regimento, excetuando-se os das de granadeiros e de atiradores ou caçadores.

– Deu-se antigamente o nome de fuzileiro aos soldados de Infantaria, logo que foram armados de fuzis, como chamou-se anteriormente mosqueteiros ou arcabuzeiros os soldados armados de mosquetes ou arcabuzes. Desde o século XVIII tem o nome de fuzileiro todo o soldado de Infantaria que não pertença às companhias de granadeiros ou de caçadores, e, modernamente, às de metralhadoras ou de outras especialidades. Como resultante das distinções estabelecidas nos corpos de Infantaria, já nos fins do século XVIII, foram criados em Portugal depois de 1800, corpos distintos de fuzileiros, granadeiros e caçadores, cada um com suas peculiaridades, no armamento como no fardamento. Os fuzileiros tiveram pifanos, tambores e tambor-mor; correame branco e uniforme em cores vistosas.

– Os primeiros batalhões de fuzileiros criados no Brasil surgem com a reorganização dos corpos de Infantaria do Rio de Janeiro, baixada pelo Decreto de 28 de abril de 1818. São então transformados os antigos Regimentos de Infantaria de Linha do Rio em 1º, 2º e 3º Batalhões de Fuzileiros. Na verdade existiam então no Brasil alguns batalhões de fuzileiros, mas eram unidades portuguesas vindos da metrópole para reforçar as guarnições. (Vide Divisão Auxiliadora)

– Depois da Independência, movido pela corrente dominante então a favor da Infantaria Ligeira, baixa o governo o Decreto de 13 de outubro de 1822, que transforma os 1º, 2º e 3º Batalhões de Fuzileiros, respectivamente, em 2º, 3º e 4º Batalhões de

Caçadores. Longos anos passa o Exército sem ter corpos com a anterior denominação, até que, a 14 de maio de 1842, são criados 8 batalhões de fuzileiros para atender às prementes necessidades ante a revolução em Minas e São Paulo e às lutas no Sul. Compõe-se cada batalhão de um grande e um pequeno Estado-Maior, com um total de 34 oficiais, oficiais inferiores e praças, incluindo tambor-mor, pifanos, mestres de música e 16 músicos, e oito companhias num total geral de 882 homens. Pelo mesmo Decreto, os 12 Batalhões de Caçadores existentes são reduzidos a 8, sendo os 9º, 10º, 11º e 12º transformados em fuzileiros. O 1º Batalhão de Fuzileiros foi organizado em Areias, com variados elementos reunidos às pressas pelo Barão de Caxias na formação da coluna acampada naquela cidade fronteira de São Paulo, e que fez o seu batismo de fogo em Santa Luzia.

– Note-se que este 1º Batalhão é o verdadeiro antepassado do atual 1º Regimento de Infantaria (Regimento Sampaio), e não – como querem alguns historiadores – o velho regimento colonial, 1º do Rio de Janeiro, extinto em 1793, ou ainda, o Regimento de Bragança, que lhe seguiu no número e que passou a 2º em 1822, ou mesmo o 1º Batalhão de Caçadores criado em 1818 e extinto em 1833.

– A origem dos batalhões de fuzileiros de 1842 é a seguinte:

ANTES DE 1842	NOVA ORGANIZAÇÃO
Criado	1º Batalhão de Fuzileiros
5º Batalhão de Artilharia a pé, Santa Catarina	2º Batalhão de Fuzileiros
Bateria Provisória de Santa Catarina	3º Batalhão de Fuzileiros
Bateria Provisória de Pernambuco	4º Batalhão de Fuzileiros
9º Batalhão de Caçadores, Pará	5º Batalhão de Fuzileiros
10º Batalhão de Caçadores, São Paulo	6º Batalhão de Fuzileiros
11º Batalhão de Caçadores, Rio Grande do Sul	7º Batalhão de Fuzileiros
12º Batalhão de Caçadores, Santa Catarina	8º Batalhão de Fuzileiros

– Em 1843 cada batalhão é reduzido para 666 homens, subindo em 1847 para 786, e em 1851, a 877.

– Em 1846 os 1º e 2º estavam na Côrte; o 5º no Maranhão com destacamento no Piauí; os restantes no Rio Grande do Sul. Em 1849 o 2º passa para Pernambuco.

– Por Decreto de 19 de abril de 1851, dá-se nova ordem na Infantaria, que adota uma numeração geral: 1 a 8, Fuzileiros e, de 9 a 14, Caçadores. No ano seguinte, a 30 de novembro, o 7º de Fuzileiros é transformado no 5º Regimento de Cavalaria, tomando, portanto o 8º o número 7 (os Caçadores vão até o número 13). O 1º Batalhão de Fuzileiros é aumentado para 1.143 homens.

– Conforme o Almanaque Laemert de 1857, o 1º Batalhão de Fuzileiros estava alojado no Quartel Grande da Praça da Aclamação; o 2º tinha parada em Pernambuco;

os 3º, 4º, 6º e 7º no Rio Grande do Sul, e o 5º no Maranhão. Em 1859, o 2º passa para a Bahia.

– Pelo Decreto de 9 de dezembro de 1865, que reorganizou o Exército, em consequência da Guerra do Paraguai, os batalhões de Infantaria foram aumentados para 22, desaparecendo as denominações – Fuzileiros, Caçadores – substituídas por – Infantaria pesada e Infantaria ligeira.

– Em conclusão, apenas em duas ocasiões existiram no Brasil Corpos de fuzileiros: de 1818 a 1822, e de 1842 a 1865.

– Uniformes. Que uniformes teriam os 3 Batalhões de Fuzileiros criados na Côrte em 1818 com os antigos Regimentos do Rio? Provavelmente uniformes baseados no Plano de 13 de novembro de 1815, esclarecidos pelo Aviso de 9 de maio de 1816: barretina preta com o diâmetro superior maior que o inferior, laço vermelho e azul na frente e penacho branco; chapa elíptica com as Armas Reais e chapa estreita em ponta sobre a pala com o número aberto; ou, a barretina de couro, afunilada, que aparece em algumas estampas. Nada, porém se pode afirmar sobre a cobertura, pois os figurinos da época desapareceram. Conforme o Plano de 1815, a farda seria azul ferrete com gola e canhões de cor, vivo branco, uma ordem de 8 botões e platina azul. Calça larga azul ou branca, polainas brancas ou pretas, conforme a calça e posta por baixo. Os oficiais, dragonas douradas, banda encarnada com franja, talabarte, espada, etc., correame branco.

– Os novos batalhões de fuzileiros criados em 14 de maio de 1842, tiveram em 1º uniforme, conforme os raros figurinos da época, casaca azul ferrete com duas ordens de 8 botões, gola e canhões da cor do corpo, barretina com o diâmetro superior maior que o inferior, penacho branco, ou vermelho e branco, cordões brancos, chapa e tope nacional; dragonas vermelhas com franja branca; calça azul ou branca; polainas brancas ou pretas; sapatos; capote era alvadio. Em pequeno uniforme, usavam fardeta e boné quadrado. Os oficiais: penacho de penas, cordões dourados na barretina, dragonas douradas e banda. O Projeto de Uniformes por Carta Régia do Príncipe Regente existente na Biblioteca Nacional, alguns figurinos avulsos e o Decreto de 8 de janeiro de 1848 são os únicos dados existentes neste período. Felizmente, o Decreto de 7 de agosto de 1852 traz esclarecimentos completos nas suas descrições minuciosas. Assim, os oficiais usam em 1º uniforme a barretina preta já descrita com penacho de penas vermelhas, sendo brancas na parte superior; cordões dourados com palmatória; chapa e tope. Casaca azul ferrete com uma ordem de 8 botões, gola e canhões de cor inteira, vivos vermelhos, e forro branco; banda, talabarte ou talim de couro branco, espada com bainha de couro, fiador dourado, luvas brancas. A calça é cinza mescla com vivo para o 1º Batalhão; azul com vivo para os demais. Polainas brancas e sapatos. Em pequeno uniforme: boné cônico, sobrecasaca azul com 8 botões, vistas e pestanas da cor do corpo; platinas de pano azul com meia-lua dourada, galões nos punhos.

– Os soldados têm os cordões da barretina em lã branca, o penacho é também de lã, as dragonas são vermelhas com franjas brancas, e as divisas são douradas em diagonal no canhão esquerdo. As correias brancas da baioneta e a patrona são cruzadas no peito e presas por uma outra, estreita, na cintura. À direita prende a correia da agulheta e escovinha. Calças e polainas como para os oficiais. Em pequeno uniforme: sobrecasaca de pano ou fardeta de brim pardo e platinas de pano com floco de lã branca. O boné quadrado de pano azul ferrete tem borla à direita; as divisas são vermelhas. Os sargentos usam banda de lã encarnada.

– As cores da gola, canhões, vistas, carcelas dos canhões e listras dos bonés obedecem à seguinte Tabela em 1852:

FARDA E SOBRECASACA				BONÉ			
-	Vivos	Gola	Canhão	Vivos	Listra	Botão da borla	Franja da borla
1º Batalhão de Fuzileiros	vermelho	branca	amarelo	vermelho	amarela	vermelho	branca
2º Batalhão de Fuzileiros		amarela	azul claro		azul claro	azul	amarela
3º Batalhão de Fuzileiros		vermelha	amarelo		vermelha	amarelo	vermelha
4º Batalhão de Fuzileiros		azul claro	vermelho		azul claro	azul	vermelha
5º Batalhão de Fuzileiros		vermelha	azul claro		azul claro	azul	vermelha
6º Batalhão de Fuzileiros		amarela	vermelho		vermelha	amarelo	vermelha
7º Batalhão de Fuzileiros		azul claro	amarelo		azul claro	azul	amarela
8º Batalhão de Fuzileiros		amarela	branco		amarela	vermelho	branca

– Em 1856 o boné quadrado das praças é substituído pelo boné cônico com pala, de pano azul ferrete com vivos vermelhos e cinta da cor da Tabela.

– Vide Porta-Machado, Músico, Tambor, Tambor-mor.

– O Decreto de 28 de fevereiro de 1866, aprovou novo Plano Geral de Uniformes estabelecendo um só uniforme para todos os batalhões de fuzileiros (Infantaria pesada) e um só para os Caçadores (Infantaria ligeira), extinguindo as cores particulares dos corpos (1).

– Os fuzileiros passam a ter em 1º uniforme (oficiais): barretina de pano preto afunilada, com cordões e palmatórias encarnados, penacho de chorão de penas brancas e vermelhas, tope nacional e estrela. Sobrecasaca azul ferrete com uma ordem de 8 botões, vivos, vistas e pestanas encarnados, dragonas, banda; talim branco e luvas. Calça azul ferrete com vivo, espada com bainha de metal branco, fiador dourado, botinas ou sapatos. Em pequeno uniforme: boné cônico azul ferrete com cinta e vivos encarnados; sobrecasaca com galões nos canhões; platina de pano com meia-lua de

metal; calça azul ou branca. Uniforme de brim pardo: sobrecasaca com vistas, vivos e galões; botões de massa; calça com vivo.

– O 1º uniforme para os soldados era igual aos dos oficiais, sendo o penacho de lã e as dragonas azuis, com franjas vermelhas. Em pequeno uniforme: sobrecasaca e calça de brim pardo ou de pano azul ferrete, gorro de dois bicos azul ferrete com vivos e borla vermelhos e estrela amarela.

– Em 1871 é adotada a capa de brim branco para os gorros. Em 1873, passam os oficiais a usar galões finos nos bonés indicando o posto, e os soldados já usam blusa de pano azul ferrete em serviço. A 29 de novembro de 1875 é adotado para todos os corpos do Exército, para o serviço, o boné cônico de couro, e a sobrecasaca de brim pardo é substituída por blusa do mesmo tecido conservando os respectivos vivos e vistas. Em 1880 desaparece a distinção de Infantaria pesada e Infantaria ligeira, adotando, todos, os uniformes da Infantaria pesada e a simples denominação de Infantaria.

– Vide Caçadores, Infantaria.

**FUZILHÃO**, s. m. – Cada um dos bicos da fivela em que se segura a presilha.



# NOTAS

## **Fortificação**

- (1) Frei Manuel Calado, O Valeroso Lucideno, Ed. Cultura, II vol., pag. 225.
- (2) Boccio de Filicaia, Engenheiro-mor do Estado, gentil-homem florentino foi investido pelo Governador D. Francisco de Souza (1591-1598) para dirigir as obras militares da Bahia (Varnhagen, História Geral, II, pag. 101).
  - Em 1605 aprovou El-Rei uma planta da cidade contendo projeto das fortificações elaborado por Leonardo Turiano, Engenheiro-mor do Reino (Acioli-Amaral, Memórias, I, pag. 432, 433, cit. por J. da Silva Campos, Fortificações da Bahia, SPHAN, nº 7.
- (3) Diogo Luis de Oliveira concluiu os Fortes da Ribeira e de Montesserrate; construiu o de São Bartolomeu da Passagem, o de São Diogo e talvez o de Santa Maria, a Fortaleza do Morro de São Paulo, o baluarte velho ou da Conceição e uma trincheira perto da ermida de Santo Antônio, além do Carmo, mais tarde substituída pela Fortaleza do mesmo nome. Fortificou a posição onde se levantou o Forte de São Pedro.
- (4) Taunay, Na Bahia Colonial, pag. 291, 299 e 300, cit. por J. da Silva Campos, op. cit.
- (5) Luiz Lobo, coronel, História Militar do Pará, Biblioteca Militar, vol. LXV, Rio de Janeiro, 1943, de onde extraímos os principais dados sobre as fortificações do Pará.
  - O Forte do Presépio parece ter sido construído pelo Engenheiro-mor Francisco Frias Mesquita, que tomou parte na expedição de Caldeira Castelo Branco. (J. da Silva Campos, op. cit.)
- (6) Palma Muniz, Anais Históricos do Estado do Maranhão, de Barredo, in Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, fascículo II, 1918.
- (7) As informações sobre os Fortes Muturú, Orange e Nassau e o 2º Camáu, foram encontradas apenas em Carlos Garrido.
- (8) Monumentos e Curiosidades da Guerra Holandesa em Pernambuco, 1630-1654, publicação da Comissão de Defesa do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado.
- (9) D. Pedro II, Viagem a Pernambuco em 1859, apresentado e comentado por Guilherme Auler.
- (10) Inventário das Armas e Petrechos bélicos que os holandeses deixaram em Pernambuco e dos prédios edificadas ou reparados até 1654. Publicação da

Biblioteca Pública em Pernambuco, Recife, 1940.

- (11) J. da Silva Campos, op. cit.
- (12) J. da Silva Campos, op. cit.
- (13) A Invasão Holandesa, cit. por J. da Silva Campos, op. cit.
- (14) J. da Silva Campos, op. cit.
- (15) J. da Silva Campos, op. cit.
- (16) Vieira Fazenda, Antiquilhas e Memórias do Rio de Janeiro, Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, vol. 140.
- (17) Coleção de plantas das fortificações do Rio de Janeiro feitas por ordem do Conde de Rezende em 1794, publicadas e comentadas pelo tenente-coronel Inácio Carneiro de Azambuja. Boletim do Circulo de Técnicos Militares, março de 1945.
- (18) Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo (Carta Régia de 29 de janeiro de 1700, vol. 54.)
- (19) Azevedo Marques, nos Apontamentos Históricos Geográficos, etc., da Província de São Paulo, pag. 158, não fala em João de Castro Oliveira e, quanto ao sargento-mor Torquato Teixeira de Carvalho diz que "em recompensa obteve pelas Provisões de 24 de setembro de 1738 o posto de capitão comandante da mesma fortaleza com soldo e hábito de Cristo por 3 vidas, a primeira das quais se verificou na pessoa de seu filho João Teixeira de Carvalho e a 3ª na do filho deste capitão, Francisco Olinto de Carvalho."
- (20) Rêgo Monteiro, coronel, Anais do Segundo Congresso de História e Geografia Sul Rio Grandense, vol. II.
- (21) Fernando Luiz Osório, A Trincheira de Castilho, Anais do Segundo Congresso de História e Geografia Sul Rio Grandense, vol. II
- (22) Walter Spalding, O Forte de Santa Tecla, Anais, cit.
- (23) Os principais dados sobre este Estado são apoiados no Roteiro Histórico das Fortificações do Amazonas, por Artur Cesar Ferreira Reis, in Revista do SPHAN nº 6.
- (24) Os Fortes de Fernando de Noronha, Revista do Arquivo Público de Pernambuco, 2º semestre de 1946. Separata com o mesmo título, corrigida e aumentada pela autoridade da Imprensa Oficial do Recife, 1947.

### **Fossadeira**

- (1) Henrique Pires Monteiro – Origens do Exército Português, in Nação Armada, maio de 1940. "E assim é que D. Afonso III, ouvindo as reclamações dos altos Bispos da Guarda e Arcebispo de Braga, responde que a fossadeira não era para seu benefício, mas destinada às despesas de

guerra, que a não podiam dispensar."

### **Fotografia**

- (1) Vide Decreto de 3 de novembro de 1921.
  - Sobre aparelhagem fotogramétrica. Decreto-Lei 4.097, de 1942.

### **Fundição**

- (1) J. da Silva Campos, Fortificações da Bahia, publicação do SPHAN nº 7, 1940.

### **Funeral**

- (1) Padre Luiz Gonçalves dos Santos, Memórias, etc., Segunda Época, pag. 51.
- (2) Santos Titára, Segundo Complemento do Auditor Militar, tomo III, pag. 275.
- (3) Domingos Mondim Pestaba, Sistema Geral de Instrução, etc., Bahia, 1855.
- (4) Foi determinado por Portaria de setembro de 1895 que em formaturas para funerais deviam os oficiais usar o 3º uniforme.
  - Manda suprimir da instrução de cavalaria as disposições referentes a armas em funeral e a abrir fileiras. Aviso de 19 de março de 1917.

### **Fuzil**

- (1) Melo de Matos (Gastão de) – Memórias sobre o alcance das armas usadas nos séculos XV a XVIII. Lisboa, 1944.
- (2) Chapel (C.E.), em *The Gum Collector's Handbook of Valves*, apresenta a lista completa dos modelos franceses do século XVIII que é a seguinte: fuzil modelo 1717, calibre 17,5, comprimento 62,5 polegadas, sem braçadeiras; modelo 1728 com três braçadeiras; modelo 1746, vareta de aço; modelo 1754 para soldado e modelo para oficial com gravações; modelo 1763, calibre 17,85, comprimento 60 polegadas; modelo 1763, mosquetão, 45 polegadas; modelo 1766 fuzil e mosquetão; modelo 1768, comprimento 59 polegadas; modelo 1770; modelo 1771 e modelo 1773 com 60 polegadas; modelo 1777 para infantaria, 60 polegadas, artilharia 51,5 polegadas, dragões e naval 57,5 polegadas, mosquetão 46 polegadas; modelo 1786 mosquetão de cavalaria, 42 polegadas; modelo nº 1 da República; Fuzil Depareille composto de peças de vários modelos; modelo 1793: carabina de infantaria, calibre 53, comprimento 40,5 polegadas, clavina de cavalaria comprimento 31 polegadas e carabina de oficiais; modelos ano IX (1800-1801): fuzil de infantaria, fuzil de dragões, comprimento 55,75 polegadas; fuzil naval; mosquetão de cavalaria, comprimento 43,9 polegadas. Armas da Guarda: modelo ano IX, fuzil de granadeiros, comprimento 59,5 polegadas;

mosquetão raiado dos dragões, comprimento 43,3 polegadas, bacamarte dos mamelucos, fechos de 1793, comprimento do cano 15,8 polegadas.

- (3) Chapel (C.E.), op.cit.
- (4) Gustavo Delvigne (1799-1876), capitão da Guarda, retomou em 1826-28 o estudo das estrias na alma da espingarda, estudo abandonado no começo do século, e apresentou uma carabina raiada sistema Delvigne 1828. Em 1829 adotou o projétil cilíndrico. Foi experimentada depois a bala do sistema Pontcharra do que resultou em 1846 a Delvigne-Pontcharra que foi substituída pelas Tauvenin e Minié.
- (5) Armas americanas de ferrolho e tiro simples experimentadas pelo governo americano: Wilson and Flathers, 1868; Joslyn-Tomes, de 1870; Van Choate, 1872; Wolhgemuth, 1873.
  - Armas americanas, de alavanca, culatra tombante e outros sistemas experimentados pelo governo americano entre os anos 1864 a 1873: Arnold, Root, Mixe Horton, Fritzgerard, Robertson-Simpson, Straw, Rayden, Norny, Lee, Stetson, Martini (inglês), Beals, Browghston, Milbank, Robertson, Spenser, Elliot, Whitney, Freemen, Thomas, Updegraff, Whittemore, Snell, Mont Storm, Dexter, Stillman, Conroy.
  - Armas com movimento no cano: Armstrong e Tayler, Gardner, Sharps, Smoot, Cochrane.
  - Outros sistemas: Maynard 1860; Underwood 1863 e muitas outras.
  - Armas estrangeiras de tiro simples experimentados pelo governo norte-americano: Chassepot, Mauser, Werndl, Martini, Westley Richard, Werder.
- (6) A Fabrique Nationale d'Armes d'Herstal, manufatura do Estado, perto de Liege, começou a funcionar em 1891 produzindo o fuzil Mauser Belga, calibre 7,65, modelo 1889. Fabricou o Mauser Brasileiro, 1894, que também foi adotado pelo Uruguai, Colômbia e China.
- (7) Grande bibliografia existe sobre o armamento Colt destacando-se a "*History of the Colt Revolver*", por Charles T. Haven e Frank H. Belden. Outras armas longas de cilindro-revólver foram: E. S. Osmsby Pill-Lock, de 7 tiros; Porter, de disco vertical de 9 tiros; Remington; Roper, de 4 tiros; Smith & Wesson; James Werner, 6 tiros; Wylor, 6 tiros; North & Skinner, 1852; Allen-Cochrane, de 7 tiros; Bigelow, de 7 tiros.
- (8) Armas americanas com depósito para repetição em diversos sistemas, algumas consideradas secundárias, experimentadas pelo governo norte-americano: Winchester, 1866; Earnest, Helm, 1872; Greene, Rumsey, 1873; Millet, Clemmant, Lewis-Rice, Jones, Buffington, 1874; Tiesing, Burgers, Boch, Dean, Mullins, Larsen, Savage, 1891.
  - Armas de ferrolho e depósito experimentadas em 1892 e 1893: Franklin,

Hunt, Sharps Russell, Tremble, Elliott, modelos 1874; Kelton, Sporer, Pitcher, Bruce, Fogerty, Hampden. Durst, Miles, Blake, Russell-Livermore, White, Briggs-Kneeland, Van Patten, todas modelos de 1890 a 1892.

– Armas estrangeiras de repetição experimentadas pelo governo norte-americano: Rubbin, Vatterli, Suíça, 1868; Schulhof, Áustria, 1882; Lee-Speed, Inglaterra, 1890; Mannlicher, Áustria 1888; Kropatchek, França, 1878; Murata, Japão 1887; R. S. Schmidt, Suíça 1887; Daudeteau, França 1895; Ford Canadá.

- (9) Em seu relatório de 17 de agosto de 1872, diz o Conde d'Eu o seguinte sobre a Dreyse e a Roberts: ... "as espingardas de agulha prussianas que, se estou bem informado, tinham vindo para o Brasil em 1851, e as do sistema Roberts vindas dos Estados Unidos em 1867 ou 1868. As armas, porém destes dois sistemas que foram enviadas para o nosso Exército no Paraguai, em época, aliás, anterior ao meu comando, foram aí reconhecidas por inservíveis em razão sem dúvida da sua má fabricação. Quando comandeí o Exército nomeei uma comissão para novamente examinar algumas centenas de armas Roberts que encontrei nos depósitos de Assunção; o parecer, porém que enunciou esta comissão, depois d'algumas experiências confirmou a opinião anteriormente formada da má qualidade e nenhuma solidez de tais armas e nunca mais foram elas empregadas." (Anuário do Museu Imperial, vol. II, pag 253.)
- (10) Descrita no Estudo sobre Armas de Fogo Portáteis ou Catecismo do Atirador, por Luis Maria de Melo Oliveira.
- (11) Informações fornecidas pelo Dr. José Wanderlei Pinho, Salvador.
- (12) Pedro Dias da Silva (coronel), O Espírito Militar Paulista.
- (13) Nomenclatura organizada pela Comissão Técnica Militar Consultiva, 18 de maio de 1893. Aviso de 7 de julho de 1893.
- (14) Lobo Viana no Guia Militar de 1898, classifica a arma de Mannlicher modelo alemão 88, à página 130; na página seguinte, porém diz Mauser 88.
- (15) Diz-se que há dupla repetição quando um cartucho saído do depósito, durante a execução do tiro múltiplo e por ocasião de fechar-se a culatra, vem encontrar o que já se acha alojado na câmara, impossibilitando assim o fechamento desta. Este inconveniente é devido ao fato do extrator não segurar o cartucho pela gola, por ocasião de ser este empurrado para a câmara e só depois dele ali introduzido e estar a alavanca debatida para a direita.
  - Nas armas fabricadas em Stery nota-se um rebaixo praticamente na cavidade circular da cabeça móvel, perto do alojamento da cabeça do extrator que prende parte do culote do cartucho evitando assim a dupla

repetição. (Exercício Prático, vol I.)

**Fuzileiro**

- (1) Com este Decreto, foi publicado pela Litografia do Arquivo Militar, por ordem do governo, um Álbum à cores, desenhado por Álvaro e Lareé. (Coleção Marques do Santos)

